

VALDENIR DE FREITAS GUIMARÃES

**PRESENÇA MILITAR NA TERRITORIALIDADE DE
FRONTEIRA: POTENCIALIDADES DO FORTE COIMBRA
NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE - MS
2012**

VALDENIR DE FREITAS GUIMARÃES

**PRESENÇA MILITAR NA TERRITORIALIDADE DE
FRONTEIRA: POTENCIALIDADES DO FORTE COIMBRA
NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado Acadêmico, como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Local, sob orientação da Profª Drª Maria Augusta de Castilho.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE - MS
2012**

Ficha Catalográfica

Guimarães, Valdenir de Freitas
G963p Presença militar na territorialidade de fronteira: potencialidades do
Forte Coimbra no contexto do desenvolvimento local/ Valdenir de Freitas
Guimarães; orientação Maria Augusta de Castilho. 2012
161 f.

Dissertação (mestrado em desenvolvimento local) - Universidade
Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2012.

1. Desenvolvimento local 2. Presença militar - Fronteira 3. Patrimônio
histórico 4. Territorialidade I. Castilho, Maria Augusta II. Título

CDD - 338.98171

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: Presença militar na territorialidade de fronteira: potencialidades do Forte Coimbra no contexto do Desenvolvimento Local.

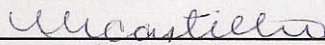
Área de concentração: Desenvolvimento local em contexto de territorialidades.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento Local: Cultura, Identidade, Diversidade.

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado Acadêmico - Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Dissertação aprovada em: __07__ / __12__ / __2012__.

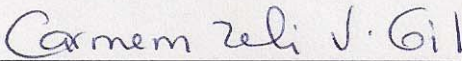
BANCA EXAMINADORA



Profª Drª Maria Augusta de Castilho - Orientadora
Universidade Católica Dom Bosco



Profª Drª Arlinda Cantero Dorsa
Universidade Católica Dom Bosco



Profª Drª Carmem Zeli de Vargas Gil
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

À minha pátria,

Pela honra que tenho em servi-la.

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte da coragem, força e fé, por estar comigo pelos caminhos da vida.

À minha mulher Jucinéia e à minha filha Vitória, pelo apoio incondicional.

À minha professora e orientadora, desde os tempos de graduando em História, Profª Drª Maria Augusta de Castilho, que um dia falou-me de um certo Mestrado e a partir dali, conduziu-me até o final.

Ao Prof. Dr. Heitor Romero Marques, coordenador do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Local, e à Profª Drª Arlinda Cantero Dorsa, pela riqueza de conhecimentos que me foram passados como professores de Desenvolvimento Local.

Às ex-mestrandas: Marlei Teixeira, Rejane Platero Ferreira, Maria Christina de Lima Félix Santos e Marilda Batista Mitidiero, pelo quanto seus trabalhos me foram valiosos.

Ao Exmo Sr General de Brigada Carlos dos Santos Sardinha, comandante da 18ª Brigada de Infantaria de Fronteira, pelo apoio irrestrito da Brigada Ricardo Franco.

Ao Major Marco Aurélio Magalhães Cavalcanti, comandante da 3ª Companhia de Fronteira e Forte Coimbra - Companhia Portocarrero, que abriu as portas da sua tradicional Organização Militar de fronteira, permitindo que este trabalho se tornasse uma realidade.

Ao 1º Ten Hevanil Pinheiro, 2º Tenente Marcelo Minoru Amikura e 2º Ten Isac Fabrício de Moraes Batista Tapajós, oficiais ligados à gestão do Forte Coimbra; 2º Ten Wylton Mendes dos Santos, oficial chefe do Posto Médico; professor Adriano Ortigoza, Diretor da Escola Municipal Ludovina Portocarrero; Sr Angelúcio Melgarejo, Presidente da Irmandade de N. S. do Carmo; e Sr Eurídes Gomes, um dos mais antigos moradores civis de Forte Coimbra, bem como aos demais valorosos homens e mulheres de Forte Coimbra, militares e civis, pela cooperação inestimável durante a pesquisa de campo.

Oração do Guerreiro do Pantanal

Senhor,

Vós que fizestes do dilúvio ressurgir a terra,
Criastes dessas entranhas o Pantanal,
Com insetos e espinheiros,
O perigo das matas,
O calor e a friagem,
As enchentes
E o segredo das águas.

Mas, Senhor,
Só vós sois Deus,
A última luz do universo.

Transformai as forças da natureza,
No poder do seu próprio defensor:
Fazei explodir a coragem,
Multiplicar a força e
Consolidar a fé.

Pois, aqui, Senhor,
Da mistura de lama e sangue do passado,
Empunhando o aço de divina têmpera,
Criastes o Guerreiro do Pantanal,
A subjugar o invasor...
E o adverso.

Pantanal!

Valdenir de Freitas Guimarães (1998)

RESUMO

A pesquisa insere-se na área de concentração do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local em contexto de territorialidades na linha de pesquisa cultura, identidade, diversidade. A fundamentação teórica está baseada em conceitos ligados ao Desenvolvimento Local: território e territorialidade; comunidade e solidariedade; memória e identidade; cultura e patrimônio. A comunidade estudada é Forte Coimbra, localizada no Pantanal Mato-grossense, instalada em área militar do Exército na Fronteira Oeste, contextualizando conceitos ligados à presença militar fronteiriça. Da análise das relações geradas por essa presença militar passada e presente influenciando a territorialidade de fronteira, busca-se a identificação de potencialidades do Forte Coimbra como patrimônio histórico-cultural no contexto do Desenvolvimento Local. Com abordagem qualitativa e método dedutivo, utiliza-se fontes bibliográficas em torno das condicionantes históricas ligadas à expansão e manutenção da Fronteira Oeste colonial e dos conflitos bélicos nos quais o Forte Coimbra teve participação. Em seguida, estuda-se a localidade segundo os fatores fisiográfico, institucional e estrutural, verificando as condições de vida local por meio de pesquisa de campo baseada em reconhecimento *in loco*, entrevistas e complementos bibliográficos e documentais. Posteriormente, o foco da pesquisa é concentrado no Forte de Coimbra como patrimônio histórico e cultural, por meio do levantamento detalhado sobre: instalações, pátios e muralhas; o acervo de objetos antigos e armas; a padroeira do Forte - N. S. do Carmo; e a gestão patrimonial do Forte histórico. Relacionando as condicionantes históricas, raízes da territorialidade de fronteira na região em estudo, com a localidade e o patrimônio do Forte de Coimbra, o foco da pesquisa passa para as relações da comunidade do entorno e da comunidade escolar, utilizando entrevistas e questionários estruturados aplicados à população civil e militar. Finalmente, percebe-se que a implantação do Forte Coimbra e a religiosidade local sobreviveram a conflitos bélicos, legando à posteridade afinidades, cultura, patrimônio histórico e modo de vida peculiares à comunidade civil-militar naquela área geográfica. O Forte e a Santa constituem expressões culturais relevantes pelas construções simbólicas que evidenciam oriundas do legado histórico cristalizado na cultura local e enraizado na memória coletiva. Assim, em Forte Coimbra, a história é o amálgama de quase tudo e o Forte é o centro dela. Decorrentes disso, surgem potencialidades para o Desenvolvimento Local ligadas aos valores materiais, humanos, religiosos e institucionais.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Local. Patrimônio. Territorialidade. Fronteira. Presença Militar.

ABSTRACT

The research is inserted on the area of concentration of the Program of Graduate Studies at Local Developing in context of territorialities on the research line culture, identity and diversity. The theoretical grounding is based on concepts linked to Local Developing: territory and territoriality; community and solidarity; memory and identity; culture and heritage. The studied community is Forte Coimbra, localized at Pantanal Wetlands, installed on military area of the Army on the West Border, contextualizing concepts linked to the military presence on the border. Of the analysis of the relations generated by this military presence past and present influencing the border territoriality, is searched for the identification of the potentialities of Forte Coimbra like historical-cultural heritage on the Local Developing context. With the approach qualitative and quantitative and the deductive method, are used bibliographic sources around of the historical conditions linked to the expansion and maintenance of the Colonial West Border and the armed conflicts on that Forte Coimbra had participation. Then, is studied the locality second the physiographic, institutional and structural factors, verifying the local life conditions via field research based on spot recognizing, interviews and bibliographic and documental complements. Posteriorly, the research focus is concentrated on Forte Coimbra like historical and cultural heritage, via detailed survey about: installations, courtyards and walls; the old objects and arms collection; the Patroness of the Forte, Our Lady of Carmo; and the patrimonial management of the historical fort. Relating the historical conditions, territoriality roots of border on the studied region, with Forte Coimbra's locality and heritage, the research focus pass to the community relations around the school community, using interviews and structured questionnaires applied to the civil and military population. Finally, it noticed that the Forte Coimbra's implantation and the local religiosity survived armed conflicts, bequeathing to the posteriority peculiar affinities, culture, historical heritage and way of life to the civil-military community on that geographic area. The Fort and the Saint constitute relevant cultural expressions by the symbolical constructions that they evidence, deriving of the historical bequest crystallized on the local culture and rooted on the collective memory. Thus, in Forte Coimbra, the history is the amalgam of almost all and the fort is her centre. Derive from this, arise potentialities to the Local Developing liked to the material, human, religious and institutional values.

KEY WORDS: Local Developing. Heritage. Territoriality. Border. Military Presence.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Bandeirismo de apresamento	36
Figura 2	- Fortes Militares posteriores ao Tratado de Madri	40
Figura 3	- Capitania do Mato Grosso	41
Figura 4	- Territórios incorporados ao Mato Grosso	42
Figura 5	- Índios guaicurús	44
Figura 6	- Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra	46
Figura 7	- Estacada do Presídio de Coimbra	47
Figura 8	- Parte da frente do Forte Coimbra em alvenaria	47
Figura 9	- Território contestado ao Brasil na Guerra do Paraguai	55
Figura 10	- Ponto tripartite Brasil-Paraguai-Bolívia	60
Figura 11	- Pantanal Mato-grossense	61
Figura 12	- Vista parcial do Pantanal	62
Figura 13	- As 11 sub-regiões do Pantanal Mato-grossense	63
Figura 14	- Gruta Ricardo Franco	64
Figura 15	- O Clube alagado	65
Figura 16	- Localização das três instalações	66
Figura 17	- Época das cheias - restrições à circulação	66
Figura 18	- Restrições de acesso terrestre a Forte Coimbra	67
Figura 19	- 3ª Companhia de Fronteira/Forte Coimbra	69
Figura 20	- A localidade de Forte Coimbra	72
Figura 21	- Embarcação Taquari	73
Figura 22	- Posto Médico de Coimbra	76
Figura 23	- Estacada do Presídio de Coimbra (reconstituição)	81
Figura 24	- Traçado abaluartado do Forte Coimbra	83
Figura 25	- Forte Príncipe da Beira	84
Figura 26	- Destinação das instalações no pós-guerra	85
Figura 27	- Vista frontal do Forte Coimbra	85

Figura 28 - Acesso ao portão principal	86
Figura 29 - Portão principal	86
Figura 30 - Pátio principal	87
Figura 31 - Acesso à masmorra	87
Figura 32 - Muralha dos fundos no solo mais elevado	88
Figura 33 - Vista parcial do interior do Forte e do lugarejo	89
Figura 34 - Capela do forte, altar e túnel	89
Figura 35 - Busto do Coronel Ricardo Franco	91
Figura 36 - Urna com restos mortais de Ricardo Franco	92
Figura 37 - Miniaturas de embarcações	93
Figura 38 - Foto de Dona Ludovina Portocarrero	94
Figura 39 - Telêmetro de depressão e corretor de direção de tiro M-1	95
Figura 40 - Comandos de Força	95
Figura 41 - Ferragens do portão principal	96
Figura 42 - Arpão para pesca	96
Figura 43 - Planta da estacada de madeira	97
Figura 44 - Resposta de Ricardo Franco a Dom Lázaro de Ribera	98
Figura 45 - Outras peças	99
Figura 46 - Partes de canhões Whitworth/1863 da Guerra do Paraguai	101
Figura 47 - Canhão Whitworth/1874	101
Figura 48 - Canhão Armstrong/1876	102
Figura 49 - Canhão Maxin Nordenfelt/1885	103
Figura 50 - Canhão Vickers Armstrong/1917	104
Figura 51 - Imagem de N. S. do Carmo trazida em 1798 por Ricardo Franco	108
Figura 52 - Procissão terrestre	113
Figura 53 - Honras Militares à Santa no Forte	113
Figura 54 - Hotel de Trânsito de Forte Coimbra	117
Figura 55 - Apartamento do Hotel de Trânsito em Forte Coimbra	118
Figura 56 - Imagem da padroeira na muralha do Forte	125
Figura 57 - Vista interna do Forte	126
Figura 58 - Vista externa do Forte	126
Figura 59 - Um dos canhões existentes no Forte	128
Figura 60 - Aniversário do Forte Coimbra	143

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População visitante do Forte	120
Gráfico 2 - Situações em que visitou o Forte	121
Gráfico 3 - O que mais chamou a atenção no Forte	125
Gráfico 4 - Noção da história do Forte	129
Gráfico 5 - Noção da história da Santa	129
Gráfico 6 - Relevância do Forte e da Santa	132
Gráfico 7 - Qual órgão apoia mais os serviços de transporte, educação e saúde	133
Gráfico 8 - O Forte histórico e a presença militar na atualidade	135
Gráfico 9 - Relações entre civis e militares	137
Gráfico 10 - O Forte - assunto dos militares ou dos militares e civis	139
Gráfico 11 - Alunos que visitaram o Forte	141
Gráfico 12 - Situações nas quais realizou a visita	142
Gráfico 13 - Noção da história do Forte e da história da Santa	144

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 ASPECTOS GERAIS DA TERRITORIALIDADE E DA PRESENÇA MILITAR FRONTEIRIÇA	18
1.1 TERRITORIALIDADES	18
1.1.1 Território e territorialidade	18
1.1.2 Comunidade e Solidariedade	20
1.1.3 Memória e identidade	23
1.1.4 Cultura e Patrimônio	26
1.1.5 Desenvolvimento local	29
1.2 PRESENÇA MILITAR	32
2 CONDICIONANTES HISTÓRICAS	36
2.1 EXPANSÃO E MANUTENÇÃO DA FRONTEIRA OESTE COLONIAL	36
2.1.1 Ação do bandeirismo na expansão territorial	36
2.1.2 Acordos territoriais e instalação de Fortes Militares	37
2.2 O FORTE COIMBRA E OS CONFLITOS BÉLICOS	43
2.2.1 Fundação do Forte de Coimbra	43
2.2.2 Pacificação dos guaicurús	43
2.2.3 Da paliçada de madeira ao Forte Coimbra	45
2.2.4 O ataque castelhano de 1801 ao Forte Coimbra	48
2.2.5 Contextualização da Guerra do Paraguai	50
2.2.6 O ataque paraguaio de 1864 ao Forte Coimbra	56
3 A LOCALIDADE DE FORTE COIMBRA	60

3.1 O ISOLAMENTO GEOGRÁFICO	60
3.1.1 Localização	60
3.1.2 O Pantanal Mato-grossense	61
3.1.3 Caracteres geográficos em Coimbra e arredores	63
3.2 O FATOR MILITAR	68
3.2.1 O Exército em Coimbra	68
3.2.2 Relações com estrangeiros	71
3.3 AS CONDIÇÕES ESTRUTURAIS	72
3.3.1 Transporte	72
3.3.2 Habitação	74
3.3.3 Saúde	76
3.3.4 Educação	79
4 O FORTE COIMBRA COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL	81
4.1 INSTALAÇÕES PÁTIOS E MURALHAS	81
4.1.1 As origens do Forte	81
4.1.2 O Forte Coimbra na atualidade	84
4.2 O ACERVO DE OBJETOS ANTIGOS	90
4.3 O ACERVO DE ARMAS	100
4.4 A PADROEIRA DO FORTE	105
4.4.1 A imagem da Santa	105
4.4.2 A Capela de N. S. Carmo em Coimbra	111
4.4.3 A Festa da Santa	112
4.5 GESTÃO PATRIMONIAL DO FORTE COIMBRA	114
4.5.1 Tombamento	114
4.5.2 Ações locais em benefício da preservação	115
4.5.3 Visitação ao Forte	116
5 A TERRITORIALIDADE EM COIMBRA	119
5.1 A COMUNIDADE DO ENTORNO	119
5.1.1 População visitante do Forte	120
5.1.2 Fatores de atração de visitantes	121
5.1.3 O que mais chama a atenção no Forte	124
5.1.4 Memória e narrativas circulantes na comunidade	128

5.1.5 Relevância do Forte e da Santa	131
5.1.6 Apoios estruturais em Coimbra	133
5.1.7 O Forte histórico e a presença militar na atualidade	135
5.1.8 Relações sociais locais	137
5.1.9 O Forte - assunto militar ou de militares e civis?	139
5.2 A COMUNIDADE ESCOLAR	141
5.2.1 Alunos que visitaram o Forte	141
5.2.2 Situações de visita ao Forte	142
5.2.3 Noção da história do Forte e da Santa	143
5.2.4 Benefícios da Educação Patrimonial	144
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 147
 REFERÊNCIAS	 150
 APÊNDICES	 158

INTRODUÇÃO

O Desenvolvimento Local tem se mostrado um atrativo para as comunidades pela valorização das potencialidades locais e do homem no seu próprio território, de modo a contribuir para a melhoria da qualidade de vida, favorecendo a inserção social. Trata-se, portanto, de um processo relevante, particularmente, considerando a existência de comunidades afastadas e isoladas dos centros mais desenvolvidos, como em regiões das fronteiras amazônica e Oeste do Brasil.

A opção pelo Desenvolvimento Local, no entanto, requer potencialidades estruturais e humanas capazes de estimular iniciativas e atributos inerentes a valores culturais e coesivos forjadores da cooperação e da solidariedade. Há, portanto, que se identificar vínculos comuns, os quais, uma vez em presença de instituições que estabeleçam regras e suportes facilitadores da dinâmica social, proporcionem a conquista e manutenção de anseios coletivos. Se parece complexa a implantação do Desenvolvimento Local em comunidades civis, em comunidades militarizadas baseadas em hierarquia, disciplina, cumprimento de normas e outros fatores restritivos, fica a dúvida de como poderiam ser potencializados aspectos favoráveis a esse particular tipo de desenvolvimento.

O Exército, como presença militar permanente na Fronteira Oeste⁽¹⁾, valoriza o patrimônio histórico-cultural por ter sido partícipe do seu surgimento e perpetuação. Se considerada essa particularidade na distante localidade de Forte Coimbra, presença militar na região fronteira desde 1775, pode-se estabelecer uma questão norteadora: Como decorrência da presença militar do Exército, na territorialidade de fronteira, que potencialidades do Forte Coimbra, como patrimônio histórico-cultural, podem ser identificadas no contexto do Desenvolvimento Local?

⁽¹⁾ Considerou-se Fronteira Oeste no aspecto histórico a correspondente à região de fronteira na Capitania do Mato Grosso. Na atualidade, considerou-se a fronteira no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, particularizando a sul-mato-grossense, onde se localiza o Forte Coimbra.

A análise dessa presença militar de modo a identificar tais potencialidades é o objetivo geral do presente trabalho. Os objetivos específicos são: apresentar condicionantes históricas da Fronteira Oeste; caracterizar a localidade de Forte Coimbra; apresentar o Forte Coimbra como patrimônio histórico-cultural; e identificar a territorialidade em Coimbra.

Para atingir tais objetivos, numa abordagem geral qualitativa, inicialmente, houve coleta de dados em fontes bibliográficas em torno das condicionantes históricas ligadas à expansão e manutenção da Fronteira Oeste colonial e dos conflitos bélicos nos quais o Forte Coimbra teve participação. Nessa etapa da pesquisa, houve somente o uso de fontes indiretas e secundárias, devido ao prevalecimento do campo da história.

Em seguida, em pesquisa de campo baseada em reconhecimento *in loco* e entrevistas complementados por fontes bibliográficas e documentais, foi realizado um levantamento na localidade de Forte Coimbra, segundo suas peculiaridades fisiográficas, institucionais e estruturais.

Posteriormente, o foco da pesquisa foi concentrado no Forte de Coimbra como patrimônio histórico e cultural, com o levantamento detalhado sobre: instalações, pátios e muralhas; o acervo de objetos antigos e armas; a padroeira do Forte; e a gestão patrimonial do Forte. Nessa etapa, houve equilíbrio das fontes indiretas e secundárias com as diretas e primárias, pelo quanto a pesquisa circulou entre história e atualidade.

Os passos seguintes foram realizados de modo a se obter dados e informações destinados a caracterizar a territorialidade na “comunidade local”⁽²⁾. Para tal, foram realizadas entrevistas e aplicados questionários estruturados na população civil e militar, inicialmente na comunidade do entorno em relação ao Forte e, em seguida, na comunidade escolar. Nessa etapa, houve preponderância das fontes diretas e primárias, com expressiva participação da comunidade.

As entrevistas foram realizadas com militares e civis moradores da localidade, notadamente, o Major Marco Aurélio *Magalhães* Cavalcanti, comandante da 3ª Companhia de Fronteira e Forte Coimbra (Cia Fron/FC), autoridade responsável pelo cumprimento da missão constitucional do Exército e pela própria dinâmica da vida na comunidade. Da mesma

⁽²⁾ Considerou-se componentes da comunidade estudada os militares da 3ª Cia Fron/FC - Organização Militar local, as famílias dos militares, os ex-militares e as pessoas sem vínculo com os militares. Ou seja, todas as pessoas que vivem na localidade de Forte Coimbra no ano de 2011.

forma, foram ouvidos: o 1º Ten *Hevanil* Pinheiro, 2º Ten Marcelo Minoru *Amikura* e o 2º Ten Isac Fabrício de Moraes Batista *Tapajós*, oficiais ligados à gestão local do Forte; o 2º Ten médico Wylton *Mendes* dos Santos, oficial chefe do Posto Médico local; professor Adriano Ortigoza, Diretor da Escola Municipal Ludovina Portocarrero; Sr Angelúcio Melgarejo, Presidente da Irmandade de N. S. do Carmo; e o Sr Eurídes Gomes, um dos mais antigos moradores civis de Forte Coimbra. Os entrevistados foram selecionados por representarem conexão dos fatores militar, patrimonial, histórico e religioso que afloram no contexto e significado da distante e isolada localidade de Forte Coimbra.

Quanto à aplicação dos questionários, determinados pontos foram considerados no planejamento. No entorno do patrimônio histórico do Forte, está a população de Coimbra, compondo o universo pesquisado em 2011. São aproximadamente 500 pessoas, da ordem de 230 civis e 270 militares. Assim, a população de Coimbra apresenta duas características distintas: a civil e a militar. Considerando o total de 50 pessoas uma amostragem compatível a ser analisada, 27 militares e 23 civis responderam aos questionários de modo a representar o mais próximo possível o universo da comunidade como um todo. Na amostragem pesquisada, 36 pessoas eram do sexo masculino e 14 feminino, sendo 31 pessoas com idade 18 a 30 anos, 16 de 31 a 50 e 3 pessoas acima de 50 anos.

Uma pesquisa complementar foi realizada na comunidade escolar, com aplicação de questionário numa amostragem de 16 alunos do Ensino Fundamental, sendo 9 do sexo masculino e 7 feminino, com idade de 11 a 14 anos. Na composição da amostragem, considerou-se essa faixa etária e o nível de escolaridade como adequados à pesquisa pela melhor preparação intelectual, maior capacidade de assimilação da educação patrimonial e melhor adequação à possibilidade de aproveitamento em monitorias.

A pesquisa de campo foi realizada em cinco jornadas, tendo contado com fatores favoráveis, tais como: a receptividade do Exército presente na área perante a realização do trabalho científico; a prestimosa cooperação do comando da Organização Militar local, disponibilizando apoio logístico e pessoal auxiliar; e a colaboração dos militares e civis moradores de Coimbra em responder as questões apresentadas. Pode-se juntar a tudo isso, a experiência militar do pesquisador, por ter servido ao longo da fronteira boliviano-paraguaia por 7 anos como oficial superior e comandante de Unidade, tendo visitado Forte Coimbra por diversas vezes em épocas passadas. Ao retornar a Coimbra, já como pesquisador, percebeu-se uma outra visão, não somente aquela restrita ao contexto militar, mas então enriquecida pelo

olhar do licenciado em história e mestrando em Desenvolvimento Local, facilitando a integração da experiência militar à formação do historiador e estudioso do patrimônio histórico e cultural em nível de mestrado.

O trabalho foi organizado em 5 capítulos: Aspectos gerais da territorialidade e da presença militar fronteiriça; Condicionantes históricas; A localidade de Coimbra; O Forte Coimbra como patrimônio histórico-cultural; e A territorialidade em Coimbra. O referencial teórico básico foi estabelecido no primeiro capítulo, retomando e aprofundando nos demais segundo a pertinência, principalmente no último, referente à territorialidade em Coimbra.

O método adotado foi o dedutivo, partindo-se do geral para o particular. Dessa maneira, primeiramente, foram abordadas condicionantes históricas relativas à Fronteira Oeste. Em seguida, o estudo incidiu na localidade de Forte Coimbra. Uma vez no interior da localidade, particularizou-se o estudo do patrimônio do Forte Coimbra inserido nas relações na comunidade geradoras da territorialidade local.

A escolha do presente tema se justifica pelo estudo do Forte Coimbra buscando potencializar aspectos voltados para o Desenvolvimento Local no contexto territorial fronteiriço e servir como produto provisório a novas interrogações por parte de acadêmicos, professores e pesquisadores interessados no assunto. Além disso, mostra a realidade do Exército como única instituição do poder público presente naquela região fronteiriça.

1 ASPECTOS GERAIS DA TERRITORIALIDADE E DA PRESENÇA MILITAR FRONTEIRIÇA

Na presente pesquisa, a fundamentação teórica está primordialmente voltada para os aspectos gerais da territorialidade e da presença militar fronteiriça. A seguir, são discutidos inicialmente os conceitos sobre: território e territorialidade; comunidade e solidariedade; memória e identidade; cultura e patrimônio; e Desenvolvimento Local. Posteriormente, é abordada a presença militar.

1.1 TERRITORIALIDADES

1.1.1 Território e territorialidade

Quanto ao território, Raffestin (1993, p.153) menciona que “falar em território é fazer uma referência explícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com a porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação.”

Para a Escola Superior de Guerra (ESG) (2005, p. 112), “território é a base física de uma nação. Traduz, por isso mesmo, patrimônio a preservar, seja pelo que representa em seu aspecto histórico-cultural, seja pelos recursos econômicos, que proporciona à população.” Sobre esse ponto de vista, Santos (1988, p. 213) menciona que a percepção do território está muito ligada “à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área”.

Percebe-se que para Raffestin, a delimitação do território emerge das relações do grupo com a porção do espaço já para a ESG, a delimitação é única: a base física da nação; para Santos, o território está ligado a domínio ou gestão de área. As três ideias, longe de serem excludentes, admitem a ação humana num determinado espaço, como ponto de contato

conceitual, acabando, por fim, a se complementarem, evidenciando uma ação de controle. Esta síntese pode ser comprovada, levando-se em conta Rozendahl (2005, p. 2934): “o território é, em realidade, um importante instrumento da existência e reprodução do agente social que o criou e o controla”.

Das relações no território, surge a territorialidade, que para Raffestin (1993, p.159) “[...] é definida como um fenômeno de comportamento associado à organização do espaço em esferas de influência ou em territórios nitidamente diferenciados, considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, por seus ocupantes ou pelos que os definem.” Mais à frente (p. 160), Raffestin liga a territorialidade a um inter-relacionamento “[...] como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema.” Logo, a territorialidade sugere a organização do espaço por aqueles que definem o território de modo a se permitir uma teia de relações para alcançar algum tipo de autodeterminação ou, pelo menos, uma liberdade de ação compatível com seus interesses e possibilidades.

Rozendahl (2005, p. 2934) relaciona territorialidade e poder, considerando que a territorialidade:

[...] é definida como uma estratégia de controle sempre vinculada ao contexto social na qual se insere. É uma estratégia de poder e manutenção independente do tamanho da área a ser dominada ou do caráter meramente quantitativo do agente dominador. A territorialidade deve ser reconhecida, portanto, como uma ação, uma estratégia de controle.

A territorialidade nesse ponto de vista do poder sugere a expansão conceitual para a territorialidade religiosa, como um conjunto de práticas com a finalidade de controlar determinado território, onde “[...] o efeito do poder sagrado reflete uma identidade de fé e um sentimento de propriedade mútuo. A territorialidade é fortalecida pelas experiências religiosas coletivas ou individuais que o grupo mantém no lugar sagrado e nos itinerários que constituem seu território” (ROZENDAHL, 2005, p. 2934). Independente de qual seja o lugar ou objeto tido como sagrado, o sagrado se opõe ao profano, pois “o sagrado manifesta-se sempre como uma realidade inteiramente diferente das realidades naturais” (ELIADE, 1999, p. 16). Assim, as relações de poder vêm a incluir as relações religiosas na composição da territorialidade.

Para o caso brasileiro, depositário de um processo histórico colonial, imperial, cristão católico e belicoso, no bojo dos estudos sobre território e territorialidades, as

considerações sobre o “sagrado” merecem, ainda, ser relacionadas às guerras, a exemplo da Guerra do Paraguai. No aporte de Beozzo (1992, p. 249):

A Guerra do Paraguai rebentou num momento histórico em que se avolumavam mais e mais as tensões entre a Igreja e o Estado. A guerra veio atenuar provisoriamente essas tensões e unir a Igreja e o Estado na frente comum de uma guerra que a Igreja considerava justa e santa.

A relação entre sagrado, guerra e território, particularmente na região de fronteira, tornar-se á mais influente no contexto das territorialidades, pois, tal região “[...] é a parte de um país contígua a outro, [...] é sempre uma área de fricção ou de harmonia entre os países confrontantes” (CASTRO, 1985, p. 39). O resultado de tudo isso pode incidir na manutenção ou modificação do território e, conseqüentemente, das relações fronteiriças pela alteração de agentes e áreas de influência, modificando a sua territorialidade.

Pelo visto, há uma dinâmica evolutiva, “daí a necessidade de se encarar o território e, conseqüentemente, a territorialidade, como categoria temporária, de vez que no espaço e no tempo nada é permanente, tudo se acha em constante transformação” (SANTOS, 1998, p. 220).

1.1.2 Comunidade e Solidariedade

As formas de convivência humana desenvolvidas no território, agregando características peculiares à territorialidade, podem evidenciar semelhanças entre si quando inseridas no contexto da comunidade. A comunidade pode ser entendida como um conjunto de comportamentos humanos e interações com aspirações, valores e significados entre os seus componentes. Trata-se, portanto, de um conjunto de ações baseado na partilha de anseios, crenças e significados entre as pessoas e não de atos isolados (BARTLE, 2011).

O compartilhamento de anseios e interesses pessoais no âmbito grupal promove a aproximação, refletindo no fortalecimento da comunidade. Isso porque o indivíduo passa a valorizar a comunidade onde vive quando identifica suas afinidades e necessidades com as de outras pessoas participantes da mesma comunidade (FERREIRA, 2010).

Essas afinidades e necessidades semelhantes facilitam o consenso. Consenso aqui considerado como acordo geral entre grupos e indivíduos quanto à forma de pensar e de sentir

sobre assuntos que lhes interessam. O consenso entre indivíduos e setores sociais confirma serem as afinidades mantidas por laços afetivos, preocupações e interesses comuns (BOMENY, 2003).

Como se pode observar, a vida em comunidade requer socialização, tratando-se de um “processo pelo qual as pessoas são induzidas a adotar padrões de comportamento, normas, regras e valores do seu mundo social”(BOMENY, 2003, p.260).

Em comunidades militares, esse aspecto é fortalecido, pois a própria instituição militar o favorece, com uma formação militar buscando desenvolver atributos da área afetiva capazes de agregar pessoas integrantes de uma parcela específica da sociedade - a parcela militar, proporcionando soma de esforços e orientação das energias para um mesmo objetivo.

Nesse caso, há uma pré-disposição à absorção de valores e modos de conduta particulares, assegurando um singular espírito corporativo (ROUQUIÉ, 1984). Em se tratando de Unidades militares isoladas, a formação militar tende a ser mais eficaz pela própria tendência das pessoas a se voltarem para dentro da comunidade, aderindo a valores comuns.

Mas comunidade como grupo social vai além da simples adesão a valores comuns. Para que ela exista, é preciso que seus membros partilhem interesses e gostos e se preocupem com eles, mesmo diante de eventuais diferenças. Isso porque diferenças normalmente existem, dada a complexidade na formação de uma comunidade, associando, também, sentimentos e atitudes heterogêneas. Nesse pormenor, as relações sociais entram em evidência, pois do resultado delas poderá surgir o fortalecimento ou o enfraquecimento da comunidade segundo a maior ou menor capacidade daquelas relações em reduzir as próprias diferenças.

As relações sociais têm por base um comportamento recíproco entre duas ou mais pessoas, com um sentido comum para os envolvidos. A reciprocidade nas ações é característica intrínseca das relações sociais. A dinâmica dessas relações ocorre segundo processos sociais (WEBER, 1987).

Os processos sociais indicam interação social e evolução nas relações sociais da comunidade. Oliveira (2010, p. 61-62) considera que se trata das formas dos indivíduos agirem uns com os outros, a forma pela qual se relacionam e estabelecem relações sociais. Para este autor, “no grupo social ou na sociedade como um todo, indivíduos e grupos se reúnem e se separam, associam-se ou dissociam-se”.

Ao mencionar que os processos sociais podem ser associativos e dissociativos, esse autor estabelece que aqueles buscam cooperação e solidariedade, enquanto que estes geram competição e conflito. O esforço estará na predisposição dos integrantes da comunidade a que as relações sociais venham a evoluir segundo intenções associativas em detrimento das dissociativas em busca de uma “solidariedade”.

Nesse pormenor, o aspecto político da comunidade merece ser considerado pelo que pode contribuir nessa busca. Segundo Bartle (2008, p. 14): “a dimensão política da comunidade consiste dos seus diferentes modos e meios de distribuição do poder, influência e tomada de decisões. Inclui os diferentes tipos de governos e sistemas de gestão na comunidade, sem, contudo, limitar-se a eles”. Evitar esse limite significa a inclusão, na dimensão política da comunidade, das pessoas ou pequenos grupos informais capazes de tomar decisões quando não existe líder reconhecido.

Considerando as comunidades militares, estas já dispõem de lideranças instituídas, reconhecidas e culturalmente aceitas pelos seus integrantes, caracterizadas, notadamente, pelo comando da Organização Militar que lhe dá suporte. Nesse tipo de comunidade, a essência da liderança inclui a subordinação tácita oriunda da própria formação militar. Esse aspecto, contudo, não difere das comunidades civis, nas quais, segundo Bomeny (2003, p. 266), “a liderança configura uma relação entre o líder e seus liderados (ou entre um indivíduo e um grupo), numa dinâmica recíproca. O fenômeno da liderança é, assim, indissociável do fenômeno da subordinação, sem o qual ela fica prática e teoricamente inviabilizada”.

As lideranças formal ou informalmente constituídas, por serem lideranças, passam a exercer o papel de encaminhamento das relações sociais para os processos associativos, de modo que as diferenças, porventura existentes no seio da comunidade, possam ser minimizadas bem como a eventualidade dos conflitos venham a ceder lugar à cooperação. Assim procedendo, a desejada “solidariedade” estará sendo buscada.

Porém, a solidariedade contribuindo para a soma de esforços em busca de objetivos comuns, requer, também, coesão num grupo social. Ávila (2001, p. 38) faz distinção entre solidariedade e coesão, no entanto, considera esses fatores integráveis entre si, no momento em que, da solidariedade apropriada pela coesão, faz surgir coesão solidária motivada pelos laços de mobilização e cooperação.

Ressalta-se que só se pode falar em comunidade quando se está diante de grupos sociais ligados por laços afetivos e não por vínculos impessoais, como ocorre nas grandes cidades. Os laços afetivos são facilitados, principalmente, nos espaços de pequenas dimensões, como nas comunidades distantes e isoladas, nas quais as relações de parentesco, amizade e vizinhança têm predominância. Nesse caso, a proximidade física entre as pessoas que a vida nessas pequenas comunidades proporciona contribui para a formação de vínculos significativos entre elas, solidificados por um maior sentimento de solidariedade do que em maiores centros urbanos (OLIVEIRA, 2010).

Desta feita, uma comunidade onde se evidencia a capacidade de socialização, quando em presença de uma identidade a aglutinar e distinguir o grupo, prontifica seus componentes a se educarem, firmando valores e desenvolvendo sentimentos altruístas, culminando na solidariedade e coesão do grupo.

A solidariedade pode funcionar, inclusive, como um poder, uma força de orientação das energias sociais em busca de transformações por vezes até superando preconceitos desagregadores dos grupos sociais, o que pressupõe mudanças na vida das comunidades. “Esse novo poder demanda uma mudança na cultura política, que passa pela descentralização e democratização da vida social, bem como pela organização e educação das comunidades, procurando fazer nascer um espírito crítico e criativo”(JARA, 1998, p. 280).

Assim, da relação comunidade - solidariedade, surge um empoderamento, como reforço de poder, cujas raízes brotam das semelhanças no momento em que comportamentos voltados para o conjunto intensificam as afinidades, facilitando a aproximação. Isso contribui para o desenvolvimento das capacidades e habilidades em benefício da própria comunidade caracterizada, sobretudo, pelas relações de cooperação.

1.1.3 Memória e identidade

A memória como experiência na vida social assume relevância, principalmente, ao garantir o significado das coisas, pelo fato de proporcionar domínio, transmissão, preservação e continuidade (ABREU; CHAGAS, 2003). Das memórias individuais, surge a Memória coletiva como processo social de lembrar o passado vivido por determinado grupo social. Da mesma forma, a memória coletiva surge em determinada comunidade a partir de seus interesses e dos referenciais presentes (DIAS, 2006).

Para Abreu (2000, p. 129), “a memória cristaliza-se quando seu objeto já não existe mais. É sempre uma recriação desse objeto e, como tal, guarda continuidades e diferenças em relação ao passado vivenciado a que se reporta”. Tal a sua força e seu poder evocativo, que a “a ação política, por seu turno, invoca, com frequência, o concurso da memória, seja para afirmar o novo cuja eclosão dela depende, seja para ancorar no passado, em marcos fundadores especialmente selecionados, a experiência que se desenrola no presente” (ABREU; CHAGAS, 2000, p.141).

Nessa mesma linha de análise, a memória contribui para a formação da Identidade, esta como “o conjunto de características partilhadas pelos membros de um grupo que permite a identificação e a diferenciação das pessoas pertencentes a esse grupo em relação a outros” (DIAS, 2006, p. 248). A identidade é aspecto relevante para as pessoas por ser um dos principais fatores de coesão do grupo, estando ligada a valores comuns ou afins, capazes de levarem seus componentes à aproximação e à associação.

Quando as características partilhadas se referem ao âmbito nacional, tem-se a Identidade Nacional. Seu valor será tanto mais elevado quanto mais houver interesse em preservá-la como meio de beneficiar aqueles que dela participam. Na medida em que forem considerados os anseios coletivos acima dos de seus componentes, pode até chegar no mais alto valor. Nesse ponto, o sentimento de identidade se aproxima da ideia de pátria, como valor fundamental (MATTOSO, 2012).

No contexto da Identidade Nacional, pode-se relacionar a ideia de identidade militar, a qual também se liga ao sentimento de comunidade nacional. Há uma doutrina própria responsável pela transferência de valores capazes de promover a integração do grupo nos quartéis e na vida social. Nesse caso, o bem de todos é primordial. O individualismo prejudica a coesão e a operacionalidade. Operacionalidade aqui vista como a prontificação para o emprego militar propriamente dito. Estão inseridos nessa preparação os valores históricos nacionais e regionais enaltecidos e trabalhados, exaltando civismo, vultos históricos e datas nacionais (COELHO, 1976).

Embora a formação militar tenha caráter nacional, ao ser designado para uma determinada parte do território a ser protegido, o militar se torna partícipe do sentimento local. Neste caso, há um elemento integrador externo na forma de um sentimento de filiação e lealdade orientado para a comunidade nacional, mas tendo como suporte a integração interna

da comunidade local, de onde partem aspirações que se cristalizam na alma nacional como a Integridade do Patrimônio Nacional, a Soberania e outras. Nas comunidades militares de fronteira, essa identidade militar se torna mais forte pela evidência do porque de estar naquela parte do território nacional.

De maneira geral, quando as pessoas formam uma identidade no território, surge um sentimento de pertença, no qual elas sentem-se parte do todo, evidenciando a cooperação no sentido de conquistar objetivos comuns que a todos irmanam (RECUERO, 2012). “Pertença é o sentimento de pertencer a um grupo social, a uma comunidade ou a uma sociedade, também chamado de pertencimento” (OLIVEIRA, 2010, p. 286). Em tal situação, o todo absorve o indivíduo, tornando-o parte dele e levando-o a cooperar para uma finalidade comum com as demais pessoas.

Nesse caso, o vivenciar em conjunto permite o experimento coletivo pela evolução e transformação das experiências pessoais. A história de vida, as relações no território, os anseios e aspirações pelas mudanças em busca de maior realização, enfim, é a solidificação da identidade e do pertencimento, agora caminhando juntos. Costa (2002, p. 27) confirma essa ideia, assinalando que:

As identidades experimentadas, ou vividas, têm a ver com as representações cognitivas e o sentimento de pertença, reportados a coletivos de qualquer espécie (categorias institucionais, grupais, territoriais, ou outros), que um conjunto de pessoas partilha, emergentes da sua experiência de vida e situações de existência social.

Por fim, há o fato de que identidade e sentimento de pertença estão diretamente ligados ao fator cultural. As pessoas que evidenciam traços culturais semelhantes, que vivem segundo usos, costumes e modos de agir em consonância com o público maior, em suma, “as que compartilham uma mesma cultura apresentam o que se chama de identidade cultural” (OLIVEIRA, 2010, p. 185). Essa identidade cultural é a que leva as pessoas ao sentimento de pertencer ao grupo, pois, por seu intermédio, pela unidade cultural, se desenvolve o sentimento de pertencimento a uma comunidade.

1.1.4 Cultura e Patrimônio

Os fatores culturais influenciam de maneira especial a vida em comunidade, pois “a cultura define a vida não através das pressões de ordem material, mas de acordo com um sistema simbólico definido, que nunca é o único possível” (LARAIA, 1986, p.65). Desta forma, considerando-se a comunidade como uma organização social, ela figura como uma entidade cultural, de tal forma a compor sistemas. Tratam-se de conteúdos que não surgem dos fatores biológicos, mas que são aprendidos e ajustados. Assim, a composição social e cultural de uma comunidade, depois de transmitida, é absorvida e modificada na dinâmica da vida por meio de símbolos, desde as mais simples crenças e formas de agir até seus feitos tecnológicos (BARTLE, 2011).

Os fatores culturais influenciam a vida em comunidade, mas, por sua vez, também são sensíveis a transformações impostas pela ação social de modo a também sofrerem influências alterando sua trajetória. Novos atores atuantes e novas situações contribuem para mudanças no contexto cultural, tal como mencionam Santos e Castilho (2012, p. 26):

Atualmente, entende-se cultura como um processo acumulativo. O homem recebe conhecimentos e experiências das gerações que o antecederam que, por sua vez, serão associadas no decorrer dos anos, transformadas com suas novas experiência e repassadas às gerações futuras. Assim, se as informações agrupadas forem adequadas e criativamente manipuladas permitirão inovações e invenções. Essas não são o produto de acontecimentos isolados e pontuais, mas a mobilização de toda a sociedade.

Percebe-se, então, que cultura não é um elemento estático, assim sendo, um sistema cultural também não o será. O caráter dinâmico da acumulação de simbolismos e construções compreendidos e respeitados deve ser considerado na estruturação de comunidades, as quais, mesmo se culturalmente distintas entre si, internamente estarão aptas à formulação de mesmas ideias, hábitos e costumes entre os integrantes locais. Pode-se dizer, que os traços e aspectos culturais funcionam como fatores de fortalecimento dessas mesmas comunidades. Constituem, portanto, um patrimônio, um patrimônio cultural.

Ampliando-se o contexto da comunidade local para o da comunidade nacional, pensar cultura facilita pensar patrimônio, mas patrimônio nacional. Nesse ponto, o processo histórico entra em evidência, pois, no passado, “[...] os vestígios de povos distantes no tempo e no espaço eram tomados como parte do patrimônio nacional. [...] Asseverou-se que o apreço

pelo patrimônio cultural estimulava os povos a salvaguardar sua soberania e independência” (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 21 e 37).

A apropriação do patrimônio para evocação de valores maiores está ligada aos anseios e interesses nacionais na confirmação da identidade cultural dos povos. Mas o significado de patrimônio nesse contexto têm suas raízes não tão distantes no tempo. Pois segundo Abreu e Chagas (2003, p. 305), até antes da Revolução Francesa:

A essência da noção de patrimônio revelava a ideia de propriedade, algo como herança paterna. Ou, ainda, como posses, enfim aquilo ligado a um significado econômico. Com o ideário daquela revolução, a ideia deixa de referir-se apenas a bens de uma pessoa ou grupo alcançando o conjunto dos cidadãos. Daí formar a riqueza material e moral do conjunto da nação.

Assim sendo, no momento em que se busca preservar Fortes, instalações, objetos, expressões, hábitos e costumes ligados às religiões e aos fatos históricos, bem como as condições ambientais, está sendo preservada a identidade e a cultura que, mesmo sendo locais, integram e compõem um significado nacional.

O meio ambiente como interesse social veio a ampliar o conceito de patrimônio visto até então somente como patrimônio cultural. “Os movimentos em defesa do meio ambiente também foram importantes para a ampliação da noção de patrimônio, para que incluísse não apenas a cultura, mas também a natureza” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 28). Para esses autores, os significados imateriais vieram posteriormente, relacionando-os à identidade e aos valores nacionais: “proposições semelhantes foram referendadas na Declaração do México (1985), que ratificou o respeito às tradições e formas de expressão de cada povo, tomando o conceito de identidade como elemento de constituição de valores nacionais e locais” (p. 36).

Pode-se agora estabelecer uma conjugação cultura - patrimônio, indicando a noção de patrimônio cultural, como herança de tempos passados, legando à posteridade características das sociedades anteriores. Mas esses traços culturais anteriores não são permanentes, pois sofrem adequação segundo a nova realidade. Esse aspecto pode ser confirmado por Grumberg (2007, p. 4), ao ressaltar que:

Patrimônio Cultural são todas as manifestações e expressões que a sociedade e os homens criam e que, ao longo dos anos, vão se acumulando com as das gerações anteriores. Cada geração as recebe, usufrui delas e as modifica de acordo com sua própria história e necessidades. Cada geração dá a sua contribuição, preservando ou esquecendo essa herança.

De modo particular, os bens culturais consagrados são aqueles reconhecidos pela sociedade, constantes de decretos e leis que os protejam como tal. Mas também, são bens culturais aqueles sem amparo legal integrantes da realidade das pessoas, que venham a revelar aspectos do cotidiano de modo a expressar a cultura viva da comunidade (GRUMBERG, 2007).

No momento em que bens culturais oficiais e outros representativos das comunidades passam a ter um significado tal capaz de estimular o gosto e o interesse pela sua preservação e serem aproveitados para formação da cidadania, surgem evidências de um processo educativo centrado no patrimônio: a “educação patrimonial”.

Desta feita, o patrimônio cultural contribui e pode ser utilizado como adequado instrumento posto à disposição da educação, conforme menciona Grumberg (2007, p. 4), para a qual a educação patrimonial refere-se ao “processo permanente e sistemático de trabalho educativo, que tem como ponto de partida e centro o Patrimônio Cultural com todas as suas manifestações”.

O processo de educação patrimonial estimula e facilita a comunicação e a interação entre as comunidades de modo contínuo, propiciando o estabelecimento de parcerias voltadas para a valorização e proteção do patrimônio (HORTA, 1999).

A educação patrimonial possibilita aos educandos a realização da leitura do mundo que os rodeia, de modo a valorizar sua herança cultural e ao fortalecimento da identidade e cidadania. Estimula, ainda, a percepção do meio cultural em que se inserem, de modo a evidenciar o sentimento de pertença. Isso se torna possível pela apropriação dos bens e valores próprios de cada realidade cultural (SANTOS; CASTILHO, 2012).

Como se pode observar, patrimônio é também fator de educação e formação da cidadania, pois a essência está no valor simbólico, o que representa para uma comunidade a lembrança de algo que passou e é significativo para as pessoas da atualidade, um traço cultural cristalizado na memória do lugar. Mas deve-se ressaltar que a essa ideia “agrega-se uma interpretação social do patrimônio, na qual a dimensão econômica tem destaque como forma de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico das localidades” (DIAS, 2006, p. 198). Daí há que se cuidar ao se dispor à exploração do patrimônio, tanto material-tangível quanto imaterial-intangível, do ponto de vista do turismo, tal como menciona Dias (2006, p. 200):

A exploração turística do patrimônio deve pautar-se por princípios éticos relacionados com o seu valor simbólico para as comunidades que se identificam com ele. [...] Desse modo as atividades turísticas que têm relação com o patrimônio cultural devem estar condicionadas a manter e a fomentar a visitação de forma a evitar impactos negativos [...]. Portanto, há necessidade de um monitoramento permanente de suas condições, que deve ser realizado por pessoal técnico habilitado.

Para este autor, o risco que corre o patrimônio imaterial - intangível - é semelhante aos que se sujeita o patrimônio material - tangível, pois o turismo altera hábitos, rituais, valores, práticas tradicionais, etc. Há um agravante para a análise, pois o patrimônio imaterial não pode ser congelado no tempo, como uma amostra viva do passado. Como fenômeno cultural, está em constante mutação e certamente mudará com a atividade turística, pois esta implica em contatos e interação de culturas diferentes, com a possibilidade de sofrerem influências recíprocas.

Portanto, pode-se enfatizar que o patrimônio cultural comprova o dinamismo da cultura e dos sistemas culturais, bem como a possibilidade da sua compreensão e utilização em benefício das comunidades locais, principalmente, no fortalecimento da memória e da identidade, mas, também como instrumento educativo e turístico, justificando conexões do patrimônio histórico e cultural ao estudo das territorialidades e do Desenvolvimento Local.

1.1.5 Desenvolvimento local

Relacionando patrimônio e Desenvolvimento Local, há o fato de que o patrimônio pode ser considerado como um dos meios para que pequenas comunidades possam se desenvolver, sobretudo no campo econômico, no qual o patrimônio se transformaria em objeto de mercado. Nesse caso, a natureza simbólica como representação da memória coletiva da comunidade estaria agregada. Porém, a valorização do patrimônio no desenvolvimento local está acima disso, conforme menciona Dias (2006, p. 100):

A função que o patrimônio pode cumprir no processo de desenvolvimento local vai muito além de sua transformação em objeto de consumo. O desenvolvimento local tem um importante componente endógeno que está diretamente ligado à trajetória cultural e histórica dos territórios como lugares geográficos ocupados por um povo.

Para Brand, Marinho e Lima, (2007, p. 378), “o Desenvolvimento Local parte da hipótese de que, para estimar o avanço de uma população, deve-se considerar, para além da dimensão econômica, outras características sociais, ambientais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida e o bem estar coletivos”. Os autores consideram como um dos aspectos relevantes do Desenvolvimento Local, o fato de sua ligação com a história:

A história, mormente em sua dimensão local, tece estreitas relações com as formas de satisfação das necessidades humanas fundamentais, contribuindo para o processo de desenvolvimento local. Nesse contexto, pode-se observar que a história é um fator essencial no universal processo de busca humana por entendimento, sobretudo na esfera local, pois cria os meios para a compreensão das relações de poder no lugar, das formas de ocupação do território, das tradições culturais comunitárias, do funcionamento das instituições e redes de relações, da economia e das religiões locais.

Jara (1988, p. 305) também estabelece a ligação do Desenvolvimento Local com a história, ressaltando que a maneira das pessoas viverem se manifesta nas fronteiras espaciais, sendo que a territorialidade se consubstancia da identidade, quando as comunidades vivem uma relação histórica culturalmente. Ou seja, há uma consciência que as define, no momento em que se percebem, que se imaginam. Pode-se dizer, então, que a história constitui a raiz, da qual emerge a cultura a moldar uma identidade que, no território, faz surgir a territorialidade, possibilitando o emergir do desenvolvimento endógeno. O autor complementa o enfoque, apresentando princípios que norteiam esse tipo de desenvolvimento:

O desenvolvimento local é visto como um processo endógeno de mudanças capazes de melhorar as condições de vida, produção e trabalho, que se localiza em espaços territoriais menores, ou como desenvolvimento em escala comunitária, municipal ou microrregional, orientado por princípios de sustentabilidade, equidade social, eficiência econômica, democracia política, conservação ambiental e diversidade cultural.

Percebe-se que o Desenvolvimento Local é uma das formas de envolver as comunidades através de processos produtivos integrados, onde se relacionam a dimensão humana, o lugar e as potencialidades locais. As pessoas e o local são valorizados e novas atividades são implementadas. O desenvolvimento sócio-cultural da coletividade torna-se o centro das atividades (CORIOLANO, 2011). Essa postura conceitual, além das anteriores aqui apresentadas, também se mostra favorável ao Desenvolvimento Local, por trazer benefícios às comunidades. Porém Oliveira (2001, p. 24) considera que:

O desenvolvimento local tende a substituir a cidadania, tende a ser utilizado como sinônimo de cooperação, de negociação, de completa convergência de

interesses, de apaziguamento de conflito. O desenvolvimento local, em muitas versões, é o novo nome do público não-estatal.

Oliveira adota essa atitude de reservas quanto a esse tipo de desenvolvimento, pois segundo esse autor, a maior parte das definições de Desenvolvimento Local assemelha-se mais a adaptações dos dominados do que alternativa à dominação. Ou seja, não se trata de, efetivamente, buscar soluções para comunidades mais singelas e sem maiores oportunidades de melhoria do padrão de vida.

Como se pode observar, Oliveira ressalta os efeitos do Desenvolvimento Local como antagônicos aos demais autores, argumentando em termos de *tendências* ao insucesso desse tipo de desenvolvimento. Se for considerado além dos demais autores o estabelecido por Martins (2012, p. 5) conforme a seguir, a postura apresentada por Oliveira permanece apenas no campo das tendências, carecendo de maior profundidade nas pesquisas de modo a se avaliar maiores resultados nas tentativas de implantação do Desenvolvimento Local:

O desenvolvimento local expressa uma concepção de desenvolvimento que valoriza o lugar como referência territorial e propõe estabelecer uma relação de mútuo fortalecimento com a identidade cultural comunitária. A rede de solidariedade e a gestão democrática e autônoma dos interesses locais frente aos interesses globais são, pois, fundamentos da endogenia e referências da afirmação da identidade individual e comunitária.

Com efeito, esta postura diante do Desenvolvimento Local, constando identidade cultural, solidariedade e gestão democrática e autônoma, como fundamentos da endogenia, princípio básico do Desenvolvimento Local, mostra uma linha média dos conceitos apresentados, sugerindo, pelo menos, um razoável rumo a ser seguido.

Há outras linhas conceituais, também favoráveis ao Desenvolvimento Local, considerando-o capaz de revelar-se numa comunidade que venha a evidenciar habilidades, competências e capacidades para concentrar recursos locais na solução dos seus anseios e aspirações. Nesse ponto, leva-se em conta apoios de agentes externos e internos, bem como investimentos públicos e privados. Trata-se, pois, de uma comunidade instalada em território delimitado e dotada de traços culturais definidores de uma identidade histórica (ÁVILA, 2005).

Da ação desses agentes públicos e privados em determinado espaço, num contexto institucional e cultural, podem resultar estruturas de “governanças” locais (TAPIA, 2005). Essas governanças funcionariam em planejamento, controle e administração de recursos destinados ao Desenvolvimento Local (GONÇALVES, 2012). Pode-se destacar que as

comunidades militares geralmente já dispõem de estruturas similares às governanças, por serem estruturadas na hierarquia e disciplina e estarem enquadradas por um escalão superior. Por sua vez, o comandante desempenharia o papel simultâneo de agente externo e interno à Organização Militar, unidade sob sua gestão.

Acrescenta-se o fato de que o Desenvolvimento Local, como particular tipo de desenvolvimento, distingue-se daquele situado num local com efeitos positivos ao ambiente e às comunidades, mas cujo ganho volta a quem o promove. Difere, também, daquele desenvolvimento que só fica no local enquanto o investimento é compensador (ÁVILA, 2005). Nesse ponto de vista, as unidades militares operacionais voltadas para a defesa, particularmente as localizadas na linha de fronteira, são instaladas e, geralmente, dali não saem, pois não dependem de produção ou lucro e a proteção da fronteira é realizada em caráter permanente. Logo, tal aspecto favorece a sua participação no Desenvolvimento Local propriamente dito.

1.2 PRESENÇA MILITAR

Após o estudo do referencial teórico sobre territorialidades e desenvolvimento local, no que se refere à presença militar são relevantes os conceitos e abordagens de natureza político-militares ligados a: Instituições Militares, Forças Armadas, Exército, Fronteira, Segurança e Desenvolvimento, e Objetivos Fundamentais da Nação. A finalidade dessa parte do estudo é esclarecer o significado da presença militar, estabelecendo sua ligação com patrimônio e territorialidade.

As Instituições Militares constituem o Exército, a Marinha e a Aeronáutica e subordinam-se ao Ministério da Defesa, mas seu emprego compete ao Presidente da República. Os princípios da hierarquia e da disciplina são básicos e imutáveis, constituindo verdadeiros pilares das Instituições Militares (ESG, 2005).

A Constituição Federal Brasileira (1988, p. 98), atual Carta Magna, expressa a destinação das Forças Armadas, na qual fica consubstanciada a missão básica do Exército:

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas

com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Como parcela das Forças Armadas, cabe primordialmente ao Exército: “[...]; garantir a inviolabilidade do Território Nacional, em especial da fronteira terrestre, [...]” (ESG, 2005, p. 112).

Sobre a fronteira terrestre, a atribuição acima mencionada considera a relevância do território, o qual emerge como uma das condicionantes da missão da Força Terrestre. “A fronteira, de maneira geral, é apropriada tanto pela geografia quanto pela geopolítica, e sua temática para ser compreendida deve levar em conta a ação transformadora do homem, bem como as finalidades de suas relações com o território e seu sentido histórico” (CORRÊA, 1999).

A Constituição Federal Brasileira, no § 2 do Art. 20, ao definir os bens da União, relaciona fronteiras e defesa: “A faixa de fronteira de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para a defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão regulados em lei”. Percebe-se, então, que a presença do Exército na fronteira é imperativo constitucional, diretamente ligado ao fator Segurança.

Ao realizar a defesa na região de fronteira, o Exército evidencia um elo com o fator desenvolvimento, pois além da segurança, “deve ainda desenvolver ações subsidiárias apoiando a defesa civil e atuando no processo de desenvolvimento sócio-econômico, a fim de dar efetividade às ações de Governo” (ESG, 2005, p. 113). A presença militar funciona como presença do poder nacional particularmente em regiões afastadas dos maiores centros, onde a iniciativa privada não tem condições de chegar ou não tem interesse. Assim sendo, sem prejuízo da missão principal de segurança, o fator desenvolvimento também é levado em conta.

Pode-se afirmar que na própria concepção militar, segurança e desenvolvimento não se excluem, ao contrário, se complementam, com o Exército atuando nessas duas grandes vertentes com sua presença e participação. Essa atuação insere-se no contexto dos Objetivos Fundamentais da Nação, tais como a Integridade do patrimônio nacional, a Soberania e a Integração nacional (ESG, 2005). Nessa ótica (p. 28), esses objetivos “não são estabelecidos nem fixados”, pois:

Derivam do processo histórico-cultural e emergem, naturalmente, à medida que as necessidades e interesses da comunidade se cristalizam na consciência nacional, representando aspirações que, independente de classes, região, credo religioso, ideologias políticas, origens étnicas ou outros atributos, a todos irmanam.

Pode-se dizer, então, que os Objetivos Fundamentais brotam na comunidade e se consolidam na consciência nacional como fator de coesão. “Para o correto entendimento do significado de cada Objetivo Fundamental, faz-se necessária sua caracterização, com base na evolução histórica da nação e na atuação de suas elites [...]” (ESG, 2005, p. 33-35).

A Integridade do Patrimônio Nacional, como anseio manifestado nas regiões de fronteira, está ligada aos esforços na defesa do território e à proteção do patrimônio histórico-cultural e ambiental. A Soberania refere-se à manutenção da intangibilidade da nação, assegurando a supremacia da ordem jurídica no território e a capacidade de autodeterminação e convívio com as demais nações em igualdade de direitos, rejeitando qualquer forma de intervenção. A Integração Nacional refere-se à incorporação do território ao contexto político e socioeconômico da nação, bem como à redução dos desequilíbrios regionais e sociais, contribuindo para a consolidação da comunidade nacional (ESG, 2005).

Os esforços na conquista e manutenção desses objetivos estão primordialmente evidenciados nas ações desenvolvidas com a presença militar nas regiões de fronteira. Isso ocorre pelo fato do território fronteiriço, notadamente na Fronteira Oeste, ser derivado do processo histórico-cultural ligado a lutas e conflitos bélicos. Isso combina com o aspecto das Organizações Militares daquela região evidenciar um “caráter de permanência, impondo suas ligações com o passado, em especial com suas *tradições*, voltando-as para o futuro, mas sempre a refletir o caráter nacional e a sua vocação histórica”(ESG, 2005, p. 114). “Um dos objetivos da tradição é perpetuar conceitos, experiências e práticas sociais aceitas e usadas por várias gerações. Tradição é uma espécie de patrimônio que uma geração herda da geração anterior e tem o dever de repassar para a geração seguinte” (FAGUNDES, 2008, p. 69-70).

Assim, o Exército presente na Fronteira Oeste mantém a integridade do território e a garantia da soberania na Faixa de Fronteira como imperativo constitucional. Para cumprimento dessa missão eminentemente bélica, coerente com sua histórica participação na vida nacional na conquista e manutenção de aspirações nacionais permanentes, a Força Terrestre instala infra-estruturas de apoio ao pessoal militar e civil existente nas suas áreas de atuação, realizando, ainda, atividades complementares de cunho eminentemente social, ligadas ao apoio às comunidades isoladas.

Desta feita, a presença militar nas regiões de fronteira favorece, além de segurança e desenvolvimento, também a conquista e manutenção de Objetivos Fundamentais da nação, caracterizando uma vocação histórica. Essa tendência sugere a valorização do patrimônio cultural ligado à construção do território, compondo uma teia de relações formadoras da territorialidade de fronteira, segundo condicionantes históricas. Tais fatores, mesmo em escala nacional, sugerem reflexos, justificando o aprofundamento da presente pesquisa até atingir o nível local, o nível comunidade. Particularizando, neste caso, a comunidade de Coimbra, busca-se verificar que ligações podem ser estabelecidas entre o patrimônio histórico-cultural do Forte de Coimbra e o Desenvolvimento Local.

Fonte: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/bandeirantes/entradas-e-bandeiras-3.php>>

O bandeirismo de apresamento a partir do século XVII funcionou como início das grandes penetrações ao interior (EME - Estado-Maior do Exército, 1972.2). A região das reduções jesuíticas do Itatins, no Sudoeste do ex-Mato Grosso, foi um dos principais alvos da conquista bandeirante. Até 1635, foram destruídas “as reduções de San Pedro, San Pablo, [...] o estabelecimento castelhano de Santiago de Xerez, San Joseh, Angeles, Santa Maria Maior e outras nas nascentes do Aquidauana” (HOLANDA, 2011, p. 314). Particularmente quanto ao território hoje sul-mato-grossense, o mesmo ficou bem conhecido dos paulistas, pois as bandeiras circularam em todas as direções. Assim, “[...] não foi difícil àqueles desbravadores aventurar-se para o norte, em busca de índios no rio Cuiabá, onde casualmente encontraram ouro em abundância [...]” (CAMPESTRINI, 2011, p. 31).

O bandeirismo da prospecção e lavra do ouro veio então a funcionar como avanço colonizador. “A atividade de mineração iniciaria o povoamento regular do Mato Grosso, assim como do Oeste Brasileiro, provocando um fluxo migratório para a região” (MARIN; VASCONCELOS, 2003, p. 264). Esse aspecto “ajustava-se, perfeitamente, à geopolítica portuguesa: criar fronteiras vivas diante dos castelhanos” (EME, 1972.2, p. 356).

Tal situação veio a gerar tensões e conflitos territoriais por longo tempo com tratados posteriores ao meridiano de Tordesilhas, de modo a gerar considerável instabilidade. No século XVIII e início do século XIX, vários tratados foram assinados entre Portugal e Espanha, influenciando a definição dos contornos territoriais da colônia portuguesa, principalmente, o Tratado de Madri, o do Pardo, o de S. Ildefonso, além de outros (CRUZ, 2004).

2.1.2 Acordos territoriais e instalação de Fortes Militares

No Tratado de Madri em 1750, Portugal baseou-se no princípio do *uti possidetis*, pelo qual a posse estaria firmada segundo a ocupação efetiva do território. O resultado foi o avanço dos limites coloniais até a linha aproximadamente balizada pelos grandes rios Paraná-Paraguai-Guaporé. Isso se tornou possível, considerando a penetração bandeirante até aonde haviam chegado (EME, 1972.1).

Como parte daquele Tratado, Portugal recebia da Espanha a região das reduções jesuítas: São Miguel, São Borja, Los Angeles, São Luís, São Lourenço, São João e São

Nicolau, em território atualmente no Rio Grande do Sul. O mesmo aconteceu com a missão espanhola de Santa Rosa, às margens do rio Guaporé, cedendo espaço para a construção do Forte de N. S. da Conceição sob as ordens do governador da capitania de Mato Grosso (HOLANDA, 2011).

No Sul de Mato Grosso, o Tratado se baseava na divisa das terras balizadas em rios de localização complicada à época, além de denominações diferentes para espanhóis e portugueses para um mesmo curso d'água. Sousa (2010, p. 99) levanta essa questão e Capestrini (2011, p. 69) dá outros detalhes, tais como:

O rio Igureí, de localização discutida: os espanhóis entendiam que era o rio Iguatemi, chegando, mais tarde, a confundi-lo com o rio Ivinhema; os portugueses defendiam a existência do Igureí abaixo da serra de Amambaí, portanto, em território paraguaio [atual]. Havia outros pontos de discórdia, como o Correntes: para os espanhóis era o Apa; para os portugueses, o Ipané.

Por sua vez, Portugal devolvia aos espanhóis a Colônia do Sacramento, no atual território uruguaio. Devido a dificuldades de demarcação e a reação de índios e jesuítas dos Sete Povos das Missões desencadeando a Guerra Guaranítica, todos os atos realizados no Tratado de Madri foram anulados pelo Tratado de El Pardo em 1761 (SILVA, 2003).

A anulação do Tratado de Madri significaria voltar à situação anterior - Tratado de Tordesilhas. Porém, na prática, nem mesmo Tordesilhas existia mais por ter sido ignorado pelos bandeirantes durante a união das coroas ibéricas (1580 a 1640). Souza (s.d. p. 17), referindo-se ao Tratado de El Pardo, menciona que:

Segundo os termos desse último, voltavam a prevalecer as condições iniciais, contidas no Tratado de Tordesilhas, obrigadas as duas potências a destruir os marcos levantados e os súditos respectivos deviam se recolher aos antigos limites. [...]. Diante dessa confusa situação, vinham sendo não obstante respeitados pelos governantes das possessões ultramarinas os dispositivos do convênio de 1750.

Nem mesmo o que havia sido validado pelo Tratado de Madri era respeitado no pós-El Pardo. Portugal não havia cedido Sacramento, atraindo ataques, ocupação, destruição e obstrução do porto pelos espanhóis. Estes tentaram, ainda, obter de volta a região da missão de Santa Rosa no Guaporé, não conseguindo tomá-la nem repovoá-la. Por fim, adentraram o Sul de Mato Grosso na região de N. S. dos Prazeres (DEL PRIORI, 2010).

Na tentativa da busca de soluções para o impasse, novo acordo foi assinado, em 1777. “A rainha de Portugal e o rei da Espanha, seu irmão Carlos III, firmam o Tratado de S. Ildefonso, que a exemplo do Tratado de Madri de 1750, reconhecia os rios Paraguai e Guaporé como limites de suas possessões na América do Sul” (CRUZ, 2004, p. 350). Por esse tratado, a Colônia do Sacramento e os Sete Povos das Missões ficaram de posse da Espanha e Portugal ficou com a Ilha de Santa Catarina (FERNANDES, 2003). Porém, a questão de fronteira não encerrou. Mantendo-se a fronteira anteriormente fixada em 1750 em suas grandes linhas, mantiveram-se também as anteriores imprecisões e dificuldades de demarcação.

Holanda (2011, p. 411), referindo-se a pouca eficácia na demarcação segundo aquele último tratado, considera que ao encerrar-se o século XVIII, “a fronteira entre territórios portugueses e espanhóis continuava à mercê do mais ousado”. O autor alega a perda da região dos Sete Povos e da Colônia do Sacramento, ressaltando, no entanto, que foram mantidos, além da Amazônia, “o Mato Grosso, criado pela façanha dos moradores e dos capitães-generais, todos muito conscientes de suas responsabilidades”. Ribeiro Neto (2009, p. 71) reforça essa ideia quanto a S. Ildefonso e complementa:

Portugal estava em desvantagem político-militar e mesmo com a perda dos Sete Povos das Missões e da Colônia do Sacramento, manteve-se as conquistas do Tratado de Madrid, restabelecendo o princípio do *uti possidetis*, garantindo a revogação do Tratado de Tordesilhas, a incorporação da Amazônia, do oeste do Paraná e de Santa Catarina, do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul [exceto os “Sete Povos das Missões”].

Desde 1750, além das medidas políticas na busca de acordos diplomáticos, Portugal tomou providências de ordem militar para manter as áreas incorporadas por força do bandeirismo. Devido aos grandes descobrimentos auríferos estimulando migrações demográficas, surgiram “nos sertões novas áreas de povoamento e, com elas, a presença do soldado mantenedor da ordem na paz e defensor das fronteiras na guerra” (EME, 1972.1, p. 358). O homem da fronteira tinha que ser ao mesmo tempo soldado e agricultor. Isso porque a tarefa a ele atribuída era ao mesmo tempo a de defender e colonizar um amplo território. Tratava-se, portanto, do soldado agricultor ou do agricultor soldado (HAYES, 1991).

Foram instalados Fortes e Fortalezas que passaram a funcionar como reforço à defesa do território colonial para além da linha de Tordesilhas. Na Fronteira Oeste, foram instaladas várias fortificações (RIBEIRO NETO, 2009). Essas “construções balizadoras da

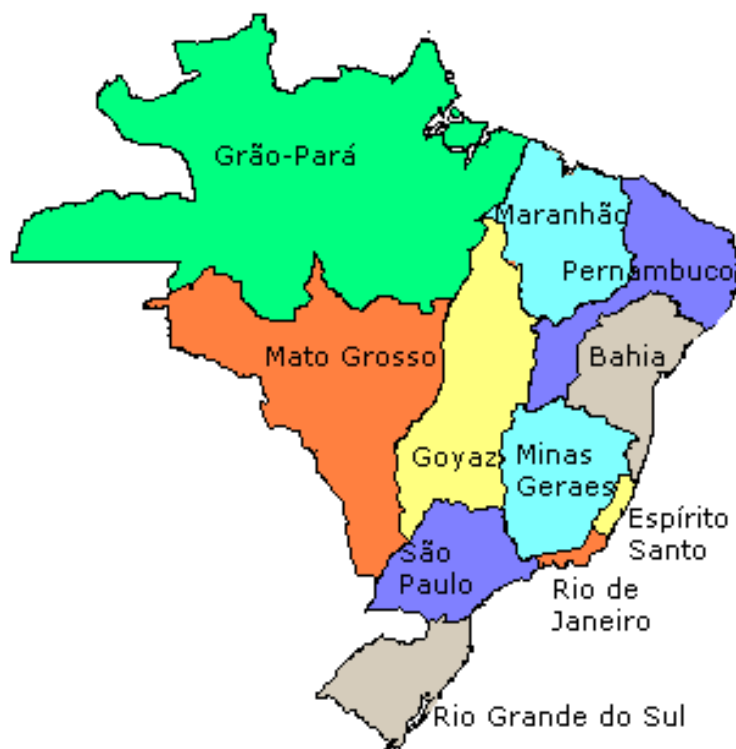
atual fronteira dão bem a medida do acerto das iniciativas, criadoras das raia divisórias, ao longo do rastro deixado pelos bandeirantes” (EME, 1972.1, p. 360) (figura 2).

Figura 2 - Fortes Militares posteriores ao Tratado de Madri



Fonte: História do Exército Brasileiro, 1972, v.1, p. 360.

Inicialmente, em face do Tratado de 1750, o governador da Capitania de São Paulo mandou fundar em 1766 a Colônia Militar do Iguatemi. A colônia foi instalada na margem esquerda do Rio Iguatemi, próximo à foz com o Paraná, portanto em território de outra jurisdição. Isso pelo fato de que em “1748, a Capitania de Mato Grosso foi criada com o desmembramento da Capitania de São Paulo” (MARIN; VASCONCELOS, 2003, p. 18) (figura 3).

Figura 3 - Capitania do Mato Grosso

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Brazil_states1789.png

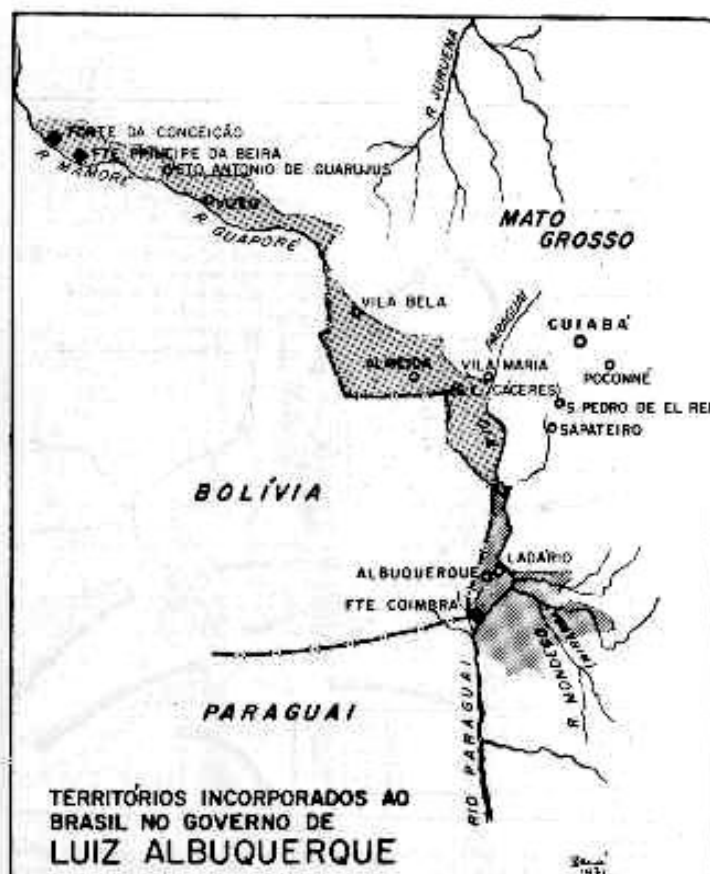
Mas, o governo de Mato Grosso estava mais concentrado nas regiões das minas no norte da capitania. A finalidade do Forte Iguatemi - N. S. dos Prazeres, seria servir como base de apoio às expedições e atuar na proteção a possíveis invasões espanholas. “Os espanhóis não viram a fundação da colônia portuguesa com bons olhos e, a 27 de outubro de 1777, invadiram-na, destruindo-a [...]” (SOUSA, 2010, p. 100).

A partir da década de 1770, a Capitania de Mato Grosso passou a interessar-se pelo baixo Paraguai. Por ordem de seu governador, D. Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, foi construído em 1775 o Presídio de Nova Coimbra - o futuro Forte Coimbra - pelo capitão Matias Ribeiro da Costa na margem direita do Rio Paraguai. Em seguida, em 1776, foi a vez do Forte Príncipe da Beira na margem direita do Guaporé, “o qual permanece desde a sua conclusão em 1783, sem nunca haver disparado um só tiro contra o inimigo, [...]” (SOUZA, s.d.).

Particularmente quanto à Nova Coimbra, essa fortificação ficou na margem ocidental do Rio Paraguai, em desacordo com o Tratado de Santo Ildefonso, cujo limite entre territórios portugueses e espanhóis fora confirmado no Rio Paraguai. Em consequência disso, os territórios localizados à época na margem direita daquele rio voltavam a ser espanhóis, o que significava a perda de Coimbra por estar na margem ocidental. Contudo, D. Luís de

Albuquerque manteve a posse daquele território, pois, mesmo estando Coimbra fora dos domínios lusitanos, “não era norma albuquerqueina retroceder, e o seu arbítrio de se manter ao ocidente do grande rio, calcado em atos de posse anteriores, não iria sofrer qualquer recuo” (SOUZA, s.d.) (figura 4).

Figura 4 - Territórios incorporados ao Mato Grosso



Fonte: História do Exército Brasileiro, 1972, v.1., p. 360

Em 1778, surgiram os Povoados de Albuquerque, hoje Corumbá, o de Mondego, atual cidade de Miranda e o de Vila Maria, atual Cáceres (PRADO, 2012). Tal como Coimbra, Albuquerque também ficou na margem ocidental do Rio Paraguai atraindo da mesma forma as questões territoriais atinentes a Coimbra.

Diante da atitude expansionista portuguesa, houve iniciativas castelhanas particularmente na parte Sul da fronteira de Mato Grosso: aliança com os índios guaicurus habitantes da margem esquerda do Rio Paraguai; construção do Forte Bourbon [atual Forte Olimpo] à margem direita do Rio Paraguai; e construção dos Fortes São Carlos e São José na margem Sul do Rio Apa (SILVA, 2003).

2.2 O FORTE COIMBRA E OS CONFLITOS BÉLICOS

2.2.1 Fundação do Forte de Coimbra

O Presídio de Nova Coimbra, precursor do Forte de Coimbra, foi fundado a 13 de setembro de 1775, na margem direita do Rio Paraguai, no local denominado Estreito São Francisco Xavier. Era apenas uma paliçada de madeira, portanto não se tratava ainda de uma fortificação permanente. Na época, “presídio” significava “fortificação”. A construção foi realizada por Mathias Ribeiro da Costa, por ordem do Governador da Capitania do Mato Grosso D. Luís de Albuquerque. Mas o local determinado era outro, cerca de 40 léguas rio abaixo [aproximadamente 240 km], no local denominado Fecho dos Morros. Embora tenha havido um erro de localização, a posição foi mantida. O objetivo da fortificação era conter o avanço dos espanhóis, assim como as incursões de índios que habitavam aquelas regiões, como os temidos guaicurus (RIBEIRO, s.d.).

Embora o local determinado para a fundação de Coimbra fosse Fecho dos Morros, caso o Forte tivesse sido levantado naquele local, estaria mais exposto ao ataque dos índios e dos espanhóis, além de mais distante dos pontos de apoio da capitania. Além disso, teria sido construído na margem esquerda e não na direita como no caso de Coimbra. Posteriormente, a fundação de Albuquerque - atual Corumbá, também na margem direita do Rio Paraguai, reafirmou o interesse português na margem ocidental (CAMPESTRINI, 2011).

2.2.2 Pacificação dos guaicurus

Nos primórdios do Forte Coimbra, antes de 1775, “os índios guaicurus dominavam a margem ocidental do Rio Paraguai” (RODRIGUES, 1983, p. 61). Em relação às demais tribos, aqueles indígenas impuseram-se pela força tornando-se a nação mais aguerrida em território mato-grossense. Acabaram conquistando respeito e temor das demais tribos das margens do Rio Paraguai pelas ações rápidas e arrasadoras nas cargas de cavalaria. Eram denominados “índios cavaleiros”, devido à extrema perícia na arte de cavalgar e, ao mesmo tempo, pela audácia e destemor como senhores e donos da planície do Xaraés, como se denominava o Pantanal nos primórdios da presença europeia no território. Tinham por hábito aprisionar índios de outras tribos, os quais vendiam, trocavam ou os mantinham em cativeiro. Quando os portugueses se estabeleceram na estacada de madeira em Nova Coimbra,

os guaicururus desencadearam violenta reação contra os invasores de seus domínios. Eram inferiores em armas, mas superavam essa deficiência com ânimo e espírito combativo (SOUZA, 1973) (figura 5).

Figura 5 - Índios guaicururus



Fonte: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kadiweu>> Acesso em: 08/09/2012.

As ordens da Capitania eram buscar a pacificação dos Guaicururus e torná-los partícipes da saga da expansão portuguesa. Os militares de Coimbra passaram doze anos desde a fundação do “presídio” num trabalho permanente em busca do estabelecimento de alianças com os guaicururus. Numa das ações dos guaicururus contra os militares do Forte, 54 soldados foram mortos pelos índios (PRADO, 2012). Somente em 1791, após entendimentos entre oficiais de Coimbra e chefes guaicururus, foi decidido pela paz. Neste contexto, Souza (1973, p. 184) assim se expressa sobre a pacificação dos guaicururus:

O convite do capitão general a dois dos caciques de maior prestígio dentro da comunidade indígena para que se dirigissem a Vila Bela, a fim de assinarem um tratado de amizade e receberem patentes de capitães, calou profundamente no espírito dos chefes, que o atenderam com visíveis mostras de alegria. Assim, vencendo a desconfiança e a relutância dos índios, os portugueses conseguiram sua pacificação e amizade, resultando na adesão dos guaicururus à afirmação da conquista da terra contra os castelhanos.

Uma vez pacificados, os guerreiros a cavalo, também canoieiros exímios, foram valiosos instrumentos militares, possibilitando a Portugal e, posteriormente, ao Brasil manter e defender a fronteira do Sul do Mato Grosso; manter ligações militares rápidas por terra e

água e aumentar o poder defensivo do Forte de Coimbra nos ataques sofridos em 1801 e 1864. Além do apoio às ações defensivas, cooperaram também em expedições contra espanhóis, como a conquista do Forte Espanhol de São José do Apa, em represália ao ataque castelhano sofrido pelo Forte Coimbra em 1801. Da mesma forma, participaram da incursão ao Forte Bourbon, fundado pelos castelhanos em resposta à fundação do Presídio de Coimbra. Naquelas ações, destacaram-se heróis guaicurus como o capitão Lapagate, o cacique Caminino e o índio Nixinica (BENTO, 1975). Bento (1975, p. 60) destaca o feito do índio Nixinica, ligado ao episódio do ataque castelhano ao Forte Coimbra em 1801:

[Nixinica] estava de passagem em Concepción, no Paraguai, em 1801, onde veio a saber que aí chegara uma esquadra para atacar o Forte de Coimbra. Sem perda de tempo, numa pequena canoa e, incansavelmente, remou 500 km rio acima até atingir o Forte Coimbra e avisar seu comandante do perigo iminente.

2.2.3 Da paliçada de madeira ao Forte Coimbra

O local da paliçada era inóspito, isolado e vulnerável. Prado (2012, p. 50) comenta características da região que traziam dificuldades locais:

Este lugar é insuficiente para agricultura, incapaz para criação dos animais por ser alagado, em quase todos os anos sete meses, e passaram-se algumas vezes dois anos sem os campos saírem debaixo das águas, como aconteceu nos anos de 1791 e 92.

Mesmo assim, a vida no “Presídio de Nova Coimbra” durou 21 anos. Além da falta de funcionalidade das instalações e a vulnerabilidade a ataques inimigos, a paliçada de madeira ainda teve que enfrentar um grave acidente, conforme menciona Gomes (1975, p. 8):

Um ano após a sua fundação, aproximadamente, o Forte de Coimbra foi quase totalmente destruído por um incêndio, motivado pelo desleixo de um soldado, que atirou fora o cigarro ainda aceso. Só salvou o paiol de pólvora coberto de telhas e construído, de acordo com o regulamento militar, afastado dos alojamentos.

Segundo Mello (1961.4), o coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, do Real Corpo de Engenheiros, foi nomeado comandante da Fronteira Sul do Mato Grosso, assumindo o comando do Forte Coimbra em 1797 (figura 5).

Figura 6 - Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra



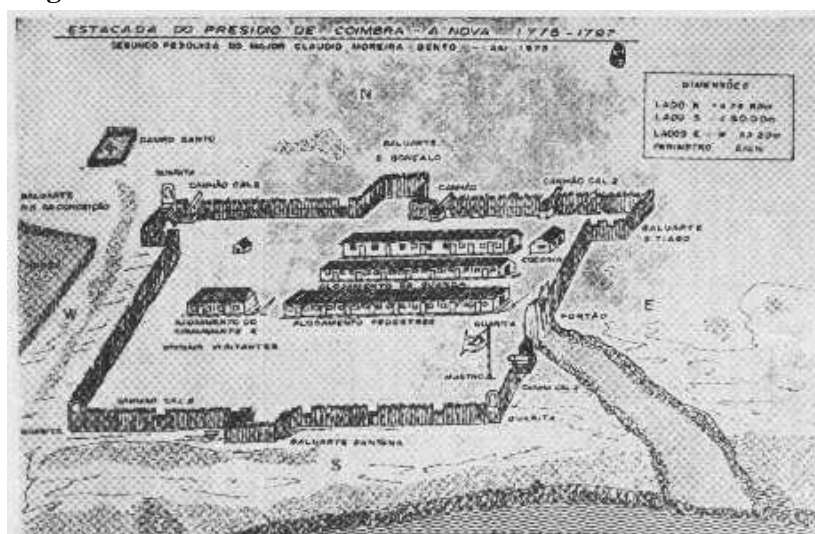
Fonte: <<http://www.forte.jor.br/2011/08/03/3-de-agosto-dia-do-quadro-de-engenheiros-militares/>> Acesso em: 13/08/2012.

O IME (Instituto Militar de Engenharia, 2012), destaca ter sido o referido militar:

Português de nascimento; mapeador geográfico das Capitanias do Grão-Pará, Piauí, São José do Rio Negro e Mato Grosso, além de vários rios das Regiões Norte e Centro-oeste; empreendeu, em inóspitas áreas de nosso território, obras militares, como a conclusão do Forte Príncipe da Beira, a construção do Quartel dos Dragões de Vila Bela da Santíssima Trindade e a construção do estratégico Forte Coimbra; e comandou o Forte Coimbra quando do ataque castelhano de 1801. Faleceu em 1809 no mesmo Forte. É Patrono do Quadro de Engenheiros Militares.

Quando Ricardo Franco assumiu o comando do Forte Coimbra, ainda era uma estacada de madeira. O EME (1972.1, p. 360) esclarece que “devido às oscilações da fronteira, os portugueses não costumavam erigir fortificações permanentes, pelo receio de que viessem a cair em mãos do adversário”. Porém, Ricardo Franco decidiu construir o Forte Coimbra em caráter permanente convicto de que o manteria na posse portuguesa (EME, 1972.1) (figura 7).

Figura 7 - Estacada do Presídio de Coimbra



Fonte: (Reconstituição) Revista Militar Brasileira v. CVII, 1975, p. 50

As obras do Forte prolongaram-se por vários anos, devido à escassez de mão-de-obra, materiais, recursos financeiros e a reduzida prioridade por parte dos governantes. O Forte Coimbra era mais lembrado quando as relações entre Espanha e Portugal ficavam estremecidas na Europa, pela possibilidade de repercussão nas colônias. As épocas de melhor rendimento nas obras foram aquelas em que o Coronel Ricardo Franco esteve no comando, tendo isso ocorrido por três vezes, culminando com sua morte no mesmo local, em 1809. Houve, também, melhor apoio na temporada em que o referido oficial integrou a junta governativa da Capitania do Mato Grosso, devido ao falecimento do 7º Capitão-General Manoel Carlos de Abreu de Menezes (MELLO, 1960.3) (figura 8).

Figura 8 - Parte da frente do Forte Coimbra em alvenaria



Fonte: <<http://www.revistaporanduba.com.br/>>. Acesso em: 07/04/2012.

Mello (1961.4, p. 52-53) relata que nos cinco anos que precederam à independência do Brasil e nos vinte que lhe seguiram, foi grande o desgaste sofrido pelas obras de defesa do setor Sul da fronteira. Em 1825, o capitão José Craveiro de Sá, comandante do Forte Coimbra, enviou ao primeiro presidente da Província do Mato Grosso, já no Brasil independente, o relato da situação militar na fronteira.

Quanto ao aquartelamento do Forte Coimbra, mencionou que “tudo vai ficando arruinado com o tempo e nada se pode reparar por falta de artífices”. Sobre a guarnição, o oficial referiu-se ao fato de que as praças viviam em grande penúria pelo atraso de fardamento, equipamento e gêneros alimentícios. Ressaltou, ainda, que os soldados, ao terminarem a atividade militar do dia, “vão providenciar caça, peixe e frutas silvestres para sustentar a vida.”

2.2.4 O ataque castelhano de 1801 ao Forte Coimbra

A Espanha pressionada por Napoleão declarou guerra a Portugal em busca da anexação de territórios então de posse portuguesa, como a Região de Olivença e outras na península Ibérica. O conflito de curta duração resultou no Tratado de Badajós em 1801. Segundo Mello (1960.3, p. 5):

A nação lusitana fraquejara na guerra de seis semanas que lhe fizeram a França e a Espanha na Península Ibérica. Capitulara, ainda, no ajuste de contas, ao aceitar uma paz vexatória, ao preço do território no Amapá, cedido à França. Todavia, se o resultado das armas e das negociações lhe foi desfavorável na Europa, em contraposição, no Brasil, a guerra europeia propiciou-lhe não pequenas vantagens, visto que, à sombra dela, os gaúchos expulsaram os castelhanos dos Sete Povos Missionários e avançaram até a linha Quarai - Chuí.

Como o conflito na Península propagou-se para as colônias da América, além da posse definitiva dos Sete Povos das Missões pela força das armas, um outro fator de motivação para confronto regional era a instalação dos portugueses na margem direita do Rio Paraguai. Para o EME (1972.1, p. 359), “a guerra peninsular de 1801, rompendo o período de paz, desde 1777, [...], propiciou ao governador da província do Paraguai o ensejo para reaver terras julgadas castelhanas”. Ocorre que “as duas metrópoles não ratificaram, naquele instrumento de Badajós, o Tratado de 1777 [Santo Ildefonso], nem cogitaram de definir os seus domínios no ultramar, [...]” (MELLO, 1960.3, p. 5).

No Mato Grosso, castelhanos colocaram em prática planos bélicos de retomada da faixa ocidental do Rio Paraguai. Pois o Forte Coimbra representava o objetivo decisivo a tal empreendimento. Assim sendo, o Vice-Rei do Rio da Prata atacou naquele ponto, considerado o maior risco de penetração portuguesa no território espanhol. Além de ser uma posição avançada, era também a de maior vulnerabilidade nas defesas portuguesas (ARQNET, 2012).

Como as obras do Forte Novo em alvenaria haviam iniciado no final do século XVIII, já sob o comando do então Tenente-coronel Ricardo Franco, o Forte estava inacabado e desguarnecido quando houve o ataque. Ricardo Franco havia conseguido erguer as muralhas, exceto uma parte da retaguarda. Nada se fizera do *fosso* previsto no projeto original na lateral direita e nos fundos, destinado ao reforçamento das condições de defesa. As obras internas estavam apenas no começo e nenhuma acomodação havia para o pessoal. Todo o funcionamento da Unidade ainda estava na velha estacada, não havendo sequer um plano de ocupação do Forte em situação de emergência. “Foi um corre-corre a mudança do pessoal e do material de urgência para o novo forte” (MELLO, 1960.3, p. 30).

O governador de Assunção - D. Lázaro de Ribera - investiu contra o Forte Coimbra em setembro de 1801. Na operação, os espanhóis dispunham de meios bélicos muito superiores aos dos defensores: 900 homens (CRUZ, 2004, p. 331); 4 goletas [escunas-veleiros com vela traseira maior que dianteiras] artilhadas com 12 canhões; e 30 canoas. A guarnição do Forte dispunha de: 110 homens [Campestrini (2011, p. 84) considera que eram 49 soldados e 60 civis]; 5 canhões de curto alcance em condições de bater somente até o meio do rio; três canoas de serviço; além de escassa munição. Houve o incitamento à rendição portuguesa e a negativa à capitulação por parte de Ricardo Franco (MELLO, 1955).

O ataque foi iniciado na tarde de 16 de setembro, mantendo o bombardeio dia e noite até 21, com intervalos de tentativas de desembarque, rechaçadas contínuas e avaria de uma das embarcações castelhanas. Depois de esbanjarem munição, os castelhanos mudaram de tática, decidindo sitiá-lo na tentativa de conseguir a rendição pelo esgotamento da guarnição e pela fome. Os comandados de Ricardo Franco já vinham economizando munição, significando vantagem sobre o adversário nesse aspecto. As tentativas de assalto castelhano foram mal sucedidas. (GOMES, 1975).

Tendo sido obrigado à permanência de vários dias no cerco a Coimbra, com numeroso volume de tropas estacionadas em lugar tão remoto por um tempo bem maior do

que o esperado, as necessidades logísticas do atacante, sobretudo a “munição de boca”, impunham o abreviar da operação (ARQNET, 2012).

Os atacantes manobram três embarcações, colocando-as próximas do Forte, desencadeando cerrado bombardeio. Os defensores não responderam por falta de alcance das armas (GOMES, 1975). Quando se esperava que o atacante ia desembarcar tropas para sitiá-lo, o mesmo abandonou o combate (CRUZ, 2004).

Ricardo Franco, além da liderança e das qualidades militares, era devoto fervoroso de N. S. do Carmo, a padroeira do Forte, cuja imagem mantinha em devoção no *Presídio*. Naquele conflito, a guarnição correu o risco de ser dizimada em face do poderio militar inimigo muito acima dos defensores. “Para os ocupantes do Forte”, a guarnição nada sofreu por milagre da padroeira (GOMES, 1975).

Em represália ao ocorrido no Forte Coimbra, o tenente Francisco Rodrigues do Prado, comandante da Colônia Militar de Miranda, deslocou tropas rumo ao Forte espanhol de São José na margem Sul do Rio Apa. A expedição partiu da colônia levando alguns oficiais, cinquenta e três soldados e a maior parte da tropa composta por índios guaicurús. Após severa resistência, a guarnição espanhola acabou capitulando. O plano de Rodrigues do Prado era prosseguir sobre o Forte de São Carlos também na margem espanhola do Apa. Devido à negativa dos guaicurús em participar do prosseguimento das ações, a operação foi encerrada (SILVA, 1989). Uma das características táticas dos guaicurús era a de não empreenderem ação guerreira na qual considerassem risco de vida dos seus integrantes ou a impossibilidade de causar baixas nos seus adversários (MELLO, 1961.4).

2.2.5 Contextualização da Guerra do Paraguai

Desde o encerramento da questão do ataque castelhano de 1801, não foram assinalados choques bélicos envolvendo o Forte Coimbra. Um outro ataque ao Forte ocorreu no contexto da Guerra do Paraguai. Para tratar desse fato em que o Forte esteve mais uma vez diretamente envolvido numa situação militar de guerra, é necessário expor determinados aspectos da conjuntura em torno daquele conflito internacional de grandes proporções, havido na Bacia do Prata de 1864 a 1870 (CRUZ, 2004).

Até meados do século XIX, as relações entre o Império do Brasil e o Paraguai estavam equilibradas. O Brasil foi o primeiro País a reconhecer a independência paraguaia e as duas nações tinham Rosas, o presidente argentino, como oponente. Ainda assim, havia antagonismo de parte paraguaia pelo fato de que a posse brasileira no Sul da Província de Mato Grosso entre os rios Branco e Apa não era reconhecida pelo governo de Assunção. Com a queda de Rosas, as divergências começaram a aflorar. O presidente paraguaio - Carlos Antonio López - criou obstáculos à livre navegação do Rio Paraguai por barcos brasileiros. Porém, em 1856, sob ameaça de uma guerra inoportuna contra o Império, o governo de Assunção assinou um tratado que garantia a livre navegação, adiando a discussão das fronteiras por seis anos (DORATIOTO, 2002).

Tal situação, mesmo transitória, atendia à política interna do Império com Assunção pelo quanto facultava a livre navegação do Rio Paraguai - capital via de acesso à província do Mato Grosso. Além disso, era mantida a expansão territorial do período colonial naquela parte da frente. Numa visão mais ampla, a situação contribuía também para a contenção da influência argentina sobre o Paraguai. Era senso comum na cúpula do Império de que Buenos Aires tinha por objetivo permanente o ressurgimento e a centralização do antigo Vice-Reino do Rio da Prata incluindo o território guarani (DORATIOTO, 2002).

Com a morte de Carlos López, o qual deixara o País organizado e desenvolvido, assumiu o poder Francisco Solano López. O ponto de vista do novo governante é mencionado por Ribeiro (s.d., p. 113):

[...] criar um Paraguai maior: anexá-lo ao Uruguai, para a sua pátria tornar-se uma potência marítima; conquistar as províncias argentinas de Corrientes e Entre-Rios e estabelecer a capital em Montevideu; e, principalmente, invadir o Mato Grosso e o Rio Grande do Sul, duas províncias limítrofes ao Paraguai, cujas terras cobiçava por sua fertilidade.

O desenvolvimento e a modernização do Paraguai aumentaram o interesse do País no Prata, especialmente quanto ao porto marítimo de Montevideu (DORATIOTO, 2002). As atenções de Solano López no Uruguai intensificaram-se, no momento em que questões internas daquela nação como os conflitos entre *blancos* e *colorados* e a influência brasileira extrapolaram os limites nacionais, agravando antagonismos platinos (EME, 1972.7).

No início de 1864, a crise entre *blancos*, contrários à presença brasileira no Uruguai, e *colorados*, capazes de dar garantias internas aos produtores brasileiros locais, foi agravada com Anastazio de la Cruz Aguirre do partido *blanco* assumindo a presidência. O Brasil exigiu de Aguirre proteção à vida e às propriedades dos brasileiros, a substituição de ministros antibrasileiros por políticos blancos moderados e indenização por eventuais prejuízos que os residentes brasileiros viessem a sofrer. Como tais exigências não foram atendidas, a esquadra imperial seguiu para o Uruguai, bloqueando Montevideú. Aquela medida de força provocou a queda de Aguirre, levando ao poder o *colorado* Venâncio Flores (KOSHIBA; PEREIRA, 2003). Houve reação por parte do Paraguai. Sousa (2010, p. 106) caracteriza a atitude de Solano López da seguinte forma:

Temendo que a intervenção brasileira fosse o prelúdio de um ataque ao Paraguai, Solano López abriu as hostilidades contra o Brasil, apreendendo o navio brasileiro Marquês de Olinda na sua passagem por Assunção, declarando guerra ao Brasil e invadindo o Mato Grosso em dezembro de 1864.

Contudo, Mota e Braick (2005, p. 263) dão outro enfoque à atitude do governante paraguaio, o que parece diferente de temor ou precaução:

Em represália, López ordenou que uma canhoneira aprisionasse, no rio Paraguai, o navio brasileiro Marquês de Olinda, que se dirigia a Cuiabá e transportava o presidente da província de Mato Grosso. Logo em seguida, o ditador paraguaio rompeu relações com o Brasil, proibiu a navegação brasileira em águas paraguaias e invadiu a província do Mato Grosso.

Considerando o ponto de vista do ditador paraguaio em relação ao Prata, a reação de Solano López parece mais represália do que precaução, até porque, naquela época, o Paraguai já “contava com um exército, que era o maior da América do Sul: cerca de 80.000 soldados com muita munição e poderosa artilharia e cavalaria. O Brasil contava com apenas 17.000 homens em armas, sendo ainda menores as tropas da Argentina e do Uruguai” (RIBEIRO, s.d., p. 113). Segundo o EME (1972.7), aqueles efetivos seriam: “cerca de 60.000 homens do Paraguai; 18.320 do Exército do Brasil; 8.000 da Argentina; e pequeno efetivo do Uruguai”. A diferença de dados entre as fontes não elimina a supremacia militar do Paraguai, destacando a nação guarani como em melhores condições de ir à guerra do que as demais nações platinas.

Após as ações paraguaias de invasão do Mato Grosso, da invasão de Corrientes na Argentina e a do Rio Grande do Sul, consolidou-se o envolvimento das nações platinas no conflito, culminando na assinatura do Tratado da Tríplice Aliança. Assim sendo, surgiu a coalizão Brasil-Argentina-Uruguai destinada ao enfrentamento do Paraguai de Solano López (CRUZ, 2004).

Segundo Doratioto (2002), Solano López esperava decidir o conflito como numa “guerra-relâmpago”, na qual, pela frente Sul, entraria em Corrientes onde seria apoiado pelos federalistas, prosseguindo de forma a obter a submissão de Mitre na Argentina. Com outra coluna na mesma frente, a invasão do Rio Grande do Sul criaria condições favoráveis à adesão dos blancos uruguaios de modo a facilitar uma junção com as tropas vindas de Corrientes. Tais ações, uma vez concretizadas, levariam o Império a assinar a paz. Assim procedendo, o território contestado do Apa ao Rio Branco se tornaria paraguaio, novos limites com a Argentina seriam traçados e o porto marítimo de Montevideu estaria disponível ao comércio exterior de Assunção.

No entanto, o mesmo autor esclarece que no decorrer das batalhas os fatos não se passaram como López idealizara. A união dos federalistas argentinos ao exército paraguaio não se concretizou e a coluna invasora do Rio Grande do Sul acabou submetida ao cerco e à rendição. Mota e Braick (2005, p. 264) atestam que as tropas paraguaias em solo gaúcho “alcançaram algumas vitórias iniciais, mas ficaram totalmente isoladas depois que a frota brasileira destruiu a quase totalidade dos navios paraguaios na batalha do Riachuelo”. Do ponto de vista militar, pode-se acrescentar a essas dificuldades o fato de que López atuando simultaneamente nas Frentes Sul e Norte, “direções estratégicas” diametralmente opostas, dividiu esforços e aumentou a complexidade na coordenação total das forças em operação.

Na Frente Norte, da mesma forma, a invasão ocorreu em duas colunas: uma via fluvial pelo Rio Paraguai na direção Coimbra - Corumbá, sob as ordens do comandante Vicente Barrios; e outra, via terrestre, na direção Miranda - Coxim, sob o comando do Coronel Resquin. Sousa (2010, p. 106-107) descreve essas ações:

Vicente Barrios, subindo o Rio Paraguai, ataca o Forte Coimbra, que se achava sob o comando do tenente-coronel Hermenegildo Porto Carreiro, tendo o combate durado três dias: 27, 28 e 29 de dezembro. [...]. Por terra, Isidoro Resquin invadia o sul da província, ocupando Machorra, a umas duas léguas da margem direita do Rio Apa, tendo dali mandado o capitão Martim Urbietta com 220 homens para ocupar a nossa Colônia Militar dos Dourados, que, atacando-a a 29 de dezembro de 1864, o seu comandante, o tenente

Antônio João Ribeiro, ofereceu heróica resistência, morrendo na luta com todos os seus 15 soldados.

Ribeiro (s.d., p. 120) ressalta a mensagem deixada pelo Tenente Antônio João, quando do ataque paraguaio à Colônia Militar dos Dourados: “Sei que morro, mas o meu sangue e o dos meus companheiros servirá de protesto solene contra a invasão do solo de minha pátria”.

Em face da ocupação do Sul da Província pelas forças paraguaias, foram mobilizadas tropas para expulsar os invasores do território nacional. A expedição realizou o trajeto Uberaba - Coxim - Nioaque - Colônia Militar de Miranda. Posteriormente, tomou o Forte Bela Vista na margem esquerda do Apa, no Paraguai, marchando sobre Laguna. Tendo sofrido fortes reveses impostos pelos paraguaios, iniciou-se a “Retirada da Laguna” (SOUSA, 2010).

Percebe-se que, de maneira geral, as tropas de Solano López foram bem sucedidas na Frente Norte com a invasão do Mato Grosso, o mesmo não acontecendo na Frente Sul. Mesmo assim, não atingiram Cuiabá, a capital da província. A força naval chegou até o Rio São Lourenço e a força terrestre até Coxim. Se havia ou não a intenção de chegarem à Cuiabá, essa é uma questão.

Para Doratioto (2002, p. 100), “embora não conste nas instruções [de Barrios], a lógica leva a crer que o plano paraguaio era das duas colunas invasoras convergirem sobre Cuiabá”. Por outro lado, o EME (1972.7, p. 587) expõe uma das ideias gerais do plano de campanha de López: “Realizar ação preliminar no Estado de Mato Grosso, visando a destruir os efetivos brasileiros existentes, ocupar o território contestado e recolher recursos disponíveis, obtendo segurança ao norte”. Como se pode observar, não consta ocupação de Cuiabá. Mais à frente, o EME (1972.7, p. 592) faz referência à citada questão: “cabe esclarecer o motivo da invasão de López: *Cuiabá* ou apenas a invasão do território contestado? Com relação à capital, apenas suposição, nada pôde provar ser essa a verdadeira meta do ditador, mormente se atentarmos o fato de as colunas não atingirem a cidade”.

Mesmo sem definição se Cuiabá seria ou não o destino final das tropas invasoras na Frente Norte, pode-se dizer que o avanço foi profundo em Mato Grosso. Segundo Corrêa (1999, p. 99), “a invasão paraguaia de 1864-1870 para além da fronteira de Mato Grosso alcançou Coimbra, Corumbá, Miranda, Aquidauana, Nioaque, Dourados, Coxim e boa parte

2.2.6 O ataque paraguaio de 1864 ao Forte Coimbra

Visto a contextualização da Guerra do Paraguai, será apresentado a seguir o envolvimento direto do Forte Coimbra no conflito. A pesquisa assim o exige por fidelidade ao método “dedutivo” no qual se deve partir do geral para o particular. A ênfase destinada ao Forte Coimbra se faz necessária devido ao realce do fato histórico refletindo na atualidade na maior parte das representações simbólicas na localidade.

No contexto da Guerra do Paraguai, a primeira ação bélica contra o território nacional foi desencadeada contra o Forte Coimbra. Partindo de Assunção, a expedição paraguaia do Coronel Vicente Barrios desembarcou ao Sul do Forte na noite de 26 de dezembro de 1864. Parte das forças desembarcou na margem esquerda do Rio Paraguai para realizar reconhecimentos. Posições do terreno foram ocupadas para o bombardeio. Na manhã seguinte, as sentinelas do Forte puderam observar os vapores paraguaios a aproximadamente 6 km rio abaixo (EME, 1972.7).

A posição defensiva vista pelo invasor estava localizada sobre um monte gradualmente inclinado até alcançar a margem do rio. Tratando-se de uma instalação relativamente forte, com sólidas muralhas de pedra, o ataque só poderia ser desencadeado por um lado devido às colinas que a circundavam (DORATIOTO, 2002). Bento (1975, p. 72) expõe o balanço de forças dos dois contendores:

A esquadra paraguaia dispunha de 11 navios de guerra com 39 peças de artilharia de bordo e posição, além de 3200 homens. O Forte contava com 17 canhões e a guarnição brasileira era constituída de 115 soldados, que seriam reforçados na luta que se seguiria por 40 civis, 18 presos, 20 índios guaicurús e 70 mulheres, em sua maioria esposas dos militares.

Segundo o EME (1972, p. 592-593), as posições de combate do Forte “foram ocupadas por ordem do Tenente-coronel Hermenegildo de Albuquerque Portocarrero [Comandante do Distrito Militar do Baixo Paraguai], o qual inspecionava a Unidade naquela oportunidade, assumindo o comando do Forte em substituição ao Capitão Benedito Faria”. O autor prossegue, mencionado que:

Barrios manda a Portocarrero o incitamento à rendição. A entrega da fortificação foi negada. Enquanto elementos de Infantaria e Artilharia tomavam posição para o ataque, a única embarcação artilhada brasileira, a canhoneira Anhambai comandada pelo Tenente Balduino, num golpe de audácia, desceu o rio e abriu fogo contra o inimigo que se aproximava. Posteriormente, colocou-se de maneira a auxiliar o Forte.

Coimbra sofreu um bombardeio e, logo após, 750 homens da Infantaria paraguaia atacaram sob o fogo dos canhões e da fuzilaria brasileiros. Houve 200 baixas do lado paraguaio, forçando aqueles soldados ao recuo. A muralha do Forte não contava com fosso para protegê-la e, em certo trecho, tinha apenas três metros de altura, por onde 8 invasores conseguiram penetrar no interior do Forte, tendo sido neutralizados (DORATIOTTO, 2002). O referido fosso, como obstáculo de relevância na proteção da muralha mais exposta, consta do antigo projeto de construção do Forte, mas não chegou a ser construído (MELLO, 1961.4). Os combates prolongaram pelos dias 27 e 28 de dezembro.

Na parte da noite, os invasores se recolhiam aos navios. Patrulhas saíam do Forte para recolher armas. “Socorreram 18 inimigos feridos abandonados, recebendo os mesmos o tratamento médico no Forte”(EME, 1972.7, p.594). Na fortificação, as mulheres também tiveram destacada atuação. Ao todo, eram 70. “Corajosamente, atendiam aos afazeres do rancho, recarregavam armas, e, na falta de papel para as buchas dos cartuchos, serviam-se até do pano das saias. Algumas delas, no intervalo da fuzilaria, desciam até o rio arriscando a vida e traziam água para reabastecer o Forte” (GOMES, 1975, p. 34). O EME (1972.7, p. 593) destaca a atuação de D. Ludovina, a esposa do comandante Portocarrero, e das mulheres do Forte da seguinte maneira:

Durante a noite, Portocarrero contou com o heroísmo de 70 mulheres homiziadas no Forte, lideradas por sua esposa, D. Ludovina Alves Portocarrero, que espontaneamente se prontificaram ao fabrico artesanal de cartuchos. Fabricaram, dessa forma, 6.000 cartuchos. Neste exemplo, vemos desprendimento, coragem e amor à pátria daquelas abnegadas companheiras de luta. É o espírito tranquilo e pacato da mulher brasileira que, nos momentos difíceis, não vacila e se torna impávido, todo abnegação e heroísmo.

No prosseguimento do combate, a superioridade bélica e a pressão do atacante contra a reduzida força defensiva apressavam o fim dos ocupantes do Forte. Rodrigues (1983, p.72) relata a atitude de D. Ludovina, devota fervorosa de N. S. do Carmo, diante de tal situação:

Dona Ludovina, contudo, não perde a esperança e corre à capela, tira a Virgem do Carmo do seu nicho e leva-a para junto da muralha. Chama um soldado por nome Verdeixas. [...]. Os brasileiros estão extenuados e quase desanimados. Tudo indica haver chegado o fim. Obedecendo ordens da esposa do comandante, Verdeixas caminha sobre a muralha e de braços erguidos conduz acima de sua cabeça a imagem da Santa.

Mello (1961, p. 188) apresenta desdobramentos do fato:

A presença da imagem no cimo da muralha produziu um efeito espetacular. Seu súbito aparecimento naquela posição dominante causou extraordinário encantamento àqueles homens enfurecidos pela luta. Surpresa e admiração em todos os semblantes. Abatem-se os fuzis inimigos. De um e de outro lado cessa o fogo. Impelidos por incontida reverência ao culto de Nossa Senhora, que bem caracteriza a tradição católica dos povos latino-americanos, aqueles homens rudes separados pela guerra, mas identificados pelo sentimento religioso, prorrompem em vivas entusiásticas: “Viva Nossa Senhora do Carmo!” - diziam os de cá. E os de lá respondiam noutra toada: “Viva Nuestra Señora del Carmen!”

Gomes (1975, p. 34) menciona que “esse gesto ocasionou a paralisação do combate por algum tempo: os guaranis retiram-se, batidos, com baixa de um terço do efetivo”. Mello (1975, p. 189) prossegue, dizendo: “Afinal o soldado [Verdeixas] desce com a imagem, sem dano algum. Produzira-se a interrupção da luta, desejada pela heroína [Dona Ludovina]”. Quanto a isso, Ribeiro (s.d., p.117) conclui: “Milagre!? Ou quem sabe, conquista da colonização jesuíta, nos corações dos gentios de ambos os países conflitantes”.

Percebe-se a influência da cultura religiosa oriunda da colonização jesuíta em torno da questão do que terá motivado a pausa nos combates entre paraguaios e brasileiros. O que se pode dizer é que em Coimbra prevalece o traço cultural de que houve milagre de N. S. do Carmo naquela situação relatada pela história. Como a história é escrita por pessoas, não há como o passado ser recuperado ou resgatado. Assim sendo, a história deve ser vista efetivamente como “narrativa” e não como “resgate” de uma realidade passada, o que estaria além da capacidade humana.

Prosseguindo nas narrativas, com a pausa dos combates, após um estudo da situação e um balanço das possibilidades da posição defensiva ser mantida, verificou-se que restavam apenas 1.000 cartuchos, quantidade considerada insuficiente. A decisão foi pelo retraimento à noite via fluvial. A guarnição e demais pessoas deixaram a fortificação embarcados na canhoneira *Anhambai* sem serem pressentidos pelo inimigo, chegando a Corumbá sem baixas. No Forte, ficaram os 18 paraguaios feridos aos quais havia sido prestado socorro (EME, 1972.7, p. 593).

Em face do ataque a Coimbra, em Corumbá a conduta dos comandantes locais foi ao contrário. Diferente do reduzido arcaouço bélico disponível em Coimbra, onde, mesmo assim, houve severa resistência dos defensores do Forte até os limites da capacidade material

e humana, Corumbá era sede do Comando das Armas da Província. Para Sousa (2010), havia na guarnição elementos suficientes, armamento, munição, enfim, recursos disponíveis para emprego em combate. Além disso, à jusante da localidade, existem elevações, tais como os morros à margem direita do Rio Paraguai, Barrote, Morrinho, contrafortes da Serra de Albuquerque. Assim sendo, o autor considera que havia condições favoráveis à defesa de Corumbá, podendo, assim, o Coronel Carlos Augusto de Oliveira, comandante da guarnição, ter oferecido alguma resistência ao inimigo. Ao contrário, houve o abandono da cidade “a 3 de janeiro de 1865, permitindo a sua ocupação pelos invasores, sem troca de um só tiro”. (SOUSA, 2010, p. 106).

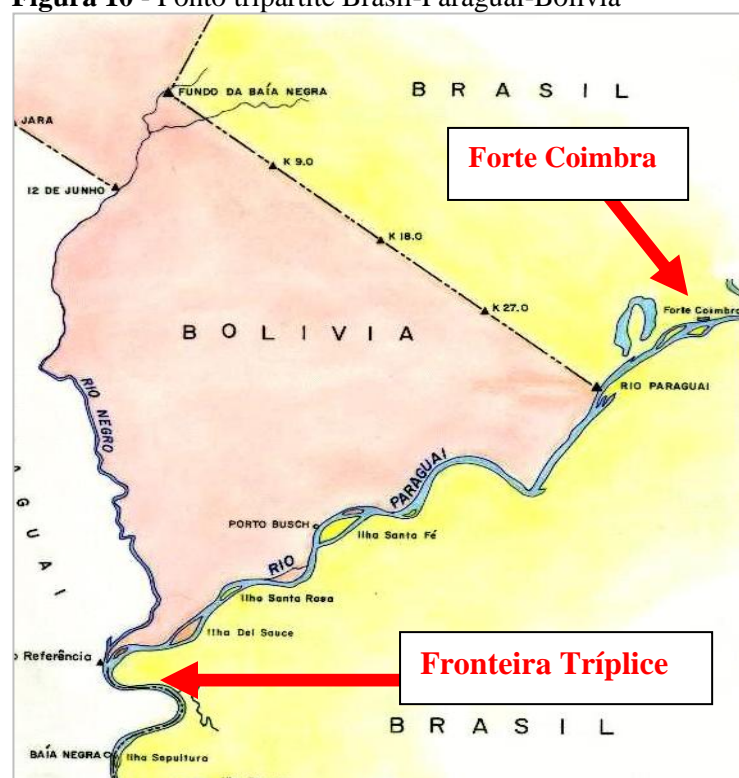
3 A LOCALIDADE DE FORTE COIMBRA

3.1 O ISOLAMENTO GEOGRÁFICO

3.1.1 Localização

A localidade de Forte Coimbra emancipada em 17/12/1953 é Distrito do município de Corumbá. Está posicionada na Morraria de Coimbra na margem direita do Rio Paraguai, no ponto onde o rio descreve o estreito de São Francisco Xavier: latitude $19^{\circ} 53'$ Sul e longitude $57^{\circ} 02'$ Oeste (MARQUES, 2007). O local fica próximo ao marco de referência ponto tripartite Brasil-Paraguai-Bolívia no Pantanal Mato-grossense (figura 10).

Figura 10 - Ponto tripartite Brasil-Paraguai-Bolívia



Fonte: <<http://www.google.com.br/imghp?hl=pt-PT>>

3.1.2 O Pantanal Mato-grossense

O Pantanal Mato-Grossense é patrimônio nacional na forma do parágrafo 4º do Art. 225 da Constituição Federal. Estende-se do Sul de Mato Grosso ao Oeste do Mato Grosso do Sul (figura 11). Desenvolve-se em terrenos geralmente arenosos, em planície de baixa declividade, fazendo a água excedente dos rios escoarem lentamente (TERRA; GUIMARÃES, 2008). Antigos desbravadores em meados do século XVI encontraram índios de diversas nações na região, entre eles os *xaraés*, possibilitando aos conquistadores denominarem o Pantanal Mato-grossense de “Mar dos Xaraés” (CAMPESTRINI, 2011).

Figura 11 - Pantanal Mato-grossense



Fonte: http://opantanalmt.blogspot.com.br/2010_12_01_archive.html. Acesso em: 04/06/2012

Com uma área estimada em 140.000 km², essa planície, levemente ondulada, pontilhada por raros morros isolados e rica em depressões rasas, é cortada pelos rios da Bacia do Rio Paraguai. O clima é quente no verão, com temperatura média em torno de 32°C e frio e seco no inverno, com temperatura média em torno de 21°C. Ocasionalmente, podem ocorrer geadas nos meses de julho e agosto. A precipitação pluviométrica anual está entre 1.000 e 1.400 mm. No verão, entre outubro e maio, época das chuvas, parte das terras são inundadas (AKAGI; ÖENNING, 2012) (figura 12).

Figura 12 - Vista parcial do Pantanal

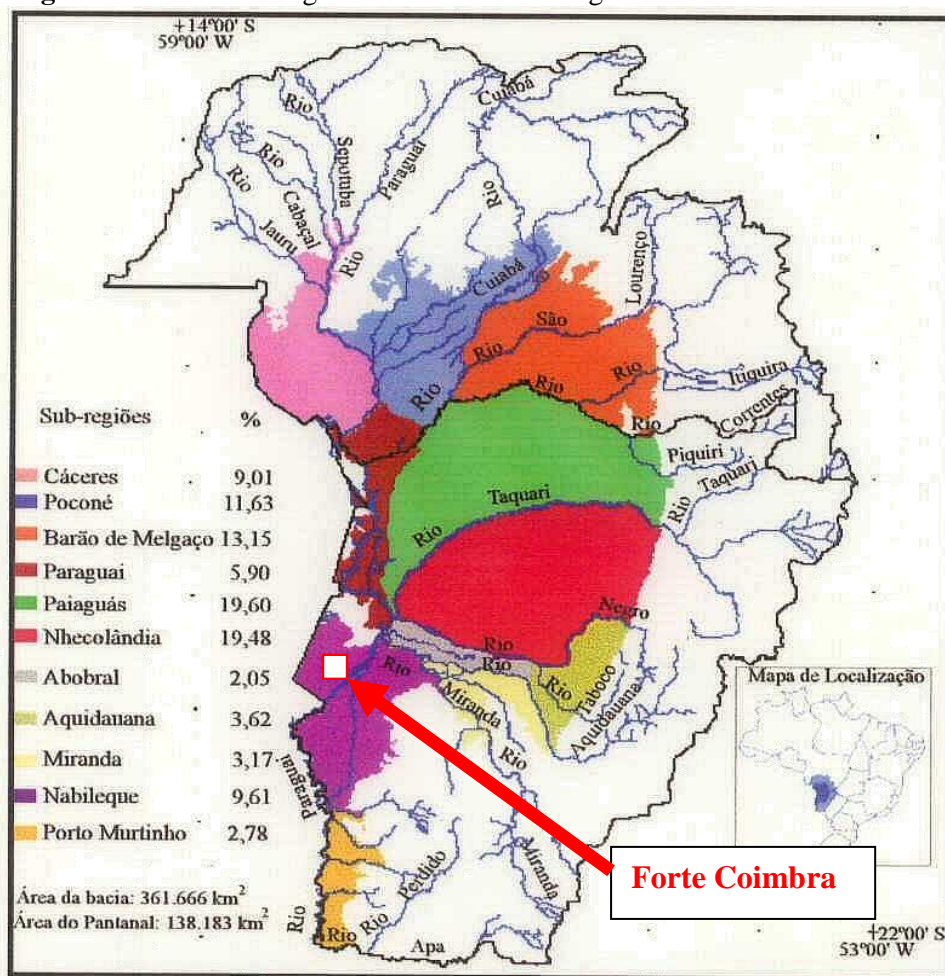


Fonte: Embrapa Pantanal-20 abr. 2012.

A vegetação pantaneira é heterogênea, reunindo características variadas. Ao longo dos rios, enfileiram-se matas tropicais densas; nas áreas sujeitas ao alagamento, predominam os campos; e as áreas mais elevadas caracterizam-se por vegetação de cerrado. Durante a estação chuvosa, no verão, inúmeros córregos, lagoas, vazantes e rios se comunicam e se mesclam, transportando nutrientes que alimentam a diversidade da fauna da região. Na estação seca, durante o inverno, a água cede lugar aos campos e arbustos que funcionam como pastagens naturais (MAGNOLI; ARAUJO, 2005).

Considerando critérios de vegetação, solo, relevo e grau de inundação, o Pantanal Mato-grossense pode ser dividido em 11 sub-regiões: Cáceres, Poconé, Barão de Melgaço, Paraguai, Paiaguás, Nhecolândia, Abobral, Aquidauana, Miranda, Nabileque e Porto Murtinho. Independente da divisão política, cada uma dessas sub-regiões abrange partes de dois ou mais municípios (figura 13). O mapa a seguir mostra a subdivisão e os percentuais em área abrangida em cada uma delas no Pantanal Mato-grossense.

Figura 13 - As 11 sub-regiões do Pantanal Mato-grossense



Fonte: SILVA e ABDON, 1998, p. 1706

A sub-região do Nabileque inclui parcelas territoriais dos municípios de Corumbá, Porto Murtinho e Miranda (SILVA; ABDON, 1998). A região da localidade de Forte Coimbra está no Pantanal do Nabileque (figura 13). A vegetação predominante é do tipo savana, destacando-se uma palmeira nativa da região - o carandá, compondo formações densas - o "carandazal" (ALLEM; VALLS, 1987).

3.1.3. Caracteres geográficos em Coimbra e arredores

No subsolo dos arredores de Coimbra, há ocorrência de cavernas e condutos subterrâneos. Pela ligação com o passado histórico, particularmente, com o construtor do Forte - o Coronel Ricardo Franco, resalta-se que existe nas imediações da localidade uma ampla gruta natural descoberta nos primórdios de Coimbra. Esse acidente natural do terreno

chegou a servir até como esconderijo em época dos ataques ao Forte (SINIGAGLIA, 2009). O relatório de reconhecimento mais antigo da gruta data de 1786, quando o ainda capitão Ricardo Franco, que seria futuramente o construtor do Forte em alvenaria e seu primeiro comandante na nova feição, mencionou características da gruta em diário de viagem e reconhecimento (MELLO, 1961).

Os antigos ocupantes do Forte chegaram a denominá-la “gruta do inferno” e “gruta do buraco soturno”. Posteriormente, passou a ser chamada Gruta Ricardo Franco pelo general Mello (1961.4 p. 313), assim permanecendo até a atualidade: “[...] a majestosa gruta chamarei, não por aqueles nomes vulgares e inexpressivos, mas pelo de Ricardo Franco, o grande soldado que por primeiro a descreveu e que lhe deu notoriedade” (figura 14).

Figura 14 - Gruta Ricardo Franco



Fonte: <http://www.ivan.med.br/fortecoimbra/coimbra_forte.html>.
Acesso em: 13/01/2012

A entrada da gruta dá acesso a uma galeria inicial em solo de declive com escadaria rústica até desaparecerem os raios de luz natural. A partir daí, não há como prosseguir sem a escassa iluminação elétrica instalada. Após cerca de 40 metros, a galeria

abre-se num amplo salão com aproximadamente 50 metros de extensão, 30 de largura e 15 de altura. No solo, forma-se um lago de água cristalina, ligeiramente salobra. Do teto do referido salão pendem formações rochosas de estalactites e do solo partem estalagmites. Ambas acabam se transformando em verdadeiras colunas de grande porte. Além deste salão, há galerias, túneis e corredores conduzindo a várias outras salas.

A visitação à Gruta Ricardo Franco está condicionada a aprovação de um Plano de Manejo, de forma a atender à legislação ambiental, que poderá ser autorizado pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas (CECAV, 2012): “Em 2007, com a criação do Instituto Chico Mendes, a maioria dos Centros Especializados do IBAMA foi incorporada à estrutura organizacional do novo Instituto, dentre eles o CECV”.

Uma das principais influências da fisiografia na região de Coimbra incide nas condições de circulação. As chuvas começando normalmente em outubro tornam precárias as condições de locomoção nas picadas da área a partir da segunda quinzena de novembro.

A partir de meados de 1970, houve enchentes rigorosas em Coimbra. Uma grande cheia no Pantanal Sul-mato-grossense ocorreu em 1974, alagando a área onde ficavam o Armazém, o clube social Camalotão e o Colégio Ricardo Franco (PARREIRA, 2011) (figuras 15 e 16).

Figura 15 - O Clube alagado



Fonte: <<http://polemologia.blogspot.com.br/2011/03/forte-de-coimbra-gamalotao-o-clube.html>>. Acesso em: 12/09/2012

Figura 16 - Localização das três instalações



Fonte: <<http://polemologia.blogspot.com.br/2011/03/forte-de-coimbra-gamalotao-o-clube.html>>. Acesso em: 12/09/2012

Na atualidade, as cheias são bem menos agressivas, mas costumam alagar trechos nas imediações, dificultando a circulação (figura 17).

Figura 17 - Época das cheias - restrições à circulação.

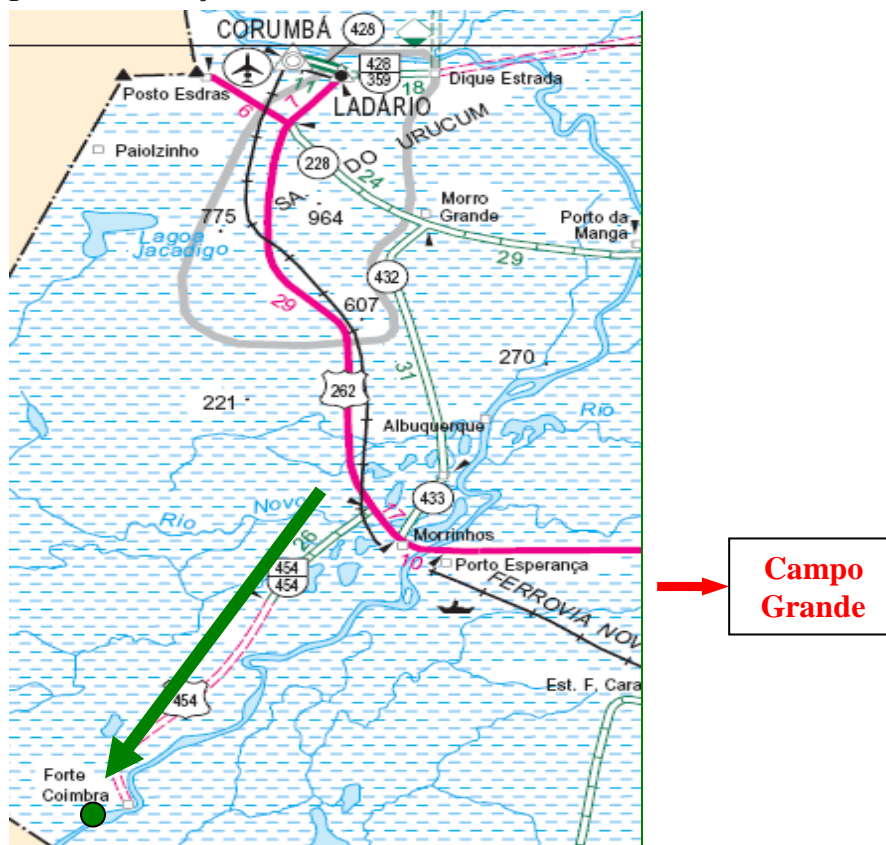


Fonte: Shirley <<http://www.ferias.tur.br/fotos/4148/coimbra-ms.html>>. Acesso em: 13/01/2012.

Sobre a hidrografia, o Rio Paraguai, como artéria principal da Bacia do Paraguai é navegável através do Pantanal, integrando a Hidrovia do Paraná-Paraguai (DNIT, 2012). Nas baías e corixos predominam os camalotes, que são espécies de plantas aquáticas flutuantes que, grupando em forma de ilhas nas cheias, descem o rio acompanhando o fluxo das águas (3ª Cia Fron/FC, 2011). Como Forte Coimbra está bem na margem do Rio Paraguai, ao invés desse curso d'água ser considerado como obstáculo natural de vulto, o mesmo funciona, praticamente, como a verdadeira via de acesso à localidade.

A circulação terrestre torna-se difícil para a população de Coimbra, particularmente quanto à ligação rodoviária de Coimbra a Corumbá, localidade mais próxima. Ocorre que não existe estrada compatível. A esse mister, o Maj Magalhães, comandante da 3ª Companhia de Fronteira e Forte Coimbra em 2011, assim se expressou na entrevista: “Tem uma estrada de 80 km de terra no pantanal. Mas só serve se houver uma seca muito grande, e só com viaturas traçadas. Essa estrada não é utilizada, pois necessitaria muita manutenção com trator. Existe um projeto de construção da estrada para cá, mas é muito caro, difícil” (figura 18).

Figura 18 - Restrições de acesso terrestre a Forte Coimbra



Fonte: <<http://www1.dnit.gov.br/rodovias/mapas/index.htm>>. Acesso em: 19/05/2012.

Com efeito, sobre essa estrada, o mapa oficial do DNIT em vigor mostra que partindo-se da BR-262, sentido Corumbá-Campo Grande, a 17 km antes do Rio Paraguai, há um entroncamento à direita. A partir dali, são 26 km de estrada de terra transitável, sendo que o restante é apenas planejamento da BR-454, em direção à Coimbra (DNIT, 2001).

Pelos caracteres fisiográficos analisados em relação à Coimbra, percebe-se o isolamento da localidade, pois há fatores restritivos à circulação, levando a localidade a concentrar o acesso e a saída de Coimbra unicamente no modal fluvial pelo rio Paraguai, caracterizando exclusiva dependência de embarcações. No título 3.3 sobre as Condições Estruturais, serão analisadas as soluções de transporte existentes para os problemas do isolamento de Coimbra.

3.2 O FATOR MILITAR

3.2.1 O Exército em Coimbra

O Exército dispõe de Organizações Militares distribuídas e instaladas ao longo da fronteira sul-mato-grossense, com vistas ao cumprimento da missão constitucional. São basicamente as tropas da 18ª Brigada de Infantaria de Fronteira (18ª Bda Inf Fron), sediada em Corumbá, e da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (4ª Bda C Mec), sediada em Dourados, ambas integrantes do Comando Militar do Oeste (CMO), em Campo Grande. Além das tropas da Força Terrestre, também a Marinha está instalada na região com o 6º Distrito Naval (6º DN) de Ladário. Vários Destacamentos Militares do Exército estão desdobrados nos limites da fronteira com a Bolívia e com o Paraguai, onde militares e suas famílias marcam a presença nacional em lugares distantes e isolados.

O Exército está presente na região de Coimbra com a 3ª Companhia de Fronteira e Forte Coimbra - Companhia Portocarrero (3ª Cia Fon/FC). Trata-se de uma Organização Militar da arma de Infantaria com autonomia administrativa e diretamente subordinada à 18ª Bda Inf Fron. Por ser Coimbra uma área militar, a gestão do território é realizada sob a responsabilidade do comandante da Unidade, o qual, no contexto da instituição militar e segundo a rotina cultural e militar de Coimbra, funciona ao mesmo tempo como comandante, liderança local e elo na ligação entre os escalões superiores e a localidade.

A Unidade de Coimbra passou por várias denominações ao longo da história, bem como na atualidade, as quais, por vezes, se referiam ao aquartelamento, outras ao lugar e noutras ao território circundante (figura 19).

Figura 19 - 3ª Companhia de Fronteira/Forte Coimbra



Fonte: <<http://opantanaleaqui.blogspot.com.br/2008/11/forte-coimbra.html>>. Acesso em 12/08/2012.

Segundo o histórico do Forte (2011), na Guerra do Paraguai, o Forte Coimbra ficou praticamente destruído, devido a consideráveis danos sofridos, impostos pelo fogo da artilharia inimiga. Ao término da guerra, em 1870, houve a reconstrução e ocupação. Posteriormente, com a construção do novo aquartelamento nas proximidades do mesmo, a antiga fortificação foi desocupada. A partir de 1908, começou a ocupação do novo quartel. O Maj Magalhães, comandante da Organização Militar, comentou sobre as várias denominações recebidas pela sua tradicional Unidade de fronteira:

O Forte como o atual passou a denominar-se como Bateria na ideia de emprego como Artilharia de Costa: Bateria Ricardo Franco, Bateria Portocarrero, 1ª Bateria do 6º e, posteriormente, do 5º Grupo de Artilharia de Costa. A partir de 1992, deixou de ser de Artilharia e passou para a Infantaria, como 3ª Companhia do 17º Batalhão de Caçadores. Atualmente, a denominação é 3ª Companhia de Fronteira e Forte Coimbra, com a denominação histórica de Companhia Portocarrero. O nome mais usado é Forte Coimbra.

Particularizando agora a questão da “presença militar” em Coimbra, há que se considerar as finalidades dessa presença no passado e na atualidade. Nos Períodos Colonial e Imperial, a presença militar na região de Coimbra destinava-se à defesa do território e a proporcionar segurança à colonização e ao desenvolvimento das regiões ao norte da Capitania do Mato Grosso. Na atualidade, o caráter essencialmente belicoso está associado a outras ações, como extensão da missão principal, sem descaracterizar, contudo, a finalidade precípua da defesa externa contra potenciais invasores estrangeiros, de modo a manter a *integridade do território*.

O comandante da Unidade ressaltou a extensão dessa “presença” enfatizando: “Somos a única instituição pública no local. Aqui não há órgãos municipais, estaduais ou federais. Não há organizações de Polícia Federal, IBAMA, FUNASA e outros. A única presença do poder nessa parte da fronteira de modo a garantir a *soberania* é a nossa. É um grande vazio demográfico”.

As palavras do comandante evidenciam mais uma justificativa para o enfoque da presente pesquisa na distante e isolada Forte Coimbra, mostrando a extensão do Papel do Exército por decorrência do cumprimento da missão constitucional de Defesa da Pátria, como única Instituição do Estado Brasileiro presente naquela região.

A missão na linha de fronteira inclui, ainda, a proteção do território nacional contra outros tipos de ameaças. O comandante ressaltou o fato daquela região ser em grande parte “uma fronteira seca com grande permeabilidade e limítrofe com dois países: a Bolívia e o Paraguai. A presença do poder aqui é feita pela Companhia, inibindo a ocorrência de ilícitos de fronteira: tráfico de animais, madeira e pesca, contrabando e drogas.” A Unidade militar de Coimbra realiza constantemente patrulhamentos na linha de fronteira.

O oficial esclareceu, ainda, que: “com as operações de vigilância e patrulhamento de fronteira, muita coisa não acontece devido a essa presença no local”. Para o comandante, “na Defesa Externa, a ameaça é muito reduzida, é a hipótese de emprego mais remota”. Prossegue o oficial: “é de grande importância a parte social, o atendimento às populações ribeirinhas, a garantia da lei e da ordem e a manutenção da paz e tranquilidade. Além disso, a presença militar aqui inclui a proteção do Forte Coimbra como patrimônio histórico.”

3.2.2 Relações com estrangeiros

Quanto às relações com os vizinhos estrangeiros, particularmente do Paraguai [há um destacamento militar - Bahia Negra - a cerca de 25 Km rio abaixo], em face da derrota na Guerra da Tríplice Aliança no século XIX, o Maj Magalhães afirmou que “não há referência sobre ressentimentos do tempo da Guerra do Paraguai, nunca ouvimos falar nisso. Não há sinais de que qualquer mal-estar do tempo da guerra persista até hoje”. O oficial considera que as ações bilaterais Brasil-Paraguai na região, bem como as relações pessoais entre brasileiros e paraguaios são normais, não havendo ocorrências que tragam problemas para Coimbra ou a região da fronteira.

Quanto à Bolívia, da mesma forma, o Maj Magalhães ressaltou o bom relacionamento como nação limítrofe com o Brasil, bem como nas relações com o pessoal boliviano:

A gente não tem problema nenhum de fronteira com os bolivianos. Tem um destacamento boliviano a 10 km rio abaixo [Porto Bush], sendo que seus militares são atendidos no nosso Posto Médico. Quando esses militares bolivianos saem de férias, costumam ficar parados em Corumbá. Para isso, apoiamos esse pessoal com nosso transporte fluvial. Não há problema algum entre militares brasileiros e bolivianos. Sobre os civis, ribeirinhos e bolivianos, também a gente atende aqui. Entre brasileiros e bolivianos não tem havido problemas. Às vezes tem alguma rusga em alguma fazenda entre lavradores mesmo, mas nada do tipo brasileiro contra boliviano. São coisas mais pessoais.

A propósito das relações sociais com paraguaios e bolivianos, na Festa da Santa, realizada em Coimbra anualmente em 16 de julho em homenagem a Nossa Senhora do Carmo - padroeira do Forte Coimbra - os vizinhos estrangeiros também participam. O Sr Angelúcio, Presidente da Irmandade de Nossa Senhora do Carmo em Coimbra, ao ser entrevistado, destacou o especial apoio em recursos para a festa: “Os que ajudam mais são paraguaios. Os paraguaios gostam da festa e nos apoiam muito bem”.

Para Castro (1985, p. 39), fronteira “[...] é a parte de um país contígua a outro [...], é sempre uma área de fricção ou de harmonia entre os países confrontantes”. Nota-se que a presença militar em Coimbra cria condições favoráveis a esse convívio harmônico. Portanto, as boas relações com os vizinhos bolivianos e paraguaios influenciam diretamente no equilíbrio fronteiriço, facilitando entendimentos e contribuindo para “minimizar questões porventura pequenas na linha de fronteira, mas que seriam avolumadas se elevadas às alçadas

superiores. Esse aspecto é relevante, pois as relações amistosas com os vizinhos não-nacionais também integram e delineiam a vida na fronteira sul-mato-grossense” (GUIMARÃES; MARQUES, 2011, p. 28).

3.3 AS CONDIÇÕES ESTRUTURAIS

As condições estruturais necessárias à vida em Coimbra (figura 20) estudadas no presente tópico são basicamente transporte, habitação, saúde, educação.

Figura 20 - A localidade de Forte Coimbra



Fonte: <https://maps.google.com.br/>. Acesso em: 26/05/2012.

3.3.1 Transporte

A questão primordial do transporte na pequena e distante localidade está na ligação com os centros urbanos, de forma a possibilitar a chegada e a saída de Coimbra. Quanto ao transporte aéreo, a pista de pouso local é só para aeronaves de pequeno porte, no máximo tipo Bandeirante ou Karavan. Segundo o Maj Magalhães, “dependendo do período de cheias, ela fica interditada por alagamento. Nesse ano [2011], ficou inoperante o ano todo. O

acesso aéreo foi só de helicóptero”. Sobre o transporte terrestre, fica impraticável pela indisponibilidade de estradas. Portanto, a acessibilidade só é possível via fluvial.

Para se chegar a Coimbra via fluvial, partindo-se de Corumbá ou Campo Grande, é necessário um transporte inter-modal. Inicialmente pela BR-262, são 65 km de Corumbá até Porto Morrinho, onde se localiza a ponte sobre o Rio Paraguai ou 350 km pela mesma rodovia partindo-se de Campo Grande. Próximo à ponte, na margem esquerda, encontra-se instalada a BAPM (Base de Apoio de Porto Morrinho) pertencente à 3ª Cia Fron/FC, de onde partem e chegam embarcações militares de Coimbra. Daquele local, o prosseguimento é fluvial até Coimbra.

O comandante da Unidade ressaltou que o acesso fluvial rotineiro a Coimbra é realizado em lancha rápida, com o tempo aproximado de 2 horas com motor 25 HP e de 1 hora e 15 com motor 40. A 3ª Cia Fron/FC dispõe de duas embarcações de maior porte: a Comandante Balduino, para 44 pessoas, e a embarcação Taquari, para 100 pessoas, podendo esta subir o rio com 7 horas e meia e descer com 6 horas e meia (figura 21),

Figura 21 - Embarcação Taquari



Fonte: <http://opantanaleaqui.blogspot.com.br/2008/11/forte-coimbra.html>. Acesso em: 12/08/2012

Pode-se dizer que a embarcação Taquari é o transporte de material e, essencialmente, o transporte de “massa” utilizado pela população de Coimbra, proporcionando a *integração regional*. A circulação periódica é quinzenal e de custo reduzido. Há embarcações disponibilizadas pelos hotéis fazenda e pousadas pesqueiro na região de Porto Morrinho, mas rotineiramente não atendem à população de Coimbra por se destinarem ao público turista e ser um transporte dispendioso.

3.3.2 Habitação

No Distrito corumbaense de Forte Coimbra, a área militar jurisdicionada ao Exército abrange da ordem 20 mil hectares e está distribuída nas duas margens do Rio Paraguai (3ª Cia Fron/FC, 2012). Sobre a questão da habitação, não há propriedades particulares em Coimbra por ser área da União sob administração militar. Lá existem Próprios Nacionais Residenciais (PNR), construídos pelo Exército, onde residem militares mediante desconto em folha. As residências dos moradores civis são casas antigas de madeira ou alvenaria, construídas por eles próprios em épocas passadas mediante autorização militar extra-oficial.

O comandante explicou que os primeiros moradores civis em Coimbra eram índios, ainda no Período Colonial. Após a instalação do Forte em 1775 e após constantes ataques por parte de indígenas, os próprios índios começaram a ser pacificados e a conviver com os portugueses. Os índios começaram a se instalar nas imediações do Forte, a conviver com o pessoal e ajudar a guarnição do Forte. Posteriormente, segundo o Maj Magalhães, “civis chegaram aqui para apoiar as atividades dos militares de Coimbra. O comandante dava um local e eles faziam a casa. No século passado, começou aumentar a presença deles. Na década de trinta, os comandantes facilitaram mais a instalação dos civis em Coimbra.” Sobre a presença de civis para apoio às atividades militares, segundo Doratioto (2002, p. 123), “era um hábito, nos exércitos da época [século XIX], que as famílias dos soldados, além de comerciantes e aventureiros civis, acompanhassem as tropas que marchavam para a guerra.”

Na atualidade, a questão da propriedade das residências dos moradores civis de Forte Coimbra, foi explicada pelo comandante:

Nós estamos em área militar. Todas as casas aqui existentes são da união. O civil sabe que ele não é o dono. É só uma concessão. Desde 1930, as pessoas ganhavam um terreno, construíam uma casa, mas apenas como uma benfeitoria em Coimbra. Quando morre um morador, a casa fica para a união. Essas casas são muito velhas. Existe a ideia de construir algumas casas como parte do Projeto “Minha Casa Minha Vida”, para remanejar os moradores civis. Mas ocupariam também sem ser deles. Esse ano[2011] vieram aqui autoridades civis e militares para tratarem do assunto. Mas os moradores preferem ficar nas casas velhas, pois as novas ficariam mais afastadas e não na beira do rio.

A preferência das pessoas de ficarem onde estão, mesmo no desconforto das casas velhas, revela o gosto e o apego ao lugar, fortalecendo o sentimento de pertença. Pode-se dizer que no local onde moram manifestam-se relações de identidade e pertencimento ao lugar. É algo mais que mera apropriação do espaço, pois há valores ligados aos sentimentos e à sua identidade cultural e simbólica. Naquele espaço de vida, sentem-se pertencer, pois a ele se identificam (RAFFESTIN, 1993). Perguntado ao Sr Eurídes, um civil dos mais antigos moradores locais, por que gostava de Coimbra, ele respondeu:

Eu gostei daqui pela fé da Santa, da festa dela. E depois eu também sô festero. Todo ano eles me dá ajuda. Daqui sempre eu gostei, é sossegado, é guardado em todo lugar. Só não é guardado da onça. A gente pega um peixinho, ao menos um bocadinho a gente vai pegando. A gente tem uma condição de vida boa. Aqui tem uma segurança doida sô. Agora só o que tá pegando a gente aqui é a onça, né?. Num pode matá ela, né?

Em Coimbra, por se tratar de uma área patrimonial da União sujeita a administração militar, além das restrições legais na questão da habitação, existem restrições ao comércio. O comandante esclareceu que os poucos comerciantes de Coimbra são permissionários da União. O Sr Eurídes, na entrevista, mencionou que em Coimbra:

Tem as mercearia do Seu Bernadino, do Lúcio. Tem as cantina, tipo um barzin, lanchonete. A lanchonete da dona Edi, de dia ela fica no rio, de noite ela vai pra lanchonete. Tem a pousada do seu Lima, é pousada de pescadores. A dona Edi também tem uma. Os turista vêm pescar, param nas casa deles. Eles dão uma passeadinha, vem pra descansar da cidade, do movimento de carro. Ficam aí sentado, olhando os passarinho, tuiúú. Antigamente tinha cinema aqui. Aí veio a televisão né? O cinema era do quartel.

3.3.3 Saúde

Foi verificado se os militares costumam realizar o apoio civil em saúde e calamidade pública na região de Coimbra e fronteira. O Maj Magalhães, comandante da Unidade, afirmou ser esse o dia-a-dia na região de Coimbra e adjacências da fronteira. O Posto Médico da Unidade atende os militares, seus familiares e os civis de Coimbra e arredores. Os militares do serviço de saúde da Companhia prestam apoio mais aos civis do que aos militares. Acrescentou, ainda:

Apoiamos pessoal da prefeitura e auxiliamos com nosso pessoal nas campanhas de vacinação da população e também na vacinação de animais cães e gatos. quando não vêm esses profissionais de fora, eles mandam a medicação e aplicamos aqui. fazemos aciso nos exercícios de campanha e patrulhamentos na linha de fronteira. há um navio da marinha que passa por aqui em média de dois em dois meses, com apoio médico, e nas operações de fronteira que a marinha realiza por aqui, aquele navio também desce o rio.

A única unidade de saúde da região é o Posto Médico da Companhia (figura 22). A instalação dispõe de duas enfermarias estruturadas, com dois leitos cada uma e um berço. Cada uma tem banheiro com chuveiro e rouparia. O Ten Mendes, chefe do Posto Médico, mencionou durante a entrevista que “nem sempre esses leitos são ocupados, mas têm que estar em condições. Numa Festa da Santa houve um problema de saúde generalizado na população com diarreia. As enfermarias e até os corredores foram ocupados. Temos que estar em condições de receber as pessoas”.

Figura 22 - Posto Médico de Coimbra



Fonte: <<http://polemologia.blogspot.com.br/2011/03/forte-de-coimbra-gamalotao-o-club.html>>. Acesso em: 12/09/2012

O Posto dispõe de 2 médicos, 2 dentistas, 2 sargentos enfermeiros e 4 soldados antigos que atuam como enfermeiros. Há, também, 4 soldados recrutas que foram treinados no setor de saúde e “tiram serviço” como auxiliar no Posto. Fazem o primeiro atendimento antes de chamar o médico, quando este chega já houve uma preparação. A equipe dispõe, ainda, de um cabo com 20 anos no serviço de saúde e 15 anos na fronteira que atua como enfermeiro e piloto da embarcação ambulância destinada à evacuação médica. O Ten Mendes acrescentou que “devido à localização de Coimbra, os médicos preferem não servir aqui. Eu vim como voluntário. E só aqui se percebe os motivos que dificultam a vinda dos médicos”.

As doenças e os tipos de atendimentos mais comuns na área são: as doenças traumáticas e contusas articulares devido às atividades dos militares e doenças de pele, como: micoses, pano branco, queda de cabelo. Além disso, ocorrem acidentes com animais, como piranha, ferroadas de arraia, abelhas. O Ten Mendes ressaltou:

Já tivemos morte de um tenente de Coimbra atacado por um enxame de abelhas. Abelhas são o maior medo por aqui, mais que cobra e onça. Não tem havido acidentes com animais peçonhentos como cobras e escorpiões. Sobre endemias, não tem dengue, febre amarela. Os mosquitos de Coimbra não são do tipo *Aedes Aegypti*. Se chega alguém com sintomas de dengue, foi contaminado no arejamento [descanso fora de Coimbra] em período de epidemia. A diarreia, embora comum, não é frequente com o pessoal militar. Ocorre mais é com o pessoal civil por higiene deficiente.

De acordo com o referido oficial, o atendimento mais comum aos militares é nas inspeções de saúde obrigatórias. Nos dependentes dos militares, é mais difícil surgir doença por falta de higiene, devido ao trabalho de conscientização. Muitos civis procuram atendimento médico naquele Posto. O oficial ressaltava dificuldades quanto a medicamentos e transporte para socorro:

Não temos medicamentos destinados aos civis, são previstos só para o pessoal militar. Os civis precisam mais é de medicamentos hipertensivos, cardiológicos, insulina, os militares não são muito sujeitos a isso. Mas o civil precisa e não temos aqui. Mesmo assim atendemos os civis. Fazemos, também, transporte de doentes e feridos via fluvial. Metade desse tipo de socorro é de civis.

O oficial médico relatou um desses socorros realizados com um morador das redondezas via fluvial:

Um pião de fazenda estava com falta de ar, câimbra no lado direito e insuficiência cardíaca congestiva. Não temos eletrocardiograma, mas o

quadro era de enfarto. Entramos com diuréticos e alguma medicação que tínhamos. Transportamos via fluvial. O barco naufragou. Não afogaram devido ao colete salva-vidas. Foi perdido o desfibrilador. Depois o doente foi novamente evacuado. Ele sobreviveu. Era enfarte agudo do miocárdio. Ele agradeceu o apoio da Companhia.

O médico assinalou, também, a questão de que, pelas dificuldades de circulação na região e até por questões culturais, os civis de fora de Coimbra costumam procurar assistência médica quando a situação está agravada:

O civil das comunidades ribeirinhas quando vem, já vem grave, como um pião que chegou com pisadura de cavalo no peito. Estrangeiros aparecem, muitos paraguaios, menos bolivianos. Atendemos todos. Eles vêm com a família toda. Muitas crianças deles vêm com desnutrição, diarreia. Ontem tinha uma com suspeita de catapora. Até o irmão já estava com febre.

Sobre os recursos para atendimento médico, percebeu-se que as pessoas de Coimbra pagam IPTU, pagam impostos para manter comércio aberto, mas não são contempladas com medicamentos. Para o Exército em Coimbra, é uma Ação Cívico-Social permanente (ACISO). O Ten Mendes relatou que a Marinha de vez em quando também faz ACISO e fornece para eles medicamentos que sobram:

Pedimos soro fisiológico, nos deram 12 frascos. O barco da Marinha vem com 2 médicos e enfermeiros. Ficam de um a dois dias num lugar. Não realizam transporte em socorro. Passaram por aqui há dois ou três meses. O atendimento da Marinha é mais para o civil. O nosso atendimento em Coimbra é como Posto Médico, mas aqui é tudo. Às vezes internamos como hospital. Não temos exame laboratorial, é Corumbá ou Campo Grande.

Ao ser questionado sobre sua própria situação profissional, como médico em início de carreira, estando numa localidade isolada como Coimbra, o oficial respondeu:

Aqui adquiro uma segurança maior para trabalhar, pelo desafio e pela responsabilidade médica. Após formado, meu primeiro atendimento foi no Exército. Gosto do Exército e vou permanecer. Vou levar essa experiência pro resto da minha vida. Não foi uma perda de tempo estar aqui. Alguns médicos pensam que é perda de tempo servir no Exército. Isso depende do caráter e do ponto de vista de cada um. Meu compromisso é com o Exército. Aqui tenho ambiente de trabalho, tenho amigos, orientação. É uma experiência de vida.

Pelo que se pode perceber, para o Exército, desafios, dificuldades, restrições e limitações não constituem motivo para abandono da população civil, sobretudo a mais vulnerável a problemas de saúde em lugar desprovido das redes de atendimento médico

disponibilizadas pelo poder público nos centros urbanos. Trata-se aí de uma ocupação de espaço institucional, mas de um verdadeiro vazio deixado pelas instituições especialmente destinadas para tal. O trabalho desenvolvido pelos militares de Forte Coimbra no setor da saúde revela ações levadas a efeito pelo Exército para além do que se pensa no senso comum a respeito do fator militar. É mais uma extensão dos efeitos da presença militar naquela área geográfica.

3.3.4 Educação

Em entrevista, o professor Adriano Ortigoza, Diretor da escola local, relatou que a escola de Forte Coimbra foi fundada no dia 9 de março de 1937, pelo 1º Tenente Hermes Guimarães. “Nascia, assim, uma escola com visão futurista. No mesmo ano, no dia 21 de abril, passou a se chamar escola Dona Ludovina Portocarrero, em homenagem à heroína da Guerra do Paraguai.” Segundo o Diretor, a aula inaugural foi ministrada para 35 crianças, pelo seu fundador auxiliado por dois militares. No dia 6 de novembro de 1989, passou a ser denominada “Escola Municipal Ludovina Portocarrero”.

Sobre o nível de ensino oferecido e o efetivo matriculado, a Escola oferece Educação Infantil, para crianças de 4 a 5 anos, e Ensino Fundamental para alunos de 6 a 14 anos. O professor Adriano relatou que: “foi tentado funcionar o ensino Médio-Educação de Jovens e Adultos. Houve desinteresse dos pais, e dos alunos mais ainda. Nos dois anos de funcionamento, somente 3 alunos concluíram o curso.” Atualmente, o corpo discente é formado por 39 alunos matriculados e frequentando. “Já houve bem mais alunos, quando havia o cabo estabilizado. Os praças estabilizados tinham muitos filhos. Hoje os cabos ficam apenas 7 anos na ativa e vão embora com suas famílias. Os filhos de civis que não foram militares são poucos, mas sempre foram poucos.”

Os objetivos da escola e o aproveitamento do corpo discente foram outros pontos abordados na entrevista. O Diretor considera que o aproveitamento dos alunos é satisfatório e ressalta que, de maneira geral, “os alunos transferidos para outras localidades não encontram dificuldades para se adaptarem à nova realidade de ensino e em todas as avaliações que a Instituição é submetida, sempre alcançamos a nota máxima.” Como exemplos de ex-alunos, o Diretor acrescenta: “Temos ex-aluno que hoje é oficial médico do Exército; temos o Capitão Nivaldo, ex-comandante de Forte Coimbra [2004], que também foi aluno da nossa escola [em

2011 está no posto de Tenente-Coronel]. Temos, também, um cadete na Academia Militar das Agulhas Negras”. O professor expôs a proposta pedagógica da escola:

Os nossos trabalhos pedagógicos estão voltados para darmos respaldo suficiente aos nossos educandos e estamos compromissados com educação de qualidade. Desta forma, garantiremos a promoção e a valorização dos indivíduos, bem como sua interação com o contexto social num processo construtivo e transformador, conscientizando-o de sua importância como ser social, crítico, atuante e autônomo. Visa, também, ao desenvolvimento de habilidades que lhes deem condições de interagir na sociedade, transformando e aprimorando sua realidade.

Quanto ao corpo docente da escola de Coimbra, o Diretor professor Adriano Ortigoza é formado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul em Licenciatura Plena em Pedagogia e pós-graduado nas áreas de Gestão Escolar e Arte na Educação. A Escola possui 6 professoras convocadas pela Secretaria Municipal de Educação de Corumbá: uma do magistério, duas pedagogas, uma fisioterapeuta e duas com ensino superior incompleto. Cinco das professoras são esposas de militares e uma é esposa de civil. Todas são residentes em Coimbra, pois há dificuldades para se conseguir professoras de fora.

Considerando não só o apoio à educação, mas toda a estrutura existente de modo a viabilizar a dinâmica da vida em Forte Coimbra, percebe-se a importante influência do Exército na comunidade, facilitando o estabelecimento das relações entre as pessoas, estimulando o sentimento de pertença e contribuindo para o fortalecimento da identidade local.

Fonte: Revista Militar Brasileira, V. CVII, 1975, p. 50

A figura 23 mostra o “Prezídio de Nova Coimbra”, a estacada de madeira que foi utilizada de 1775 a 1790, precursora do atual Forte de Coimbra. O traçado mostrado na figura é fruto de uma reconstituição feita pelo Maj Cláudio Moreira Bento, com base em diário de navegadores castelhanos de 1790 (BENTO, 1975). O Ten Tapajós, de Forte Coimbra, ao mostrar os acidentes geográficos do terreno na região da localidade, durante a pesquisa de campo, mencionou: “Ali tem o carandazal, árvore típica região. Foi com ela que a paliçada de madeira foi construída originalmente.”

No final do século XVIII, a tendência das fortificações seguia preceitos de Sébastien Le Preste Vauban, marechal francês que notabilizou-se no século XVII na construção de fortificações tanto em terreno plano quanto em terreno montanhoso (WIKIPEDIA, 2012).

Na época de Vouban, era comum a relativa imobilidade das tropas e o alcance reduzido das armas. Diante disso, as novas fortificações tinham o objetivo de barrar as vias de circulação como estradas e rios, de modo que o cerco a essas posições se tornasse imperativo para o prosseguimento das tropas invasoras. Os “baluartes” se tornaram de constante uso. Além disso, a defesa mais próxima da posição defensiva cresceu de importância, exigindo a construção, também, de um fosso, que permitisse atingir o flanco do atacante. A resistência das fortificações de Vauban apresentavam, em geral, uma continuidade. A maior vulnerabilidade desse sistema era a exposição ao inimigo pela pouca disponibilidade de abrigos de proteção para os homens e as armas. O abrigo era basicamente o parapeito na parte superior das muralhas, o que exigia maior apoio de artilharia (RIBEIRO NETO, 2009).

“Baluarte” refere-se a uma estrutura avançada da muralha, normalmente, de forma pontiaguda, com duas frentes e dois flancos. A muralha “abaluartada” apresenta reentrâncias e saliências no traçado (MARQUES, 2007). “Fosso” constitui uma escavação em torno da fortificação, aumentando a proteção. Flanqueamento é a possibilidade de atingir as laterais daquele que realiza o ataque (RIBEIRO NETO, 2009). Este autor (2009, p. 51) considera que:

Segundo as concepções da Engenharia Militar do final do século XVIII, a construção militar de Coimbra denomina-se “forte”. Isto por possuir originalmente duas baterias de artilharia no mesmo conjunto da obra. [...], o Forte Coimbra possui o “traçado baluartado”. Esta característica proporciona ao forte um flanqueamento perfeito. Em suma, a construção do Forte Coimbra seguiu as concepções do “período de Vauban”. Portanto, o projeto do então Tenente Coronel do Real Corpo de Engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra para o forte de argamassa seguiu os padrões e tendências mais atuais para a época, o final do século XVIII.

Figura 24 - Traçado abaluartado do Forte Coimbra



Fonte: Tripulação do Monitor Parnaíba UH-17 (Adaptado pelo autor em 2012) <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Forte_Coimbra_tripula%C3%A7%C3%A3o_U17.jpg>

Na figura 24, adaptando-se aos conceitos baseados nos autores Marques (2007) e Ribeiro Neto (2009), podem ser identificados baluartes no traçado da muralha do Forte Coimbra atual. Para melhor entendimento, os baluartes estão mostrados pelas setas amarelas. A linha tracejada branca mostra, aproximadamente, o traçado do fosso não construído, constante do projeto original de Ricardo Franco. A não construção do fosso dificultou a defesa contra o ataque paraguaio de 1864, como menciona Mello (1960.3):

O fosso não chegou a ser construído. Era uma obra penosa e de difícil realização, pois teria de ser cavado na rocha viva. Aliás poderia ser dispensado nas faces bem flanqueadas, onde os muros excedessem a altura de 2,50 m. Aconteceu, porém, como se viu no 2º ataque ao Forte, em 1864, que o muro da gola, por ter ficado abaixo daquela altura, foi escalado, na hora do assalto, por alguns soldados paraguaios. Nesta frente, pois, o fosso tinha rigoroso cabimento, ou, na falta dele, a muralha deveria ter sido mais alta e não foi, pelo que, em 1864, ela funcionou como calcanhar de Aquiles.

O Forte Príncipe da Beira, em Rondônia na margem direita do rio Guaporé na fronteira boliviana, é o outro Forte da Fronteira Oeste remanescente do Período Colonial resultante das disputas territoriais entre portugueses e espanhóis. Essa construção também no estilo Vouban, foi concluída em 1783, portanto, 10 anos antes do início do Forte Coimbra em alvenaria. Devido ao falecimento do seu construtor inicial - Domingos Sambocetti - a

continuidade da obra e sua conclusão foram realizadas pelo mesmo Ricardo Franco, quando ainda era capitão (SKYSCRAPERCITY, 2012).

A título de comparação quanto ao traçado perimetral dos dois Fortes, observando-se a figura 25, percebe-se que no caso do Príncipe da Beira, os baluartes são bem definidos e regulares (setas brancas). Isto se explica pelo local plano, diferentemente do Forte Coimbra, que por ter sido construído na encosta do morro, teve seu traçado condicionado ao relevo e ao aproveitamento tático do terreno, dificultando a simetria e regularidade no traçado.

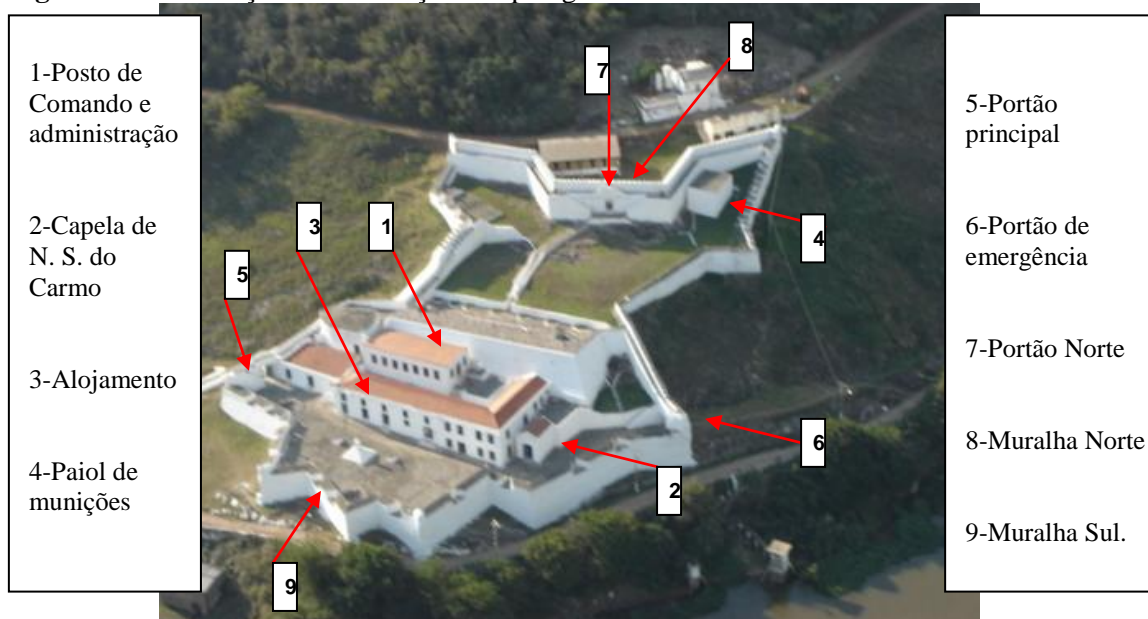
Figura 25 - Forte Príncipe da Beira



Fonte: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=575235>>. Acesso em: 18/08/2012

4.1.2 O Forte Coimbra na atualidade

O Forte Coimbra nas feições atuais é resultado da reconstrução no período de janeiro de 1874 a junho de 1878, por ter sido quase todo destruído na Guerra do Paraguai. A funcionalidade das instalações pode ser observada na figura 26, considerando a destinação das principais instalações: Posto de Comando e administração; Capela de N. S. do Carmo; Alojamentos; Paiol de munições; Portão principal; Portão de emergência; Portão Norte; Muralha Norte; e Muralha Sul (BENTO, 1975).

Figura 26 - Destinação das instalações no pós-guerra

Fonte: Tripulação do Monitor Parnaíba UH-17 (Adaptado pelo autor em 2012) <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Forte_Coimbra_tripula%C3%A7%C3%A3o_U17.jpg>

De maneira geral, as instalações do Forte Coimbra se distribuem em três níveis em elevação à medida que se desloca da entrada para os fundos, como se estivesse galgando a encosta do morro em três planos horizontais. A figura 27 mostra o Forte visto segundo a observação frontal do rio para a margem.

Figura 27 - Vista frontal do Forte Coimbra

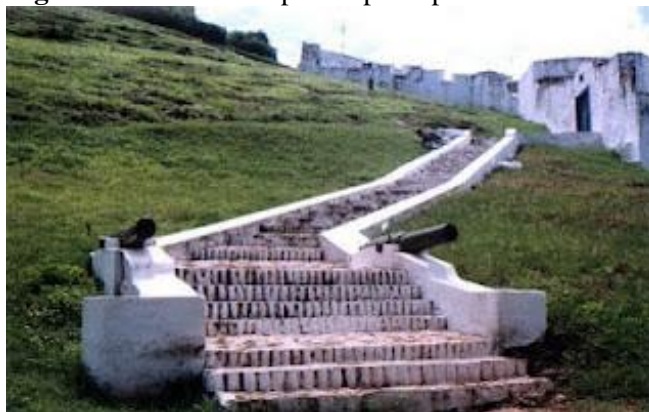
Fonte: <http://jlmldias.blog.uol.com.br/arch2011-04-01_2011-04-30.html>; Acesso em: 08/02/2012.

Percebe-se que do rio se pode observar parte do interior do Forte. Esse aspecto se mostra desfavorável aos defensores da fortificação, a qual é vista, também, da parte mais elevada do morro onde está instalada (MELLO, 1960.3).

Quanto às instalações e muralhas, elas são em argamassa de pedra e cal. Quanto à cobertura, segundo o Ten Tapajós, “todo o telhado do 1º pavimento é novo, mas seguindo as características possíveis do telhado original, pois, quando foi construído, eram telhas de uma aba só. As atuais são de telha e calha”.

O acesso ao portão principal, o qual fica na muralha lateral direita do forte, é realizado por escadarias de pedra (figura 28).

Figura 28 - Acesso ao portão principal



Fonte: <<http://polemologia.blogspot.com.br/2011/09/forte-de-coimbra-camara-de-tiro-do-16.html>>. Acesso em: 12/09/2012.

O portão principal do Forte dá acesso ao pátio interno no piso mais baixo. Dali seguem-se as salas iniciais. Nas primeiras salas funcionavam os alojamentos. Algumas delas dispõem de estruturas de alvenaria com formato de camas. Naquelas camas dormiam pessoas que viveram ali (figuras 29 e 30).

Figura 29 - Portão principal



Fonte: Arquivo Militar (2011)

Figura 30 - Pátio principal

Fonte: <<http://www.revistaporanduba.com.br/wp-content/uploads/2011/08/Tradi%C3%A7%C3%A3odef%C3%A9.jpg>>. Acesso em: 07/04/2012.

Atrás da primeira linha de salas do pátio principal, está a sala do comandante já no segundo nível da elevação. Atualmente, os militares denominam a sala de “museu”, pelo fato de ali estar reunido o pequeno acervo de objetos antigos. O restante do acervo existente limita-se aos canhões instalados em pontos adequados do Forte.

Também, nesse segundo nível, está o depósito de munições e a masmorra. O local onde ficavam os presos é bem pequeno, tendo apenas duas janelinhas tipo escotilha para entrada de luz e ar (figura 31).

Figura 31: Acesso à masmorra

Fonte: Arquivo Militar (2011)

Como o Forte Coimbra foi construído em terreno de aclive na encosta do Morro de Coimbra, há certa dificuldade para o deslocamento no interior do mesmo devido às constantes subidas em escadarias de pedra com degraus mais altos que os normais. O acesso ao terceiro piso, parte mais elevada no interior do Forte, passa por um túnel curto ligando a área mais edificada dos dois níveis anteriores a uma espécie de pátio final em aclive, dando acesso à muralha posterior do Forte.

Figura 32 - Muralha dos fundos no solo mais elevado



Fonte: Arquivo Militar (2011).

Na figura 32, pode-se observar gravado na muralha ao fundo, limitando a área do Forte, a frase: “Somente pela sorte e honra das armas entregaremos o forte”, dito por Hermenegildo Portocarrero em 1864, quando do 2º ataque, já no Período Imperial, realizado pelas tropas do Cel Barrios, no início da Guerra do Paraguai (AQUINO, 1975).

Do local próximo à muralha final, é possível aos visitantes uma visão parcial da localidade de Coimbra, do rio Paraguai, das margens do rio e das ilhas Corazón, localizadas próximas a Coimbra. O Ten Tapajós acrescentou que daquela posição privilegiada descortinando o pantanal, costuma comentar e mostrar, no próprio ambiente onde os fatos

aconteceram, os locais de desembarque, os procedimentos e por onde os inimigos progrediram até as muralhas do Forte (figura 33).

Figura 33 - Vista parcial do interior do Forte e do lugarejo



Fonte: Arquivo Militar (2011)

O retorno para o pátio principal do forte, normalmente é realizado pelos visitantes descendo por outra escadaria de pedra. De volta ao 1º piso, na extremidade do pátio oposta ao portão principal, encontra-se a capela do Forte, destinada a N. S. do Carmo a Padroeira do Forte Coimbra (figura 34).

Figura 34 - Capela do Forte, altar e “túnel”



Fonte: Arquivo Militar (2011)

Sobre a capela do Forte, o oficial guia mencionou o seguinte:

Ela é muito importante para a história de Coimbra, pois por aqui fizeram a saída das pessoas que se encontravam no Forte na 2ª batalha [Guerra do Paraguai]. Embaixo do altar da Santa, têm madeiras soltas. Aqui começava um túnel para fuga das pessoas. O túnel termina no local onde hoje está a pista de pouso de Coimbra. Hoje o túnel encontra-se aterrado [figura 34]. Houve uma época, em que a capela deixou de ser utilizada como capela, sendo aproveitada para depósito de objetos e materiais de uso do Forte.

Segundo Mello (1961), a primeira capela do Forte era de madeira, na paliçada de madeira construída nas origens do Forte Coimbra. Posteriormente, foi construída em alvenaria no conjunto do Forte Novo, tendo sido destruída juntamente com o Forte por ocasião da Guerra do Paraguai. Em 1876, já no pós-guerra, foi reconstruída.

A fé em N. S. do Carmo não se manteve tal como antes ao término do Período Imperial. O Mesmo autor esclarece que, com o advento da República e a laicização do Estado, desconectando Igreja e Estado, a capela do Forte perdeu relevância. Em 1908, nos trabalhos de recuperação do Forte de Coimbra que estava em situação precária, a Comissão responsável pelas obras, alegando exiguidade de recursos para novas obras bem como a separação da Igreja, em acordo com o comandante da Unidade na época, providenciou a desocupação da capela da padroeira do Forte, tornando o local num depósito de material.

A imagem da Santa e os utensílios foram confiados a um morador da comunidade, Sr Raimundo, um ex-combatente da Guerra do Paraguai, o qual providenciou na Vila de Coimbra uma outra capela. Somente em 1954, a capela do forte foi reconstruída atingindo a versão atual. Um outro aspecto é que na capela do Forte, foi sepultado seu construtor e comandante Ricardo Franco em 1809 (MELLO, 1961).

4.2 O ACERVO DE OBJETOS ANTIGOS

O acervo do Forte é composto de “objetos antigos” e “armas”, constando em listagem de controle patrimonial da Unidade, sob o título *Obras de arte e peças para museus*. Quanto aos “objetos antigos” constantes do acervo as etiquetas informativas trazem apenas a denominação de cada objeto. Não há características de cada material, tampouco a ligação do mesmo com o passado, a que época se refere, em que fatos esteve inserido, em suma, em que

circunstâncias determinado objeto esteve ligado à ação humana. Assim, fica para o acompanhante ou guia o pesado encargo de fazer as referidas ligações, nem sempre possíveis. As informações que acompanham as imagens a seguir foram levantadas ou complementadas durante a pesquisa, de modo a contribuir com as atividades de recepção a visitantes.

Poucos objetos existentes na sala denominada “museu” do Forte podem ser ligados aos fatos históricos em que o Forte esteve engajado em conflitos bélicos, como os ataques de 1801 e 1864. Mesmo assim, tratam-se de peças que estiveram de alguma forma ligadas à ação humana nos séculos XIX e XX.

Figura 35 - Busto do Coronel Ricardo Franco



Fonte: Ten Amikura / Forte Coimbra (2012)

Na figura 35, está o busto do Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, construtor do Forte Coimbra e comandante do Forte por três vezes. Ricardo Franco era o comandante por ocasião do ataque castelhano de Don Lázaro de Ribera em 1801, no Período Colonial, quando com reduzida guarnição e a fé em Nossa Senhora do Carmo, foi possível repelir o inimigo (AQUINO, 1975).

Percebe-se na figura 35 uma corda de balizamento, mostrando a área onde estão o busto de Ricardo Franco e a urna com seus restos mortais, mostrada na imagem seguinte (figura 36). A finalidade é destacar a relevância dessa parte do acervo segundo as construções simbólicas reinantes na cultura local ligadas ao “culto aos heróis,” procedimento usual na cultura militar.

A tradição do culto aos heróis é mantida na cultura militar de modo a enaltecer personagens que, segundo a história, se destacaram no processo de formação e evolução da nacionalidade brasileira. Em Forte Coimbra, principalmente Ricardo Franco tem esse destaque pela atuação em prol da formação e defesa territorial da Fronteira Oeste, sendo cultuado anualmente no dia 13 de setembro - Aniversário do Forte Coimbra - data de fundação do primeiro Forte em 1775.

Figura 36 - Urna com restos mortais de Ricardo Franco



Fonte: Ten Amikura / Forte Coimbra (2011)

A figura 36 mostra a urna com as cinzas mortuárias e peças do uniforme de Ricardo Franco. O construtor e ex-comandante do Forte Coimbra em alvenaria morreu em 1809, tendo sido enterrado na capela do Forte. Posteriormente, seus restos mortais foram trasladados para Vila Bela da Santíssima Trindade, tendo sido colocados na Capela de Santo Antônio dos Militares, sendo, finalmente, trazidos de volta ao Forte Coimbra.

Bento (1975, p. 71) assim se expressou a respeito do retorno dos restos mortais de Vila Bela para Coimbra: “decorridos cerca de um século de permanência naquele local, foram localizados[...]. Hoje eles se encontram em Coimbra, para repouso eterno, ao abrigo do solo e muralhas sagradas da legendária fortaleza que idealizou, projetou, construiu, comandou por 10 longos anos”.

Figura 37 - Miniaturas de embarcações



Fonte: Ten Amikura / Forte Coimbra (2011)

O Forte Coimbra está diretamente ligado às águas do rio Paraguai. A figura 37 mostra réplicas em miniaturas de embarcações antigas e outras ainda em uso na atualidade, como a Comandante Balduino e a Taquari. A Lancha Comandante Balduino tem esse nome histórico em homenagem ao Tenente Balduino, comandante da canhoneira *Anhambai* no episódio da defesa do Forte Coimbra na Guerra do Paraguai, tendo se destacado no

enfrentamento aos navios de guerra do invasor e no retraimento da população e tropas para Cuiabá (SOUZA, s.d.).

A figura 37 mostra, ainda, um “timão” de madeira envernizado. Para o Ten Tapajós, o leme pertenceu à Corveta Forte Coimbra, tendo sido doado pela Marinha. O site Navios Brasileiros (2012) menciona que “A Corveta Forte de Coimbra - V 18” foi o segundo navio a ostentar esse nome na Marinha do Brasil, em homenagem a fortaleza homônima, situada no Mato Grosso, sobre o Rio Paraguai, celebrada pela sua resistência a tropas paraguaias”.

Figura 38 - Foto de Dona Ludovina Portocarrero



Fonte: Ten Amikura / Forte Coimbra (2011).

A figura 38 mostra a reprodução de uma foto de Dona Ludovina Portocarrero. Dona Ludovina era esposa do Coronel Hermegildo Portocarrero, comandante do Forte Coimbra na época da Guerra do Paraguai. Durante o ataque ao Forte em 1864, empreendido por forças do Coronel paraguaio Vicente Barrios, na iminência de esgotamento da munição, Dona Ludovina coordenou as demais esposas na manufatura artesanal de cartuchos, usando inclusive tecido da própria saia (MELLO, 1960.3).

Além disso, notabilizou-se pela iniciativa de, em pleno fragor dos combates, determinar ao soldado músico Verdeixas, que levantasse a imagem de Nossa Senhora do Carmo perante os atacantes, bradando por três vezes “Viva Nossa Senhora do Carmo!”. O fato fez com que os atacantes, igualmente devotos da Santa dessem uma pausa nos combates, possibilitando a fuga da guarnição do Forte (MELLO, 1960.3). A escola de Forte Coimbra leva a denominação de Escola Municipal Ludovina Portocarrero em homenagem à heroína.

Figura 39 - Telêmetro de depressão e corretor de direção de tiro M-1



Fonte: Ten Amikura / Forte Coimbra (2011)

O Telêmetro de Depressão e o Corretor de Direção mostrados na figura 39, à esquerda e à direita, respectivamente, são equipamentos de pontaria fabricados pela empresa D.F. Vasconcellos/SP. Eram utilizados na técnica de tiro dos canhões Vickers-Armstrong da 1ª Bateria do 6º Grupo de artilharia de Costa (1ª/6º GACos) - uma das denominações do Forte Coimbra - contra navios na década de 1940 (PARREIRA, 2011).

Figura 40 - Comandos de Força



Fonte: Ten Amikura / Forte Coimbra (2011)

A figura 40 mostra Comandos de Força utilizados na Lancha Balduíno, no tempo em que Forte Coimbra ainda era Unidade de Artilharia. Para o Ten Tapajós, o comandante da embarcação, sem descer da sala de navegação para a casa de máquinas, comandava a regulação da velocidade por meio desses instrumentos náuticos de diminuição ou aumento de força.

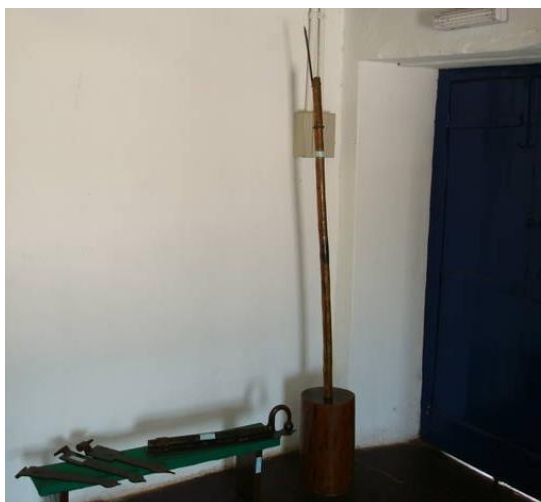
Figura 41 - Ferragens do portão principal



Fonte: Ten Amikura / Forte Coimbra (2011)

A figura 41 mostra ferragens do portão principal do Forte. Na imagem da esquerda, está um ferrolho de meio metro de comprimento. A imagem da direita mostra uma fechadura do portão principal. O Ten Tapajós comentou: “pra se ver um pouco da engenhosidade da época, essa é uma das fechaduras do Forte. Uma fechadura bem característica com uma chave gigante, cerca de 20 cm”.

Figura 42 - Arpão para pesca



Fonte: Ten Amikura / Forte Coimbra (2011)

A figura 42 mostra um antigo arpão artesanal em madeira com ponta de ferro utilizado na pesca. Essa atividade na região de Coimbra constituiu alternativa de apoio à subsistência em situações de redução do fluxo de suprimento às tropas. Na época do Império, enquanto as regiões de Albuquerque e Miranda dispunham de terras agricultáveis, possibilitando àquelas guarnições militares serem abastecidas de alimentos, Coimbra tinha solo inadequado ao plantio, acarretando dificuldades de suprimento quando do atraso das remessas de Cuiabá. Em 1825, o comandante de Forte Coimbra referiu-se ao fato de que as praças viviam em grande penúria pelo atraso de fardamento, equipamento e gêneros alimentícios. Ressaltou, ainda, que os soldados, ao terminarem a atividade militar do dia, “vão providenciar caça, peixe e frutas silvestres para sustentar a vida” (MELLO, 1961.4, p. 53).

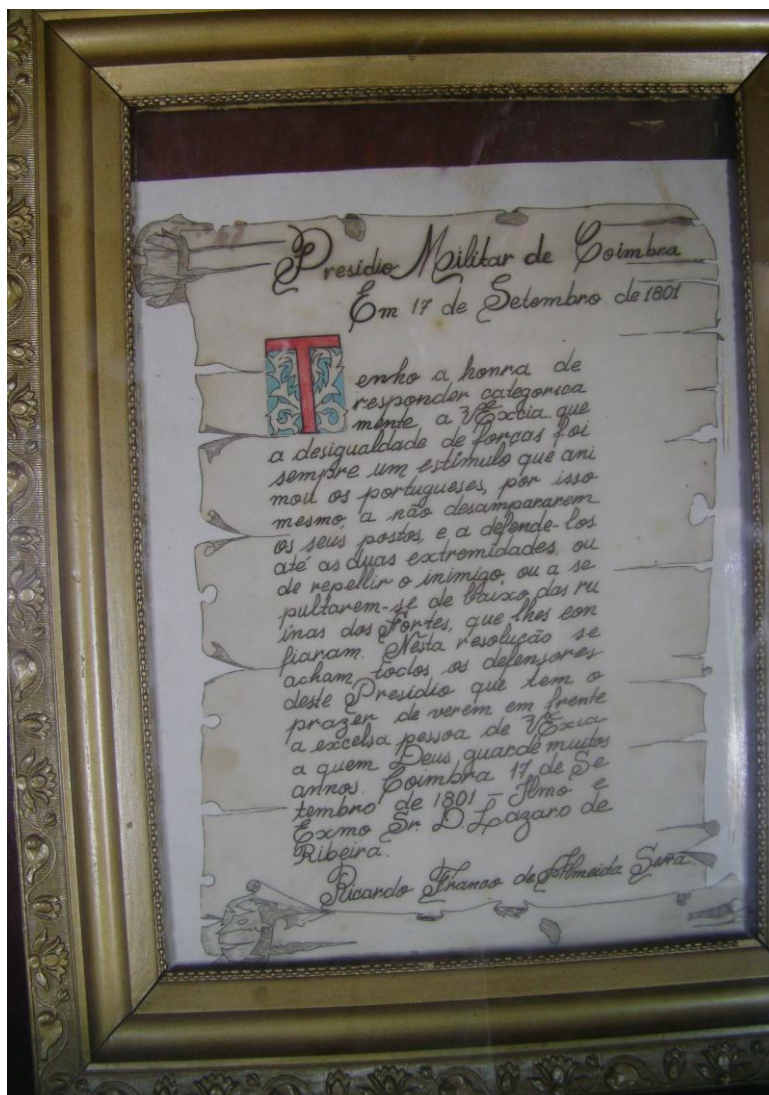
Figura 43 - Planta da estacada de madeira



Fonte: Ten Amikura / Forte Coimbra (2011)

A figura 43 mostra a planta do primeiro Forte Coimbra, construído em 1775, com a denominação de “Prezídio de Nova Coimbra”. Na época, presídio significava “fortaleza”. A construção foi toda em madeira, contendo uma muralha (cerca) perimétrica de forma retangular e várias instalações internas, também retangulares (MELLO, 1975).

Figura 44 - Resposta de Ricardo Franco a D. Lázaro de Ribera



Fonte: Ten Amikura / Forte Coimbra (2011)

Presídio militar de Coimbra, em 17 de setembro de 1801. Tenho a honra de responder categoricamente a V. Exa. que a desigualdade de forças foi sempre um estímulo que muito animou os portugueses, por isso mesmo, a não desampararem os seus postos e defendê-los até as suas extremidades, ou de repelir o inimigo ou a sepultarem-se debaixo das ruínas dos fortes que lhes confiaram; nesta resolução se acham todos os defensores deste Presídio, que tem o prazer de ver em frente a excelsa pessoa de V. Exa. a quem Deus guarde muitos anos. Coimbra, 17 de setembro de 1801 - Ilmo e Exmo Sr. Dom Lázaro de Ribera. Ricardo Franco de Almeida Serra.

(Transcrição baseada em Mello, 1960)

A figura 44 mostra uma reprodução da carta-mensagem do então Tenente-Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra para Dom Lázaro de Ribera, governador de Assunção, perante o cerco castelhano ao Forte Coimbra realizado em 1801, iniciado a 16 e suspenso a 24 de setembro. A estampa mostra a resposta portuguesa ao incitamento à rendição por parte do “invasor” (MELLO, 1960).

Naquela situação, o efetivo do Forte era de 49 soldados e 60 civis apoiados em 110 fuzis e 6 canhões. O poder de combate do atacante era de 4 navios armados com 12 canhões e cerca de 900 homens. Mesmo na razão aproximada de 1 para 8, a resposta de Ricardo Franco ao ultimato foi incisiva. Prosseguiram os combates até o nono dia (BENTO, 1975). “D. Lázaro de Ribera, ante a brava resistência de Ricardo Franco, apesar da superioridade numérica de suas forças, desiste da sua missão” (CRUZ, 2004, p. 331 e 340).

Figura 45 - Outras peças



Fonte: Ten Amikura / Forte Coimbra (2011)

A figura 45 mostra uma estante com outras peças em exposição no museu do Forte. Na prateleira superior, da esquerda para a direita: extintor de incêndio - talvez de alguma embarcação antiga; machado; pistola em ferro fundido, praticamente uma peça única; lanterna, na qual colocavam uma vela, para que, uma vez acesa, o foco de luz fosse concentrado num único lugar; e, por último, um crânio humano. Sobre esse último, o Ten Tapajós mencionou: “este aqui é um crânio de índio dos guaicururus”.

Como não foram realizados testes antropológicos de modo a questionar a premissa de que o referido crânio seja de um índio guaicuru, a percepção local prevalece como evidência cultural própria do lugar. Ademais, nos primórdios da ocupação portuguesa na margem direita do rio Paraguai, a estacada de madeira de Coimbra era constantemente submetida às investidas guaicururus (RODRIGUES, 1983). Por outro lado, tanto no episódio de defesa do Forte Coimbra em 1801 contra castelhanos, quanto em 1864 contra paraguaios, houve a cooperação de índios Guaicururus em apoio a portugueses por ocasião do primeiro fato

e a brasileiros no segundo (AQUINO, 1975). Ainda sobre os objetos da figura 45, na prateleira inferior, estão utensílios de ferro como duas panelas e uma chaleira, além de um cantil de alumínio. O cantil é uma tradicional peça do equipamento do soldado, para suprimento individual de 1 litro d'água.

4.3 O ACERVO DE ARMAS

Tal como o acervo de objetos antigos, o “acervo de armas” do Forte integra a listagem de controle patrimonial da Unidade, constando denominação e quantidade de exemplares por tipo de material bélico. Sobre os dados e informações de cada peça do acervo, atualmente, existe no local onde cada arma se localiza, placa com algumas características técnicas, mas sem inserção no contexto histórico. Na atualidade, as armas componentes do acervo do Forte são canhões de fabricação inglesa dos tipos Whitworth, Maximnordfelt e Armstrong.

Os canhões utilizados na época do ataque castelhano de 1801 não existem mais no Forte. Sobre as armas em uso por ocasião daquele conflito, Gomes (1975, p. 20) ressalta que “o alcance da artilharia inimiga era estimado em 1000 metros contra 300 dos *canhõeszinhos* do Forte”. Mello (1961.3) ressalta que havia canhões melhores, sem utilidade em Cuiabá: “A ridícula situação em que ficou o Forte com seus *canhõeszinhos* de uma libra, em face das peças de 4, 6 e 8, de Lázaro de Ribera, não foi argumento bastante para que lhe mandassem os canhões que havia inutilmente em Cuiabá”.

Quanto aos canhões da época da Guerra do Paraguai, do período 1864/1870, restam apenas “tubos” de Canhões Whitworth/1863, sem os “reparos” que lhes dão suporte (figura 46). Não foram localizados registros de que exatamente aqueles canhões estivessem em uso por ocasião do ataque paraguaio ao Forte Coimbra. Dos canhões que estavam no Forte dominado pelos paraguaios, houve apreensão de material bélico, segundo Doratiotto (2002, p.101): “Na Fortaleza de Humaitá, instalou-se a *Bateria Coimbra*, assim denominada pelo fato de os dez canhões que a compunham terem sido capturados no Forte brasileiro”.

Figura 46 - Partes de canhões Whitworth/1863 da Guerra do Paraguai



Fonte: Ten Amikura / Forte Coimbra (2011)

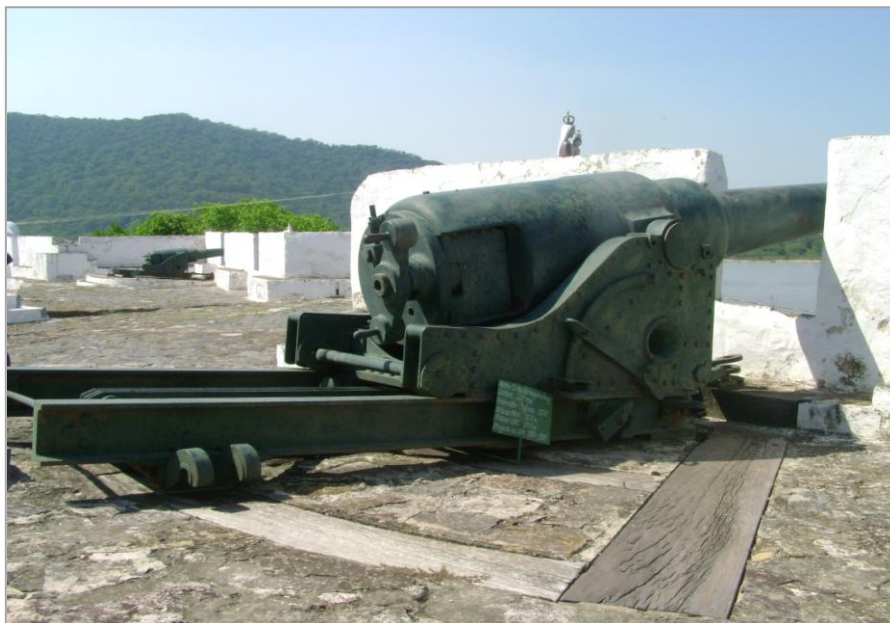
Os canhões mais antigos completos e preservados existentes no acervo são Whitworth/1874 (figura 47) e Armstrong/1876 (figura 48), com entrada na Unidade em 1881 e 1907, respectivamente. Isso significa que tanto esses quanto os posteriores, ou seja, a quase totalidade do acervo atual do Forte Coimbra não pertence ao contexto histórico dos conflitos bélicos nos quais o Forte efetivamente participou.

Figura 47 - Canhão Whitworth/1874



Fonte: Ten Amikura / Forte Coimbra (2011)

Figura 48 - Canhão Armstrong/1876



Fonte: Ten Amikura / Forte Coimbra (2011)

“Coimbra foi reconstruído com suas feições atuais no período Jan 1874 - Jun1878 (BENTO, 1975, p. 81)”. O novo Forte e as novas armas, já fora do contexto da Guerra do Paraguai, não mais se destinariam ao emprego em combates no conflito da Tríplice Aliança, mas, sim, à definitiva proteção territorial das terras recuperadas dos “invasores”, bem como a participação na garantia da livre navegação no Rio Paraguai (SOUZA, s.d.).

Em Corumbá, da mesma forma, devido à experiência sofrida com os ataques e a ocupação paraguaia por três anos, o Governo Imperial elaborou um plano defensivo constante de uma cinta de cinco fortins - pequenos Fortes, com o propósito de resguardá-la de possíveis ataques: Forte do Limoeiro, mais tarde São Francisco; Forte Conde D’Eu; Forte Duque de Caxias; Forte Major Gama; e o Forte da Pólvora, posteriormente Forte Junqueira (SOUZA, s.d.). O Forte Junqueira continua de pé e preservado por estar localizado no interior do atual aquartelamento do 17º Batalhão de Fronteira. Em 1998, após exaustiva busca pelo comandante daquela Unidade, ruínas do Forte Conde D’Eu foram localizadas em plena área urbanizada do Bairro da Fortaleza. Algumas residências em torno desse antigo Forte chegaram a aproveitar-lhe as muralhas como suporte de caixa d’água.

Prosseguindo na questão dos canhões de Forte Coimbra, ressalta-se que no pós-guerra mudanças conjunturais modificaram o enfoque em relação aos Fortes de fronteira. O re-equilíbrio das relações internacionais na Fronteira Oeste e a passagem do Império para a

República em 1889 facilitaram o deslocamento do eixo das atenções da fronteira para as questões urbanas no final do século XIX. Houve um certo abandono só sendo revertido a partir de 1908. Mello (1961, p. 264) relata essas épocas de transformações e seus efeitos nas estruturas militares de fronteira:

Foi neste findar de século [XIX] que os velhos baluartes históricos de nossas fronteiras, desde o Oiapoque ao rio Paraguai marcharam para a ruína e se viram abandonados. Mais tarde, em 1908, quando o sopro de renovação começou a agitar o País com a reorganização do Exército e o sorteio militar [Serviço Militar], então sim, por força da nova ordem de coisas, o Forte Coimbra voltou a ser lembrado.

Assim sendo, novos canhões deram entrada na Unidade a partir da primeira década do século passado, como os do tipo Maxin Nordenfelt/1885 (figura 49).

Figura 49 - Canhão Maxin Nordenfelt/1885



Fonte: Ten Amikura / Forte Coimbra (2011)

Por fim, os canhões menos antigos do acervo histórico são do tipo Armstrong/1917 e Vickers Armstrong/1917, que deram entrada na Unidade em 1940 no contexto da valorização do Exército no Estado Novo de Getúlio Vargas e do conflito bélico da II Guerra Mundial no contexto internacional. Essas armas não estão instaladas no interior do Forte como as demais, mas sim, no “mirante dos canhões” localizado no Morro de Coimbra, como posição de tiro em melhores condições de aproveitamento do terreno para emprego tático (figura 50).

Figura 50 - Canhão Vickers Armstrong/1917

Fonte: Maj Ribeiro Neto / Forte Coimbra (2004).

Seguem-se características dos diversos canhões do Forte, obtidas junto aos arquivos da 3ª Cia Fron/FC:

Canhão Whitworth/1863 - da época da Guerra do Paraguai		Canhão Whitworth/1874 - do pós-guerra
Calibre	105 mm	140 mm
Fabricação	Inglesa/1863	Inglesa/1874
Alcance máximo	9,2 km	16 km
Alcance útil	6,5 km	12 km
Chegada na OM	1864	1881

Canhão Retrocarga Armstrong/1876 - do pós-guerra	
Calibre	120 mm
Fabricação	Inglesa/1876
Alcance máximo	10 km
Alcance útil	7 km
Chegada na OM	1907 - 1908

Canhão Maxim Nordenfelt/1885 - do pós-guerra	
Calibre	57 mm
Fabricação	Inglesa - 1885
Alcance máximo	5,5 km
Alcance útil	4,2 km
Chegada na OM	1907 - 1908

Canhão retrocarga Armstrong/1917 - do pós-guerra	
Calibre	152,4 mm
Fabricação	Inglesa/1917
Alcance máximo	18,2 Km
Chegada na OM	1940

4.4 A PADROEIRA DO FORTE

Não há como estudar o Forte Coimbra como patrimônio histórico e cultural sem estudar, também e de forma conjugada, a devoção a Nossa Senhora do Carmo, a Padroeira do Forte. Estão inseridos no contexto do estudo da padroeira: a imagem, as capelas do Forte e da Vila de Coimbra e a festividade local comemorativa do Dia de N. S. do Carmo.

Portanto, a Imagem da Padroeira, as capelas e a Festa da Santa, formando tudo uma continuidade como frutos de expressões culturais serão apresentadas neste título. Isto se justifica, pois a história do Forte e a da Santa, por serem em Coimbra, se fundem quase num mesmo relato, evidenciando um estrato cultural histórico-militar-religioso.

4.4.1 A imagem da Santa

A escolha da Padroeira do Forte e a primeira imagem da Santa a existir no local remontam aos primórdios do Forte de Coimbra. A Padroeira é Nossa Senhora do Carmo e a primeira imagem foi trazida de Vila Bela da Santíssima Trindade em 1775 pelo Cap Matias Ribeiro da Costa. Nossa Senhora do Carmo foi escolhida padroeira do “Prezídio de Nova Coimbra” pelo quanto era venerada pelos portugueses. Isso acontecia tendo em vista que o

condestável Nuno Álvares Pereira, após consolidar o reino lusitano, trocou a farda pelo hábito carmelita no Convento do Carmo em Lisboa, em apreço à inspiração de N. S. do Carmo em diversas batalhas contra castelhanos na Península Ibérica (BENTO, 1975).

Após a fundação do Forte Coimbra, tendo surgido a fundação de Albuquerque e Miranda, estas também tiveram como padroeira N. S. do Carmo, a qual acabou por se tornar padroeira da fronteira. Em 1862, Albuquerque mudou o nome para Corumbá, deixando N. S. do Carmo de ser sua padroeira (SOUZA, s.d.). A Padroeira de Corumbá passou a ser Nossa Senhora da Candelária.

A primeira imagem e a atual venerada em Coimbra não são a mesma. Aquino (1975, p. 42) ressaltou a fé de Ricardo Franco em N. S. do Carmo, “cuja imagem, por ele doada em 1798, permanece hoje [1973] na Capela do Forte, venerada e querida pela comunidade de Coimbra, já numericamente expressiva”. Posteriormente, Ricardo Franco retirou-a da capela da estacada de madeira colocando-a nas instalações inacabadas do Forte (MELLO, 1961.4).

Pode-se dizer, então, que a imagem de N. S. do Carmo existente hoje na capela da Vila de Coimbra não é aquela trazida quando da fundação do antigo Presídio de madeira pelo Cap Matias Ribeiro da Costa. Mas sim, trata-se da imagem trazida por Ricardo Franco, quando da assunção do Comando do mesmo Presídio em 1798 com a missão de efetivamente construir o Forte em alvenaria. Até aonde foi possível verificar, não se sabe o que houve com a primeira imagem, a primitiva de 23 antes. Aquino (1975, p. 72), ao realçar as ações militares de Ricardo Franco, faz referência à imagem mais antiga:

[Ricardo Franco] escreveu uma das mais belas epopeias militares brasileiras e, mais ainda, sob os pés da milagrosa imagem de N. S. do Carmo que adquirira e entronizara ainda na capela da antiga estacada em 1798, em *substituição à primitiva trazida pelos fundadores* e cujo destino ignora-se.

Para Gomes (1975, p. 25), “quando o primeiro sacerdote, Pe. Manoel Alves de Campos, chegou à antiga paliçada do Forte em dezembro de 1775, já encontrou um ranchinho dedicado ao culto de N. S. do Carmo”. O autor faz menção a uma imagem “nova” da Santa providenciada mais de 20 anos depois: “Ricardo Franco dá notícia de que mandou vir de Cuiabá uma imagem *nova* da Santa para sua festa em 16 de julho [...]”.

A imagem histórica da Santa mudou de lugar várias vezes. Por ocasião da Guerra do Paraguai, foi retirada do Forte e levada para Cuiabá pela comitiva em fuga, retornando ao

término do conflito. Rodrigues (1983, p. 73) menciona que: “quando a guerra terminou, a Virgem do Carmo, que fora entronizada na igreja de São Gonçalo em Cuiabá, retornou a Coimbra no dia 16 de julho de 1874, a bordo do navio de guerra Antonio João, onde até hoje é venerada”. Essa data de chegada da imagem a Coimbra no pós-guerra mencionada por Rodrigues merece outras considerações, conforme a seguir.

No trajeto Cuiabá-Coimbra, a imagem parou por alguns dias em Corumbá. Mello, (1955, p. 17) menciona o reembarque em Corumbá com destino a Coimbra: “[...] reembarcou a Padroeira em Corumbá para aquele destino, com as mesmas honras da chegada. O cortejo fluvial chegou a Coimbra na manhã de 16 de julho, festa de Nossa Senhora do Carmo, onde militares e civis a receberam triunfalmente”. Nesta obra há concordância com o afirmado por Rodrigues.

Porém, posteriormente, o mesmo autor Mello em outra obra de sua lavra (1961.4, p. 356) menciona que a imagem parou em Corumbá por alguns dias, enquanto os preparativos para a recepção em Coimbra eram realizados, “no sentido de que a imagem da Padroeira, ansiosamente esperada em Coimbra, lá pudesse chegar no dia 15 ou 16 pela manhã, a fim de que neste dia, de sua festa, se viesse a celebrar ali solenemente o seu regresso ao recinto do Forte”. O autor prossegue, mencionando um atraso na chegada da imagem a Coimbra: “Aconteceu, porém, talvez por instâncias do povo em Corumbá, que a imagem permaneceu ali o resto do mês [de julho] e só chegou a Coimbra no dia 2 de agosto, [...]”. Nesta obra, Mello, provavelmente com o aprofundamento das pesquisas, retifica sua data anterior, ficando diferente em relação à proposta por Rodrigues.

Por fim, Bento (1975, p. 8) confirma que “em 2 de agosto de 1874, após 2 anos e meio de afastamento, a milagrosa imagem de N. S. do Carmo retornou triunfalmente a Forte Coimbra, via fluvial, sendo alvo, ao longo de todo o percurso e na chegada ao destino, de expressivas homenagens civis, militares e eclesiásticas”. Finalizando a análise desse pormenor, pelo que foi possível verificar, a chegada da imagem a Coimbra no retorno ao término da Guerra do Paraguai ocorreu em 2 de agosto de 1874, portanto, já após a data da Festa da Santa.

A imagem continuou circulando. Na primeira década republicana, com o fim do padroado e a desativação da Capela do Forte, a imagem foi levada para nova capela na vila de Coimbra. Posteriormente, já em 1954, por força dos generais da época atuantes na Fronteira

Oeste, houve a reativação da Capela do Forte e o retorno da imagem histórica ao local de origem. Uma outra imagem de N. S. do Carmo trazida pelo Bispo de Corumbá foi mantida na capela da Vila de Coimbra (MELLO, 1961.4). Tempos depois, a histórica imagem de 1798 acabou retornando para a capela da Vila, onde permanece até os dias atuais.

Especificamente sobre a imagem da Santa, o Sr Angelucio, ao ser entrevistado como presidente da Irmandade de N. S. do Carmo - organização local gestora dos assuntos da Santa na atualidade, explicou que “o cabelo dela é humano implantado. Ela está bem conservada, porque é mandada para fazer restauração. É a imagem original que Ricardo Franco trouxe”. Desde a chegada dessa imagem de N. S.do Carmo a Coimbra, são 214 anos (figura 51).

Figura 51 - Imagem trazida em 1798 por Ricardo Franco



Fonte: <<http://inscaprotetora.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 23/10/2012

Observa-se na imagem da Santa uma faixa vermelha. Trata-se de adereço distintivo de oficialato, como o usado pelo Cel Hermenegildo Portocarrero - comandante do

Forte no episódio do cerco de 1864, cuja faixa fora colocada na imagem da Santa pela sua esposa D. Ludovina, como que colocando o Forte nas mãos da Santa na iminência de queda perante o invasor paraguaio, tal com menciona Rodrigues (1983, p. 72):

[...] reconhecendo a disparidade das duas forças em luta, D. Ludovina corre à capela da padroeira do Forte, Nossa Senhora do Carmo, cinge-a piedosamente com a faixa simbólica do Comandante seu esposo, transformando a venerável imagem, daquele momento em diante, na protetora oficial dos combatentes brasileiros.

Mello (1955, p. 8) menciona de forma similar: “Em dado momento, [D. Ludovina] toma dramática decisão. Chega-se ao esposo, tira-lhe do cinto a banda, a faixa vermelha que usavam os oficiais, e cinge com ela a imagem da Padroeira”. O autor esclarece o significado de tal procedimento: “a padroeira assumia o comando das forças morais do Forte. Combatessem com denodo e confiança os homens da guarnição, porque, de sua parte, Nossa Senhora se encarregava de encorajá-los e protegê-los”. Mello prossegue, expondo os efeitos de tal procedimento: “As tropas de ataque, nesse dia, fustigadas pela defesa, nem puderam chegar à distância de assalto, e, ao cair da noite, tiveram de recuar para as bases de partida e para os navios, levando consigo pesadas perdas e decepções.”

Mello escreveu sobre esses pontos no contexto da sua época em 1955. Mais de meio século depois, essas ideias ainda permanecem na cultura local. A banda vermelha envolve a imagem da padroeira e o comando do Forte é passado do comandante para N. S. do Carmo em ritual na Festa da Santa.

Ainda sobre o manto da Santa na figura 51, percebe-se, também, vários pequenos objetos: insígnias e plaquetas de identificação de militares, fotos civis, broches, medalhinhas, cordões, etc. Trata-se, da mesma forma, de outros aspectos da cultura local. “Tornou-se tradição, por longos anos, os oficiais que serviam em Coimbra mandarem à Santa, cada vez que eram promovidos, uma estrela. Quando a promoção era a general, a estrela era de ouro” (RODRIGUES, 1983, p. 73).

Por ocasião do último retorno da imagem da capela da vila para a Capela do Forte em 1954, a imagem foi levada a Corumbá e trazida de retorno em procissão fluvial. Durante as atividades em Corumbá ligadas à N. S. do Carmo, estando presentes quatro oficiais generais, após a missa, “sucessivamente, cada um por sua vez, apuseram ao manto da Padroeira do Forte, em sua honra, estrelas de ouro, distintivos de generalato” (MELLO,

1961.4, p. 378). Além desses aspectos histórico-culturais, o Sr Angelucio, presidente da Irmandade, mostrou outros pormenores relativos ao manto da Santa:

Ali no manto, como foi falado pelo coronel Ricardo Franco, como ela tem as honras militares de generais, os generais que têm alcançado o posto trazem uma das suas estrelas em agradecimento. Mas ali no manto, temos várias coisas das pessoas que vem na visita, mesmo na Festa da Santa, quem pede uma graça e alcança alguma coisa na vida ou na família deixa ali uma lembrança.

Na atualidade, N. S. do Carmo em Coimbra é considerada milagrosa pela população local, notadamente, pelos ditos “milagres” nos conflitos bélicos passados. Aquino em 1975 (p. 42) já ressaltava esse traço da cultura local, mantido até os tempos atuais:

Acredita-se fervorosamente em Forte Coimbra na ação milagrosa da Santa Padroeira e que a sua invisível mão protetora teria comandado os acontecimentos em 1801, como também em 1864, quando do ataque paraguaio ao Forte, teria protegido a retirada para Corumbá, na canhoneira Anhambáí, de toda a guarnição e famílias, sem que fossem percebidos por nenhum dos oito navios e várias chata do inimigo em ação contra o Forte.

Além dos dois milagres históricos que a população local credita à Santa, o Sr Angelucio ressaltou outros fatos, típicos da atualidade:

Tem testemunho de milagre: este ano mesmo [2011], uma senhora que tinha estado aqui na Festa da Santa me ligou, dizendo que tinha acontecido um acidente na estrada entre São Paulo e Campo Grande. Estava ela o marido e os filhos. A filha ficou à morte. Ela me pediu para mim colocar o nome da filha nos pés da Santa. Eu fiz isso. Uma semana depois ela ligou me dizendo que a filha estava fora de perigo. Muita gente diz que conseguiu graça, embora não falem qual. Dão para a Santa: distintivo, nome, corte de pano, cabeça de gado, jóia. As jóia da Santa ficam no cofre. Pra isso que tem o nosso tesoureiro, o nosso diretor de patrimônio, pra ter o segredo. Tá tudo dentro do cofre.

O papel da Irmandade de N. S. do Carmo na região de Forte Coimbra é relevante, pela condução dos assuntos administrativos ligados à padroeira do Forte e pela manutenção dos usos e costumes próprios do arcabouço cultural legados do passado histórico, contribuindo para estabilização social na comunidade.

4.4.2 A Capela de N. S. Carmo em Coimbra

O surgimento da atual Igreja de N. S. do Carmo na localidade de Coimbra tem suas origens nos primórdios da laicização do Estado, com o advento da República, e a desativação das Capelanias - organizações religiosas integradas por sacerdotes militares. Borges (1987, p. 124) destaca essa época de transformações:

Do regime unitário do Império que adotou na sua Constituição Política a Religião Católica como Religião do Estado, passamos da noite para o dia, para o oposto regime fragmentado em diferentes estados e sem Religião Oficial, operando-se transformação brusca da nossa realidade.

“Proclamada a República e separada a Igreja do Estado, afrouxou mais ainda a fé. O Exército perdeu a assistência religiosa. Os novos comandantes e as novas guarnições, privados de capelães, não há que se estranhar, foram perdendo apreço aos atos do culto” (MELLO, 1961.4, p. 358).

As Capelanias tiveram amplo funcionamento na época do Império quando a Igreja era ligada ao Estado e, principalmente, na Guerra do Paraguai. Elas foram reativadas na época da II Guerra Mundial, pela necessidade de apoio religioso aos militares em combate e pela atuação do Brasil junto a nações em que esse Serviço era oficializado, como nos Estados Unidos, Inglaterra e outros (KOWALIK, 2010).

Desta feita, com o afastamento dos capelães militares e a desativação da Capela do Forte em 1907, a imagem de N. S. do Carmo foi levada para a vila em Coimbra aos cuidados do Sr. Raimundo da Costa Leite, ex-combatente da Guerra do Paraguai. A primitiva capela que lhe serviu de abrigo na comunidade fora um rancho de pau-a-pique, posteriormente melhorado. Na década de 1930, fruto de doações dos fiéis, rendas do gado da Santa havido de doações, bem como das Festas da Santa, a capela em alvenaria foi construída (MELLO, 1961.4). O senso comum na localidade reforça alguns desses pontos do passado. O Sr. Angelucio comentou:

Sobre a igreja de N. S. do Carmo, pelo que estou sabendo, a imagem veio do Forte para cá, para essa igreja atual. Essa igreja foi construída pelo Raimundo da Costa Leite. Ele era veterano da guerra do Paraguai. Além disso, ele era um grande músico e fazia as orações como padre. O general entregou para ele a imagem e ele fez uma palhoça de pau-a-pique e depois construiu essa igreja. Quando ainda não tinha a palhoça, ele pegava os fiéis

daqui e levava pra Capela do Forte. Como era área militar, o comandante daquele tempo falou que não achava certo trazer os civis para dentro do Forte. Naquela época, era uma desconfiança muito grande dos religiosos. Então ele perguntou se o comandante autorizava fazer uma capela para ela na vila. E essa igreja de hoje foi feita.

Desde aquelas épocas, a gestão dos assuntos da capela de Forte Coimbra vem sendo administrada no local pela Irmandade de Nossa Senhora do Carmo. O Sr Angelucio explicou a gestão desses assuntos:

Aqui tem a Irmandade de Nossa Senhora do Carmo. Nós temos o pessoal que trabalha na igreja: nós temos 2 tesoureiros, 2 diretor de patrimônio, eu sou o presidente, e o presidente de honra que é o comandante da Unidade Militar. É uma equipe para gerenciar todos os assuntos da igreja.

4.4.3 A Festa da Santa

O dia de N. S. do Carmo constante do calendário litúrgico é 16 de julho. Rodrigues (1983, p. 73) assim se expressa quanto a Festa da Santa em Forte Coimbra: “Anualmente, no dia 16 de julho, a festa religiosa de N. S. do Carmo é ali realizada, sendo a imagem da Santa levada em procissão pelo rio, ovacionada por centenas de militares e civis que ali acorrem nessa época, alguns vindos de pontos distantes do País”. O Sr. Angelucio explicou como se desenvolvem as atividades da Festa da Santa:

A gente faz o nosso cronograma assim: a partir do dia 9 do mês de julho, a gente já começa a programação: temos nossa palestra, o nosso terço, nossa novena, com o tempo a gente tem a missa, depois a nossa quermesse. Na quermesse tem as nossas barraquinha, o nosso baile. Essas coisas já faz parte da incrementação da festa. Não exatamente da parte religiosa, mas fazendo parte da festa. Aí vai passando os dia, 9, dia 10, até chegar o dia 16. Aí nós temos alvorada, o café da manhã, nossa palestra de novo, a missa, a procissão. Na procissão, vamos ao Forte. Ali tem as honras militares para a Santa, honras de generais, e a missa no Forte. Depois, vai até o quartel. O comandante faz a passagem de comando do Forte Coimbra para a Santa. Aí temos a nossa procissão fluvial, que sai e termina no mesmo local. Nessa entram as embarcações de Coimbra, as da Marinha, as particulares, as de paraguaios e todas as que estiverem aqui. A Festa não é só de Coimbra, é dos arredores também. Daí vem para a igreja. Após o encerramento, temos o nosso almoço que é o churrasco.

Ao longo da procissão terrestre em direção ao Forte (figura 52), é entoada a Canção de Nossa Senhora do Carmo Padroeira do Forte de Coimbra, letra de D. Aquino Corrêa (MELLO, 1961, p. 409).

Figura 52 - Procissão terrestre

Fonte: <<http://www.revistaporanduba.com.br>>. Acesso em: 07/04/2012

A parte fluvial da procissão começou a ser realizada como parte da comemoração religiosa por volta de 1949, simbolicamente, significando a retirada da guarnição do Forte e suas famílias durante o ataque sofrido em 1864 e do retorno em 1874 após a Guerra do Paraguai (MELLO, 1961.4).

Uma das partes de destaque no evento é que no Forte, são prestadas honras militares à Santa: uma Guarda Histórica, trajando uniformes da época imperial realiza toque de clarim e procedimentos de Ordem Unida com Armas em cerimonial de recepção à autoridade no posto de General de Brigada (figura 53).

Figura 53 - Honras Militares à Santa no Forte

Fonte: Maj Ribeiro Neto / Forte Coimbra (2004)

Nos preparativos para a Festa da Santa há um amplo envolvimento das pessoas. Falando pela Irmandade de N. S. do Carmo, seu presidente o Sr. Angelucio mencionou que:

A Festa da Santa envolve tanto a parte militar quanto a parte civil. É de toda a comunidade. A gente pede o apoio dos fazendeiros dos arredores. A Festa gira em torno de doações. A gente pega também o apoio daquelas pessoas que já partiram daqui pra cidade. Eu mando um ofício pedindo a doação. Esse ofício parte de mim, pois é do presidente né? Algum estrangeiro se estiver aqui pela região, também pode ajudá. Os que ajuda mais é paraguaio. Os paraguaio gostam da festa e nos apóiam muito bem. As pessoas de outras religiões de Coimbra também ajudam nos preparativos da festa. Mas na procissão e na missa, uns participam outros não. No ano passado e nesse ano [2011] chegamos a umas 3.000 mil pessoas no total da Festa.

A atitude evidenciada pelos vizinhos paraguaios na Festa da Santa mostra a continuidade da fé demonstrada quando em 1864, em pleno fragor dos combates entre paraguaios e brasileiros, a fé em N. S. do Carmo fora o fator de equilíbrio e de paz temporária entre os dois contendores. Na atualidade, essa mesma devoção continua nos dois povos caracterizando a perenidade da cultura religiosa como elemento pacificador naquele ponto da região de fronteira.

Especialmente sobre a significativa mobilização e o porte de que se reveste a Festa de N. S. do Carmo em Forte Coimbra, percebe-se que tudo isso é fruto de uma tradição firmada ao longo dos tempos baseada em fatos da história lembrados na atualidade como testemunho de situações e personagens que fizeram a história local, compondo raízes da realidade atual.

4.5 GESTÃO PATRIMONIAL DO FORTE

4.5.1 Tombamento

O Forte de Coimbra foi tombado em 1974 com o “processo nº. 0917-T-1974 e inscrito no Livro do Tombo Histórico e no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (LIMA, 2009, p. 153)” pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Dias (2006, p. 251), mostra que “Tombamento”:

Refere-se ao procedimento de identificação e inscrição em Livros de Tombo do patrimônio nacional, estadual ou municipal de edifícios isolados, sítios ou

conjunto de edificações que têm significado especial para o País, ou importância regional ou local. A origem do termo é antiga e refere-se à Torre do Tombo, em Portugal, onde se guardam até hoje, os livros e os documentos da história portuguesa e muitos da História do Brasil.

O tombamento do Forte Coimbra como patrimônio nacional reconhece-lhe o valor e a relevância histórica e cultural como partícipe da história pátria na formação da nacionalidade brasileira. A preservação do patrimônio se torna obrigatória como objetivo nacional a repercutir no âmbito local. Dias (2006, p. 246-251) apresenta a proteção, restauração e conservação como ações que objetivam a preservação patrimonial:

Proteção do patrimônio - conjunto de procedimentos jurídicos e administrativos que garantem a preservação do patrimônio cultural. Restauração - atividade de conservação que consiste na intervenção direta sobre os bens culturais que sofreram algum tipo de deterioração, sobre os quais se aplica o tratamento adequado para permitir a preservação dos bens culturais e o concerto dos danos que estes apresentem. Conservação - ação material destinada a preservar a memória histórica por meio de intervenções para restauração e para manutenção de bens materiais e imateriais que constituem o patrimônio cultural.

Pode-se dizer, portanto, que a *proteção* refere-se à gestão, a *restauração* está voltada para casos de deterioração e a *conservação* refere-se à ação material, tudo com a finalidade de preservar o bem patrimonial.

4.5.2 Ações locais em benefício da preservação do Forte

O Art. 216 da Constituição Federal estabelece que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais incluem: I - as formas de expressão; [...] V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O Forte Coimbra constitui sítio de valor histórico por representar sua materialidade como testemunho de mais de dois séculos da vida nacional na Fronteira Oeste. Bento (1975, p. 45) assim se refere ao valor histórico do Forte:

O Forte Coimbra é lembrado, com frequência, através dos exemplos heróicos e das obras, com sabor de epopeia, de intrépidos bandeirantes, militares e civis luso-brasileiros e, após, brasileiros que, com o concurso decisivo dos índios guaicurús, ajudaram a alicerçar, naquela fronteira do sul

do Mato Grosso, com suor, sacrifício, sangue e vidas preciosas, um Brasil íntegro, soberano e de dimensões continentais.

Aquele mesmo Art. Constitucional, no seu parágrafo 1º, estabelece que “o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de [...], registros, vigilância, tombamento, [...]. O Poder Público representado pelo IPHAN providenciou o tombamento do Forte. Como Coimbra constitui área militar sob a responsabilidade da 3ª Companhia de Fronteira e Forte Coimbra (3ª Cia Fron/FC), a vigilância do patrimônio é inerente à própria missão da Organização Militar. Mas a Companhia realiza outros procedimentos em benefício do patrimônio “tombado” sem dispor de recursos específicos para tal. Segundo o Maj Magalhães, comandante da 3ª Cia Fron/FC:

O IPHAN recebe e emprega os recursos da União. Em 2009, caiu parte da muralha. O IPHAN está fazendo a restauração. A Companhia apóia o transporte de materiais da obra e os trabalhadores com transporte, alojamento e alimentação em acordo com o IPHAN. A manutenção esporádica do Forte, como serviços de limpeza, pintura, reparos de eletricidade, também, não é nossa, mas fazemos. Cooperamos na faxina do Forte, corte do mato, descupinização, troca de telhas, lâmpadas, limpeza do banheiro de visitantes. Não recebemos recursos de pintura, mas usamos cal quando sobra, pois o Forte tem que estar bem apresentado. A chave do Forte é controlada pela Companhia. A equipe de Relações Públicas faz o acompanhamento de visitantes e mantém a listagem e o controle do acervo.

A necessidade da atuação do IPHAN na proteção, restauração e conservação do Forte é primordial, não devendo se restringir às instalações, pátios e muralhas, mas também quanto ao acervo de objetos antigos e armas, até porque é o órgão capaz de dispor de técnicos habilitados ao manuseio de material antigo e histórico. O Ten Amikura, ligado à gestão do Forte, mencionou com propriedade na entrevista realizada: “a gente não tem mão-de-obra especializada. Pode-se pensar que está preservando quando pode estar agindo errado”.

4.5.3 Visitação ao Forte

O Forte recebe visitantes da própria comunidade e poucos de fora, normalmente, de outras cidades do Estado e raros estrangeiros. O comandante mencionou que:

Sendo Coimbra um local procurado por pescadores, principalmente, de São Paulo e Rio de Janeiro, embora a finalidade seja pescaria, acabam visitando o Forte. Mas, o normal é pessoal daqui do Mato Grosso do Sul mesmo. Sobre visitantes estrangeiros, estes são raros. Uma vez vieram aqui dois militares bolivianos, que pediram para tirar fotos.

Com relação ao acompanhamento de visitantes ao Forte, o comandante esclareceu: “essa atividade é feita pelos militares da Seção de Relações Públicas da Unidade. Sugerimos ao IPHAN o treinamento dos moradores para essa atividade. Mas ainda não foi feito. Como aqui é um local distante e inóspito, a atividade turística é pequena”.

O Ten Hevanil, também ligado à gestão do Forte, informou que não há projetos turísticos ligados ao IPHAN ou à Prefeitura de Corumbá em relação ao Forte como patrimônio histórico e reforçou a questão dos pescadores como eventuais visitantes:

Os turistas que comparecem a Coimbra vêm mais é para pescaria. Não há visita ao Forte por eles. Alojamos na pousada dos pescadores ou no Hotel de Trânsito. O turista da pesca não vem pensando no Forte. Mas se algum quiser visitar, temos o Relações Públicas para fazer o acompanhamento e o relato da história do Forte. O Oficial de Dia também tem condições de atender.

A visita a Coimbra como turista deve ser precedida de pedido de autorização à 18ª Brigada de Infantaria de Fronteira sediada em Corumbá, Grande Unidade enquadrante da 3ª Cia Fron/FC. A Organização Militar possui um Hotel de Trânsito com 07 apartamentos destinados a atender a família militar e turistas civis (figura 54).

Figura 54 - Hotel de Trânsito de Forte Coimbra



Fonte: <<http://opantanaleaqui.blogspot.com.br/2008/11/forte-coimbra.html>>. Acesso em: 12/08/2012

As instalações e serviços do Hotel de Trânsito compreendem apartamentos com ar condicionado, frigobar, TV a cores, armário embutido e uso de antena wireless para o acesso à internet (figura 55).

Figura 55 - Apartamento do Hotel de Trânsito em Forte Coimbra



Fonte: <<http://opantanaleaqui.blogspot.com.br/2008/11/forte-coimbra.html>>. Acesso em: 12/08/2012

As reservas podem ser feitas via telefônica, com a necessária antecedência. No caso de visitantes em comitivas ou grupos, há um anexo ao Hotel podendo ser destinado a alojamento coletivo mediante entendimento prévio.

5 A TERRITORIALIDADE EM COIMBRA

O Forte Coimbra atuou no passado como indutor do desenvolvimento regional, possibilitando a instalação de núcleos populacionais e a dinâmica no Sul da Fronteira Oeste. Na atualidade, o Forte é patrimônio histórico-cultural, provocando outras influências, no território e na população local, conforme estudadas a seguir.

Segundo Bartle (2011, p. 6), “uma comunidade é um organismo cultural, é algo que ultrapassa os próprios indivíduos que a constituem”. Assim sendo, a atitude e a percepção da comunidade local perante o Forte, segundo a realidade atual influenciada pelo passado histórico, foram estudadas, conforme mencionado na Introdução do presente trabalho, por meio de entrevistas e questionários em amostragem da população de Coimbra, como comunidade do entorno, buscando-se identificar ligações entre aquele patrimônio e o Desenvolvimento Local (APÊNDICE-A). Também foi realizada uma pesquisa complementar especificamente sobre a comunidade escolar de Coimbra (APÊNDICE-B). A pesquisa foi baseada em Marques (2006), Gil (1999), Thompson (1992), além de outros. No contexto analisado, por vezes, é feita alusão ao referencial teórico constante do Capítulo-1, bem como aos fatos históricos narrados pelos historiadores no Capítulo-2.

5.1 A COMUNIDADE DO ENTORNO

Para Dias (2006, p. 247), o entorno refere-se ao “espaço ao redor dos bens imóveis que compreende elementos culturais e naturais que interagem, de alguma forma, com esses bens.” Pelo fato da comunidade de Coimbra ser formada por civis e militares, evidenciando do ponto de vista institucional uma “diversidade”, optou-se pela composição da amostragem “por cotas”, sendo 23 civis e 27 militares, compondo amostragem única de 50

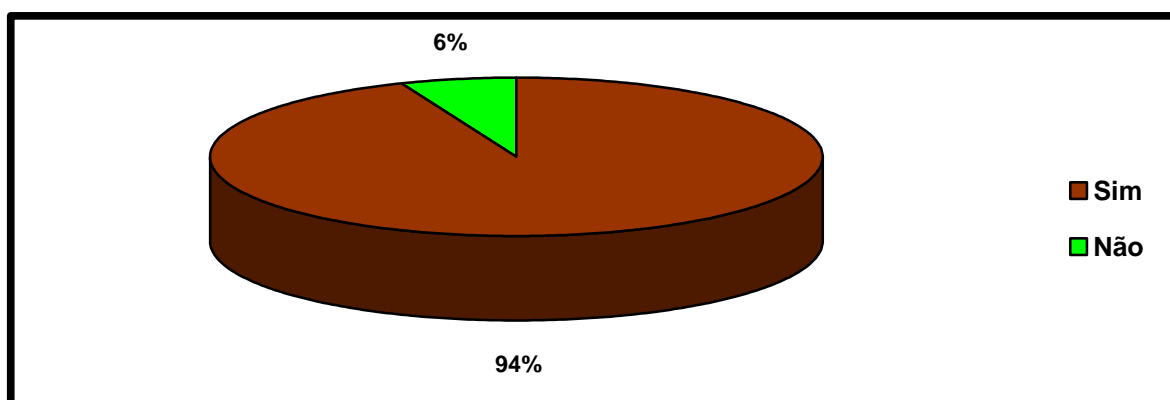
peessoas do universo de 500 da população de Coimbra. Segundo Gil (1999, p. 100-101), a amostragem probabilística não é a mais indicada nesse caso, pois não atende a lei da regularidade estatística a qual “indica que um conjunto n de unidades tomadas ao acaso de um conjunto N terá provavelmente características do grupo maior”. Ou seja, um conjunto de pessoas da comunidade de Forte Coimbra sendo civil ou militar não representaria necessariamente o todo. Assim sendo, para minimizar esse aspecto, foi adotada a amostragem não-probabilística por cotas, pois “de todos os procedimentos de amostragem definidos como não-probabilísticos, este é o que apresenta maior rigor”(GIL, 1999, p. 104).

As questões analisadas a seguir referem-se à relação existente entre o Forte como patrimônio histórico-cultural e a comunidade do entorno, a comunidade de Coimbra. A finalidade dessa abordagem foi a de verificar a percepção dos entrevistados em pontos, tais como: a valorização daquele patrimônio; o que ele representa para essas pessoas; o envolvimento das pessoas com os assuntos do Forte; e as conexões que elas estabelecem entre o Forte e sua padroeira - Nossa Senhora do Carmo. A cultura popular simboliza o homem e seu entorno segundo a consciência de uma materialidade social manifestada nas relações entre a comunidade do lugar e o meio. Como resultado, evidencia o grau de afeição e apego a um lugar (KASHIMOTO; MARINHO; RUSSEFF, 2002).

5.1.1 População visitante do Forte

Inicialmente, perguntou-se aos entrevistados se já tinham visitado o Forte, ao que 94% responderam de modo afirmativo e apenas 6%, negativamente.

Gráfico 1 - População visitante do Forte



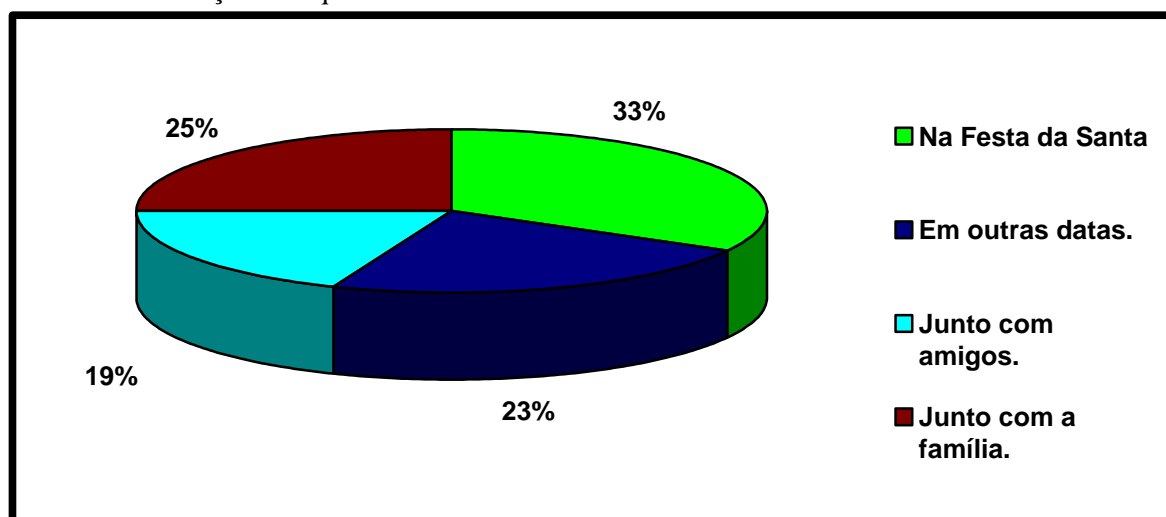
Trata-se de um percentual elevado de visitantes, expandindo a quantidade de pessoas capazes da valorização do patrimônio histórico e do funcionamento como agentes multiplicadores. A população de Coimbra tem a vantagem de dispor de um patrimônio histórico adjacente ao seu próprio local de vida. A elevada porcentagem de conhecedores do Forte mostra que a proximidade em relação ao patrimônio facilita a presença física, contribuindo para o estabelecimento de conexões com a memória local. Um patrimônio precisa ser considerado no contexto do seu ambiente, em relações intrínsecas com os aspectos culturais e a população local. O conjunto histórico que se deseja preservar tem relação com as atividades humanas realizadas nas proximidades (ABREU; CHAGAS, 2003).

Dentre os entrevistados, embora 6% tenham declarado que ainda não visitaram o Forte, todos eles revelaram interesse em realizar a visita. Coimbra é uma localidade afastada, isolada no pantanal, contribuindo para as relações sociais internas. Além disso, na própria localidade, os espaços são reduzidos, o que facilita a aproximação entre as pessoas. Esses aspectos propiciam a integração dos não-conhecedores do Forte com o número expressivo dos que já o conhecem, pois uma comunidade é “um conjunto em constante mudança de relacionamentos, incluindo as atitudes e comportamentos dos seus membros (BARTLE, 2011. p. 5)”. Daí a possibilidade dos ainda não-visitantes serem estimulados à referida visita.

5.1.2 Fatores de atração de visitantes

As situações de maior afluxo de visitantes ao Forte também foram levantadas.

Gráfico 2 - Situações em que visitou o Forte



Das visitas realizadas pelos entrevistados, 33% ocorreram por ocasião da Festa da Santa, caracterizando esta situação como a de maior afluência de visitantes ao logradouro. Em seguida, com 25% das opções ficou a visita com a família. O próximo resultado percentual foi de 23% para a visita em outras datas festivas. Foi verificado que a data festiva de maior realce trata-se do dia 13 de setembro, em comemoração ao Aniversário do Forte fundado em 13 de setembro de 1775 (CRUZ, 2004). Esse é outro evento de relevância na cultura local, oportunidade na qual é reverenciado o Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, construtor e um dos ex-comandantes do Forte. Por último, 19% das visitas ao Forte foram realizadas junto com amigos.

A Festa da Santa, como evento maior capaz de atrair visitantes ao Forte, é favorecida pela programação tradicional coordenada pela Irmandade de Nossa Senhora do Carmo. Os eventos festivos incluem o Forte na procissão terrestre, com missa e ato solene no interior do mesmo, bem como o quartel da Companhia, com a passagem de comando simbólica do comandante da atualidade para Nossa Senhora do Carmo.

A Festa da Santa, então, trata-se de patrimônio intangível coerente com a moderna concepção antropológica de cultura, para a qual o foco está nas relações sociais ou simbólicas e não nos objetos. Os seres humanos usam símbolos para se comunicar e para agir, nesse caso, o intangível serve para mediação entre divindade e seres humanos, entre o passado e o presente. Assim sendo, esse tipo de patrimônio imaterial influencia na construção e formação das pessoas (ABREU; CHAGAS, 2003). Como a Festa da Santa é o principal fator de atração de visitantes ao Forte, é o patrimônio imaterial contribuindo para a valorização do patrimônio material.

O comandante da Companhia de Fronteira e Forte Coimbra em tempos de paz como nos dias de hoje costuma ser um capitão ou Oficial Superior (Major ou Tenente-coronel). Na cultura local, o cerimonial militar considera a Santa como General de Brigada, portanto oficial de posto acima do próprio comandante do Forte. Nesse caso, tanto “algo divino” se manifesta na imagem da Santa - uma hierofania segundo Eliade (1999), quanto “algo superior” se manifesta na imagem colocando-a na alta hierarquia militar. Fazendo a ligação do presente com o passado, tal procedimento, considerado a partir do *simbólico*, está ligado à passagem do comando do Forte para N. S. do Carmo, feita por D. Ludovina, esposa do comandante, no ataque ao Forte na Guerra do Paraguai (MELLO, 1961.4).

Tudo isso mostra a afinidade entre o poder militar e o sagrado, mantendo traços culturais oriundos das disputas bélicas entre invasores estrangeiros e defensores do Forte sob a proteção da Santa, segundo a cultura local. A Canção da Padroeira do Forte Coimbra, letra de D. Aquino Corrêa e música do Pe. Fausto Santa Catarina, mostra numa das estrofes traços culturais dessa particular simbiose (MELLO, 1961.4, p. 409):

Canção da padroeira do Forte Coimbra

[...].

Rainha das belas
Vitórias morais,
Teu manto é de estrelas
Dos teus generais.

[...].

Outro exemplo da ligação entre o poder militar e o sagrado na região de Forte Coimbra está na Oração do Guerreiro do Pantanal, de Valdenir de Freitas Guimarães, proferida pelas tropas nas formaturas e cerimônias militares de todos os quartéis do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, sob acordes da Banda de Música (BIR 9ª RM, 2005):

Oração do Guerreiro do Pantanal

[...].

Mas, Senhor,
Só vós sois Deus,
A última luz do universo.
Transformai as forças da natureza,
No poder do seu próprio defensor,

[...].

Pois, aqui, Senhor,
Empunhando o aço de divina têmpera,
Criastes o Guerreiro do Pantanal,

[...].

Para Funari e Pinsky (2001, p. 38), as festas populares brasileiras podem apresentar os seguintes componentes estruturais:

Religiosos, profano-religiosos e profanos. Os religiosos - ministrados por sacerdotes ou pessoas autorizadas pela igreja, como missa, procissão, bênção, novena e reza; Os profano-religiosos - ministrados por leigos com aprovação do sacerdote, homenageando as figuras sacras de modo alegre e festivo, como levantamento de mastro, bailados como congados, folia de reis; Os Profanos - têm caráter de diversão, visam segurar os visitantes mais tempo nas festas: leilões, comidas, barraquinhas.

Nesse ponto de vista, particularmente o cerimonial de honras militares à Santa na entrada do Forte não se configura propriamente como religioso. Também não se enquadra como profano, pois não evidencia caráter de diversão. Aproxima-se mais do profano-religioso, por se tratar de homenagem à figura sacra, embora sem nenhum modo alegre ou festivo. Ao contrário disso, evidencia a seriedade e a concentração típicas da disciplina e hierarquia militar perante oficial general simbolizado pela imagem da Santa.

Um dos fatores coesivos do grupo social está nos ritos. Através deles, a comunidade se une, pois “o homem não pode viver sem símbolos, sem ritos, sem estruturas visíveis” (WILGES, 1987, p. 11). Crenças e rituais se fundem na formação do arcabouço cultural, exteriorizando representações, tal como menciona Corrêa Dias (2009, p. 2):

Não se pode negar a eficácia do ritual para demonstrar sentimentos coletivos, como essência religiosa. Sabe-se, entretanto, que as crenças, ritos, rituais e cultos são efetivados e sentidos de diferentes formas e contribuem essencialmente para a formação e educação das pessoas. Através deles, elaboram-se conhecimentos, ampliam-se representações.

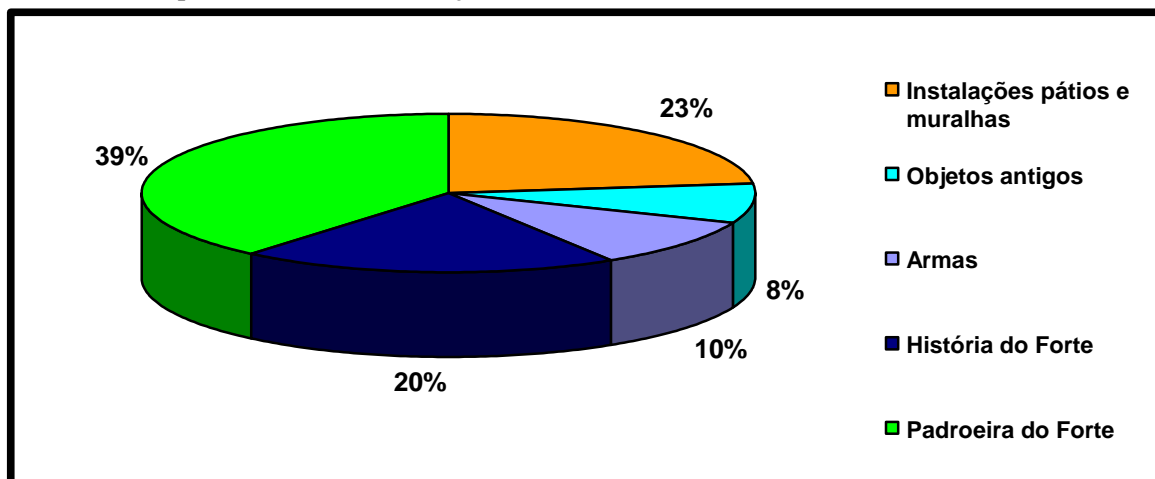
Considerando os fatores de atração de visitantes ao Forte levantados na pesquisa: a Festa da Santa; outras datas festivas; visitas com a família; e visitas com amigos, pode-se dizer que, pelos resultados apontados, o Forte não só funciona como patrimônio histórico-cultural em si, mas também, como fator de aglutinação social. Daí surgem efeitos, tais como: a solidificação de traços culturais, a exteriorização das relações de amizade e, principalmente, o fortalecimento dos laços familiares.

5.1.3 O que mais chama a atenção no Forte

Aos entrevistados foi perguntado o que mais lhes chamava a atenção quando das visitas, de modo a se identificar o nível de relevância que os moradores locais atribuem às coisas referentes ao Forte. Foram considerados pelos entrevistados como de maior importância: a Padroeira do Forte - uma imagem existente sobre a muralha frontal, com 39%

das opções e o conjunto de instalações, pátios e muralhas com 23%. Um resultado médio de 20% ficou para a história do Forte. Os menores resultados de nível de relevância ficaram para o acervo do Forte, ou seja, 10% para as armas - os canhões do Forte, e 8% para os objetos antigos expostos na sala que os do lugar denominam “museu”.

Gráfico 3 - O que mais chamou a atenção no Forte



A imagem da padroeira é nítida sobre a muralha principal, para quem entra no Forte (figura 56). Mas, para quem está no interior do mesmo, ela só é vista de lado ou de costas. Assim sendo, a “religiosidade” reinante em Coimbra e a força catalisadora do culto à padroeira, certamente, pesaram na escolha da imagem como o aspecto que mais chama a atenção. Religiosidade aqui vista como a própria disposição religiosa do ser humano (AMORA, 2008).

Figura 56 - Imagem da padroeira na muralha do Forte



Fonte: <http://perolanews.com.br/noticias/corumba/comunidade-do-forte-coimbr-celebra-nos-sa-senhora-do-carmo>. Acesso em: 23/06/2012

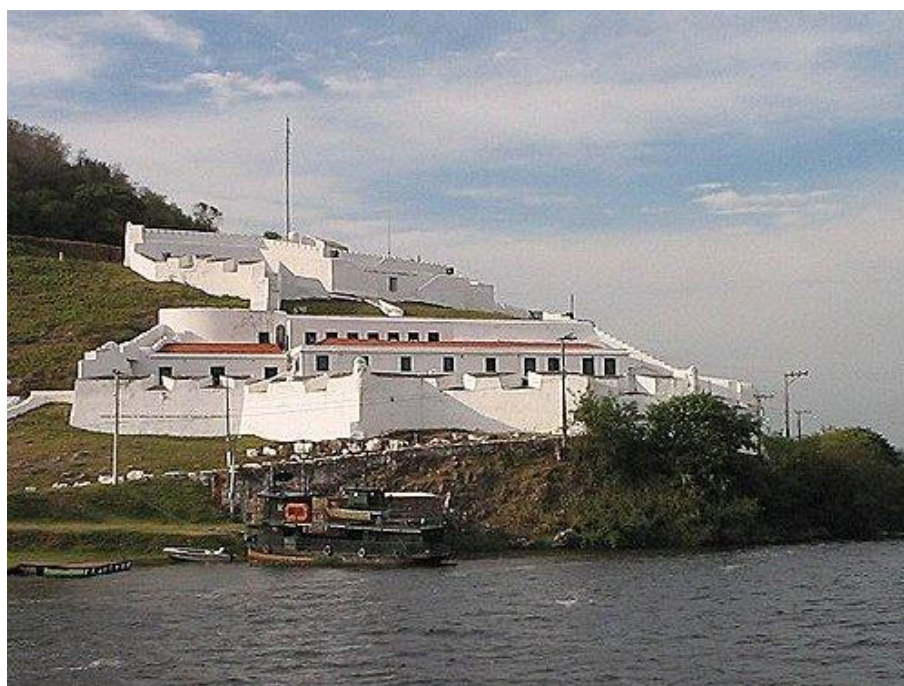
Quanto às instalações e estruturas do Forte (figuras 57 e 58), como segundo maior resultado a despertar a atenção dos visitantes, o Forte de Coimbra, por si só, já evidencia uma suntuosidade natural percebida tanto do seu interior quanto externamente.

Figura 57 - Vista interna do Forte



Fonte: Ten Nakimura/2011

Figura 58 - Vista externa do Forte



Fonte: <<http://embaixada-portugal-brasil.blogspot.com.br/search?q=forte+coimbra>>. Acesso em 11/10/2012

Sobre a menor relevância destinada pelos entrevistados aos objetos antigos e às armas como elementos formadores do acervo, há fatores que podem ajudar a explicar tais resultados. Primeiramente, quanto aos objetos antigos reunidos na sala denominada “museu”, são em pequena quantidade e não há fichas museográficas ou, pelo menos, catalogação de dados e informações capazes de inseri-los no contexto histórico a que se referem. As informações constantes do Capítulo 4, descrevendo-os e situando-os no tempo histórico foram levantadas na presente pesquisa.

A afinidade do público com o patrimônio requer comunicação com o visitante de modo a revelar e explicar o papel e o significado do patrimônio cultural por meio de uma interpretação atual, para que possa ser re-significado pelo visitante. A sensibilização do público contribui para a valorização e conservação do patrimônio (DIAS, 2006). “O museu pode ser considerado como um espaço de reflexão crítica da realidade social, momento em que a comunidade deve ter interesse na preservação patrimonial, para depois usufruir tão importante conhecimento cultural” (CASTILHO; MITIDIERO, 2011).

Há um outro aspecto que pode contribuir para o entendimento daquele resultado percentual quanto aos objetos antigos. As principais narrativas circulantes na comunidade estão ligadas aos fatos históricos do ataque castelhano em 1801, no Período Colonial, e do ataque paraguaio em 1864 no início da Guerra do Paraguai. “A memória social reflete a valorização que as pessoas dão ao passado. Ela será mais significativa quanto mais representar o que foi vivido pelos grupos que as precederam. Assim, motivadas pelo sentimento e pela sensação, há a reconstrução do passado” (FUNARI; PINSKY, 2001, p. 18). No entanto, dos objetos antigos existentes no Forte, poucos são os diretamente ligados a esses dois fatos históricos: o Busto de Ricardo Franco; a urna com seus restos mortais e exemplares não-originais da planta do presídio de Coimbra, dos mapas dos dois ataques ao Forte, da Carta-resposta de Ricardo Franco a D. Lázaro de Ribera e do Retrato de D. Ludovina.

Quanto ao menor percentual no destaque para as armas existentes no Forte, embora interessantes isoladamente, também são materiais do pós-guerra do Paraguai. Assim sendo, o atrativo dos canhões (figura 59) fica reduzido da mesma forma que os objetos antigos. Pode-se acrescentar ainda o fato de que para a população fronteiriça em Coimbra, a percepção da importância das armas fica ligada às “eras combatentes”, as épocas em que ao mesmo tempo as pessoas da Fronteira Oeste trabalhavam e lutavam. A vida dos ocupantes do

Forte dependia das armas, fator minimizado pela sensação de paz da atualidade perante as nações vizinhas.

Por ocasião das entrevistas na comunidade, foi possível a este pesquisador funcionar como interlocutor, ressaltando a relevância dos objetos antigos e das armas do Forte, mostrando as ligações dos bens históricos com a vida passada de pessoas que em outras épocas viveram ali.

Figura 59 - Um dos canhões existentes no Forte

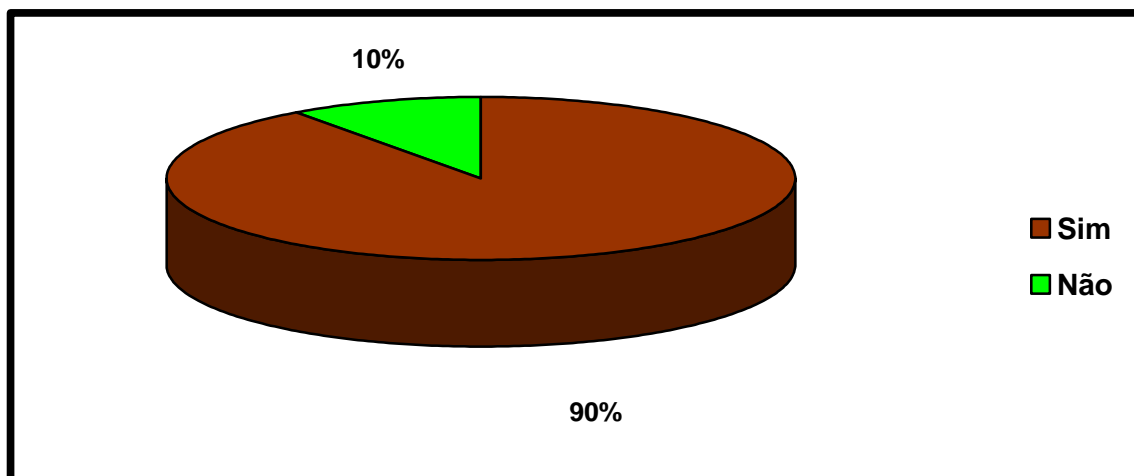


Fonte: Ten Amikura / Forte Coimbra (2011)

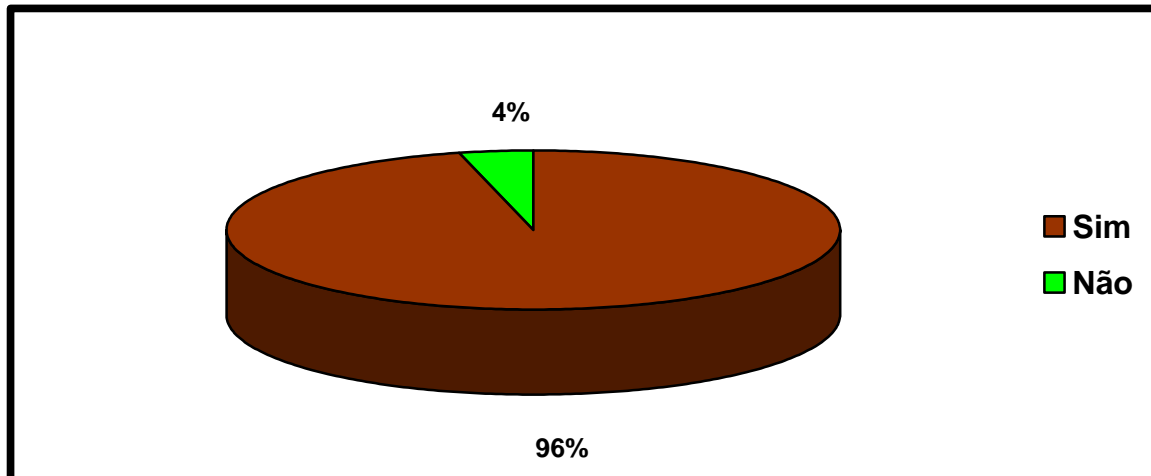
5.1.4 Memória e narrativas circulantes na comunidade

A memória local também foi avaliada na amostragem selecionada, perguntando se a pessoa tinha alguma noção da história do Forte. Particularmente na cota dos “militares” entrevistados, o índice assinalado chegou a 100%. Essa constatação combina com a atividade que desempenham, pois o conhecimento da história da Organização Militar em que eles servem é inerente à própria atividade dos seus integrantes. No entanto, por coerência com a finalidade da pesquisa realizada, a análise deve levar em conta o *total da amostragem* como representativo global da comunidade.

No total da amostragem civil-militar, 90% dos entrevistados alegaram ter algum conhecimento da história do Forte, restando 10% de não-conhecedores.

Gráfico 4 - Noção da história do Forte

O mesmo questionamento foi feito quanto à história de Nossa Senhora do Carmo, a padroeira do Forte. O resultado total de todos os entrevistados indicou 96% de respostas afirmativas, restando apenas 4% de não-conhecedores da história da Santa.

Gráfico 5 - Noção da história da Santa

De maneira geral, a história do Forte e a da Santa absorvidas pelos “militares” da amostragem pesquisada estão diretamente vinculadas à história escrita tida como oficial de Coimbra (MELLO, 1970). Esse pormenor merece uma comparação com o ponto de vista dos civis de Coimbra. Por ocasião da entrevista realizada, o Ten Tapajós relatou que durante o ataque paraguaio em 1864 ao Forte Coimbra, Dona Ludovina, a esposa do comandante, ao perceber que a defesa do Forte chegava ao esgotamento:

Pediu ao soldado Verdeixas que levasse a Santa lá para cima, no lugar mais alto do Forte onde hasteava a bandeira e bradasse três vezes “Viva Nossa Senhora do Carmo!” E assim ele fez. E criou-se a mística de Nossa Senhora do Carmo. Os paraguaios também eram devotos dela. Ao brado pela Santa, deram um cessar fogo de três dias durante o ataque. Foi assim que o comandante Hermenegildo Portocarrero pode levar as tropas do Forte em segurança.

Por outro lado, verificou-se que a narrativa dos “civis”, especialmente daqueles que não foram militares, embora na linha geral da história oficial, agrega conteúdos oriundos da história oral. Em Coimbra, há pessoas da comunidade que se reportam a fatos da Guerra do Paraguai com particularidades. O Sr Eurídes, um dos mais antigos moradores da comunidade, ao ser perguntado sobre as histórias do Forte e da Santa na guerra, disse:

A guerra que teve aqui, que eles conta, eu acreditei na história do Forte, de levantá a santa lá nas muralha. É que eu sô muito católico, eu acreditei. Aí os paraguaio jogaram as arma no chão, foi a hora que os sordado entraro no navio e desarmou todos eles. Essa parte aí eu achei muito milagrosa, que o seu Roque contou. Eu conheci ele, era sargento reformado, era do tempo da Guerra do Paraguai. Ele já faleceu, nem os filho dele estão mais morando aqui.

A história escrita, aproximadamente a referida pelo Ten Tapajós, não menciona que os soldados do Forte entraram nos navios, mas sim que houve a fuga facilitada pela pausa nos combates. No entanto, Thompson (1992, p. 197) valoriza a história oral mencionando que “toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade”. Assim sendo, as histórias reinventadas, longe de serem desprezadas, merecem ser preservadas pelo quanto fortalecem os significados locais (ABREU; CHAGAS, 2003).

A história do Forte e a da Santa estão interligadas, pois guardam conexão com os mesmos fatos históricos geradores das narrativas existentes. Os milagres da Santa constantes da história referem-se à proteção dos integrantes do Forte por ocasião dos dois ataques sofridos, dos combates e da fuga no último deles. Mesmo assim, a interligação dos fatos não impediu a diferença dos resultados percentuais alegados pelos entrevistados. O conhecimento da história da Santa - 96% - supera a noção da história do Forte - 90%. Provavelmente, o simbolismo do sagrado e a fé em Nossa Senhora do Carmo cristalizados no lugar e absorvidos pelos moradores justificam essa diferença. Isso guarda coerência com o resultado da questão anterior, sobre o que chamava mais a atenção no Forte. Naquele quesito, a padroeira também superou as demais proposições.

Na presente questão, embora tanto perguntas quanto respostas tenham sido bastante simples, observando com um olhar mais acurado, percebe-se um ponto um pouco mais complexo. Relacionando-se os percentuais de conhecedores das duas narrativas com os de conhecedores do Forte, notam-se pequenos “vazios” que também merecem ser analisados. 94% da amostragem visitou o Forte, mas somente 90% conhece sua história. Logo, 4% não conseguiu absorver tal narrativa nem nas visitas nem no dia-a-dia da comunidade. Por outro lado, 96% da amostragem conhece a história da Santa, mas como somente 94% visitou o Forte, 2% de não-conhecedores do Forte conseguiram, mesmo assim, absorver a história da Santa. Isso indica, portanto, que a história da Santa circula mais do que a do Forte no dia-a-dia da comunidade.

As oportunidades de absorção das citadas narrativas em Coimbra são várias: na visitação normal ao Forte, o guia normalmente se refere aos citados fatos; na Festa da Santa, em vários momentos são lembrados os feitos dos defensores de Coimbra e dos milagres da Santa; no aniversário do Forte, são enaltecidos os feitos do Coronel Ricardo Franco ligando-o à construção do Forte e ao culto à padroeira; e em cerimônias militares com ou sem a presença de civis, os fatos históricos forjadores das tradições de Coimbra costumam ser rememorados.

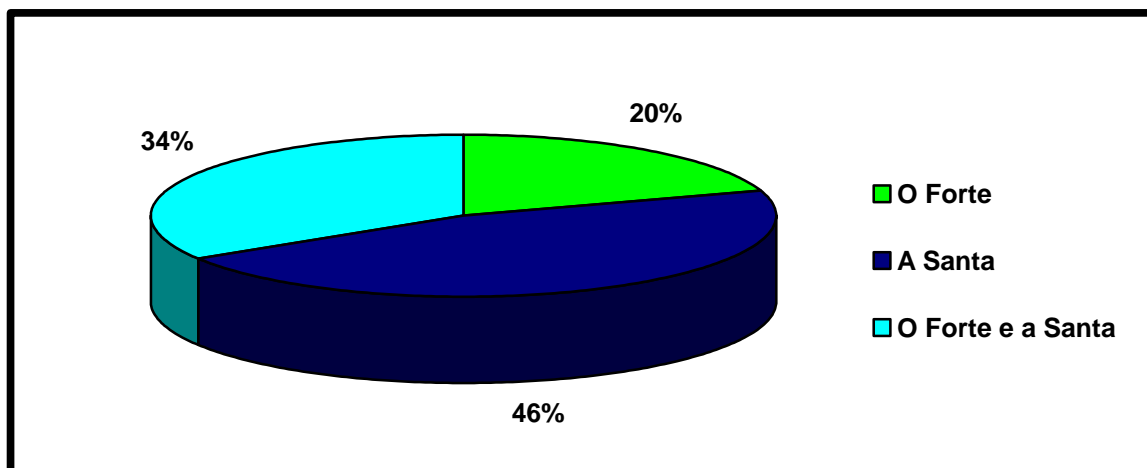
As histórias e narrativas em relação ao Forte contribuem para agregar outros significados ao patrimônio cultural, reforçando o discurso de identidade. A escolha de determinadas referências de identidade confere ao patrimônio uma carga simbólica que funciona socialmente como um elemento de reforço e motivação (DIAS, 2006).

5.1.5 Relevância do Forte e da Santa

Considerando as construções simbólicas em torno do sagrado e do patrimônio histórico em Coimbra, buscou-se identificar a hierarquia de valores da comunidade nesse ponto. Assim, na questão seguinte, o Forte e a Santa foram colocados em comparação para que os entrevistados indicassem qual das duas representações da cultura local seria mais importante no contexto da comunidade de Coimbra. Foi disponibilizada, também, a oportunidade do equilíbrio entre as duas proposições, permitindo a opção da colocação do Forte e da Santa num mesmo nível de relevância.

Novamente a Santa obteve maior percentual, com 46% de opções. Para apenas 20% da amostragem analisada, a Santa é menos importante do que o Forte. Para 34%, o Forte e a Santa têm a mesma relevância na localidade. Este último percentual, embora não se constituindo na principal opção da amostragem pesquisada, por ser um resultado expressivo também deve ser analisado.

Gráfico 6 - Relevância do Forte e da Santa



Como se pode observar, aproximadamente, a metade da amostragem pesquisada manteve a mesma tendência de quesitos anteriores no caso da comparação pura e simples. Manifesta-se aí, em nível de relevância, o interesse pela crença, esta como sendo o “conjunto de expressões de ordem social que organiza a vida dos indivíduos e comunidades, servindo para resolver problemas e encontrar o caminho da regeneração, da renovação e da revitalização” (DIAS, 2006, p. 98). Isso contribui para formar comunidade, pois, “quem está convencido de uma crença, sente-se, irresistivelmente, atraído para seus co-irmãos e quer manifestar a sua fé junto com eles” (WILGES, 1987, p. 11).

No entanto, não se pode desconsiderar aquele segundo maior resultado no presente quesito, ao se oferecer a opção do equilíbrio na mesma questão. Com efeito, aproximadamente na média entre a relevância da Santa e do Forte, uma porcentagem de 34% foi assinalada ao considerar que “o Forte e a Santa têm a mesma importância”. Nesse ponto, há uma elevação do valor do Forte ao nível da Santa, merecendo aprofundamento da análise.

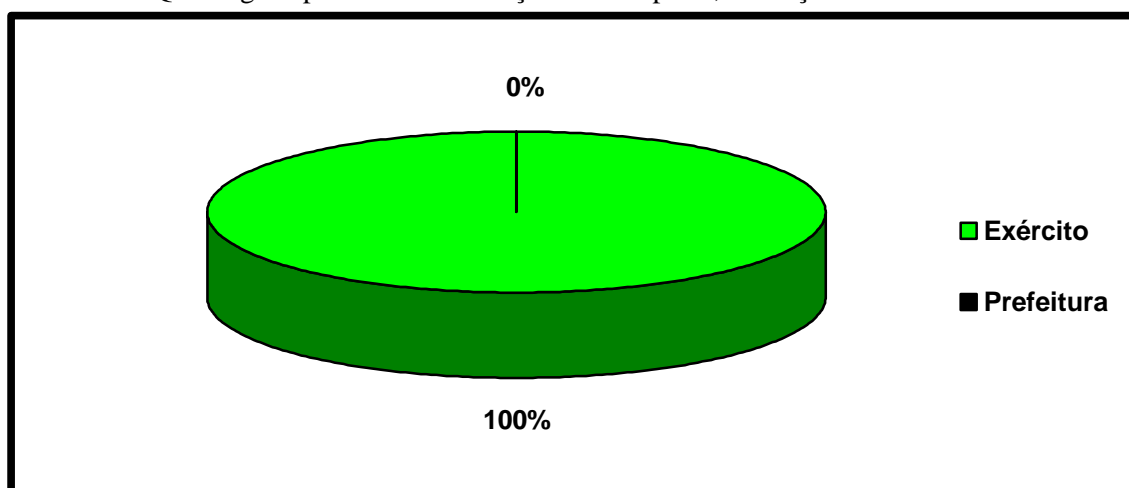
Durante a aplicação dos questionários, várias pessoas, ao optarem pelo equilíbrio de relevância entre o Forte e a Santa, mencionaram ao pesquisador que o Exército proporcionava as condições materiais para a vida em Coimbra. A questão seguinte pode

contribuir para esse esclarecimento, pelo que relaciona a presença militar com as condições estruturais favoráveis à vida em Coimbra.

5.1.6 Apoios estruturais em Coimbra

Foi solicitado aos entrevistados, que indicassem, dentre Prefeitura de Corumbá e Exército, qual órgão “apóia mais” em três dos serviços essenciais em Coimbra: transporte, educação e saúde. A resposta foi unânime, com 100% respondendo que o “maior” apoio nesses serviços em Coimbra é do Exército.

Gráfico 7 - Qual órgão apoia mais os serviços de transporte, educação e saúde



Em Coimbra há uma superposição de territórios. Trata-se de uma pequena localidade, politicamente Distrito do município de Corumbá. Mas também é área militar sujeita a administração militar. Mesmo sendo área militar, lá existem militares e civis instalados, habitações, locais de trabalho, estudo, tratamento médico, meios de transporte de chegada e saída do lugar, condições das pequenas práticas comerciais, das práticas religiosas, enfim, tudo a formar a identidade local e a desenvolver os sentimentos de pertencimento, compondo a sua territorialidade (SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 1998).

Como Coimbra é Distrito de Corumbá, compete ao município disponibilizar as estruturas indispensáveis pelo menos quanto à educação e saúde. Mas, tendo em vista o isolamento da localidade, pode-se juntar a tais necessidades o apoio em transporte devido a distância e dificuldades de acesso. Porém o efetivo apoio nesses serviços essenciais em Coimbra é feito pelo Exército.

Devido ao isolamento da localidade nos ermos do pantanal, o transporte rotineiro do menor ao maior volume é realizado por embarcações da 3ª Companhia de Fronteira, propiciando as ligações com o meio exterior à localidade, favorecendo a integração regional e social.

Na educação, o diretor da escola é ex-sargento e o corpo docente tem cinco esposas de militares e uma de civil, todas residentes em Coimbra. Além disso, o apoio mais pesado da escola é feito pela Unidade militar. Segundo o Diretor da Escola, professor Adriano Ortigoza:

A Escola é mantida pela Prefeitura Municipal de Corumbá, em condições satisfatórias de segurança, salubridade e circulação, mas a 3ª Companhia de Fronteira é a grande parceira da Escola Ludovina, disponibilizando meios para o transporte da nossa merenda escolar, oferecendo mão-de-obra para o reparo nas nossas instalações elétricas, hidráulicas, pintura, armação de barracas, e instalações dos nossos equipamentos de informática. Não recebemos nenhum apoio por parte do Governo do Estado.

Na saúde, embora sendo competência do município, como foi visto no título 3.3 sobre as condições estruturais, o Posto Médico da Companhia é a única unidade permanente de atendimento à população local, a ribeirinhos e estrangeiros, fazendo-o praticamente com recursos próprios do Exército, sem que a instituição disponha dessa incumbência e de meios adequados e suficientes para tal.

O significado social do Exército para a vida dos civis moradores em Coimbra é amplo, pois segundo o comandante da 3ª Companhia de Fronteira:

Eles dependem dos militares em quase tudo para a vida em Coimbra: habitação, tratamento e distribuição d'água, coleta de lixo, atendimento médico, transporte fluvial, segurança. A energia é da Enersul, mas o lançamento da rede elétrica através do pantanal foi feito pelo Exército. Quando ocorre falta de energia, é o gerador da Companhia que atende a todos.

Assim sendo, pode-se destacar que, complementando a questão anterior - “5.1.5 *Relevância do Forte e da Santa*”, possivelmente devido ao peso do apoio da instituição militar, facilitando as condições de vida em Coimbra na composição e manutenção das estruturas básicas e socioeconômicas existentes, a totalidade dos entrevistados reconhece como indispensável o fator militar em Coimbra. Dessa forma, a gratidão popular para com a presença militar na localidade, proporcionando as condições de vida, pode estar refletindo na

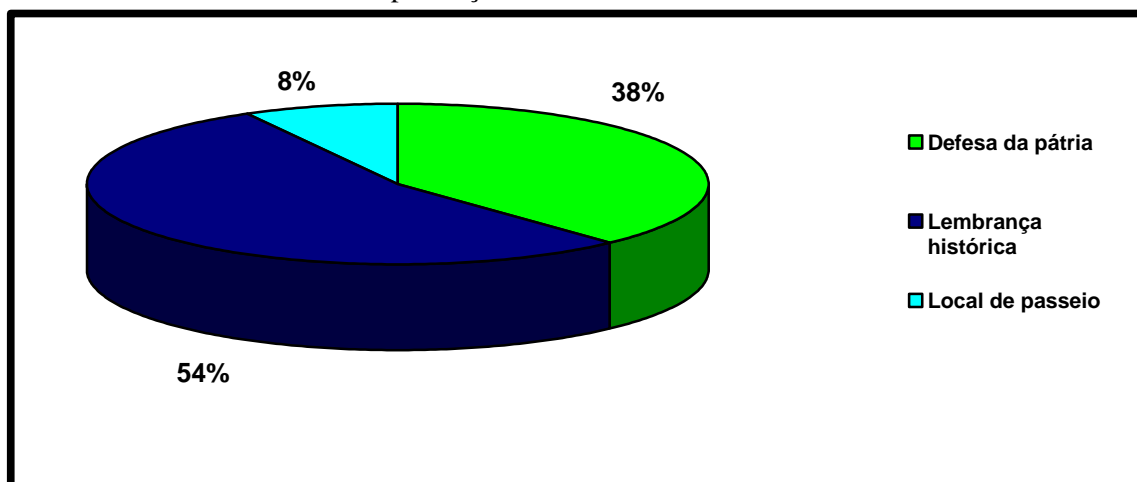
consideração de relevância do Forte. Isso a tal ponto que eleva o Forte ao nível da Santa pela expressiva parcela de 34% da amostragem pesquisada na questão anterior.

Mas há um aspecto que deve ser esclarecido. Segundo Eliade (1999, p. 17), “a primeira definição que se pode dar ao sagrado é que ele se opõe ao profano”. Mesmo assim, o resultado aqui mencionado não significa uma elevação do profano, no caso o Forte, ao nível do sagrado representado por Nossa Senhora do Carmo. Trata-se de uma realidade local em que necessidades básicas são atendidas pela estrutura militar, contribuindo para um certo nível de valorização do Forte se colocado perante a Santa.

5.1.7 O Forte histórico e a presença militar na atualidade

Um outro ponto avaliado na pesquisa é a questão da presença militar em Coimbra, diante da modernidade bélica dos tempos e a existência de um Forte histórico na localidade. Foi verificado, então, como fica a construção simbólica da comunidade relacionando a presença militar na missão principal de defesa do território e o Forte Coimbra. Em síntese, a pergunta incidiu sobre qual seria o maior significado atual do velho baluarte na localidade de Coimbra. Como resposta: 54% dos entrevistados consideraram tratar-se o Forte de uma “lembrança histórica”; 38% ainda o vê como “defesa da pátria”; e 8% consideram-no como “local de passeio”.

Gráfico 8 - O Forte histórico e a presença militar na atualidade



A maioria absoluta da comunidade escolhendo a “lembrança histórica” como melhor opção indica uma percepção particularmente adequada à realidade atual do Forte Coimbra. Trata-se efetivamente da materialização de um passado de lutas, glórias e perdas estigmatizado na história e enraizado na cultura local.

Uma das partes mais visíveis da memória coletiva de uma sociedade é o patrimônio. É a materialização da história, seja em objetos ou em ações plenas de significados. Formam-se símbolos indicadores de que a realidade dos processos culturais da atualidade guarda conexão com o passado. As representações permanecem articuladas ao passado de modo a redefini-lo e a se redefinirem ao mesmo tempo (DIAS, 2006).

O Exército Brasileiro é uma instituição bélica destinada “[...] à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa destes, da lei e da ordem”, segundo a Constituição Federal (1988, p. 98). A função atual do Forte Coimbra como “defesa da pátria” está desativada, pois não mais abriga tropas e armas em condições de defesa do solo pátrio como no passado. Atualmente, o Exército está presente naquele ponto da fronteira Brasil-Bolívia-Paraguai com a 3ª Companhia de Fronteira e Forte Coimbra, cuja tropa, desde 1908, não mais ocupa as instalações do Forte. Foram construídos novos aquartelamentos, próximos ao Forte, devidamente apropriados à funcionalidade da doutrina militar e à realidade dos tempos.

Mesmo assim, é notável e significativo o segundo maior percentual de 38% dos entrevistados considerarem o Forte ainda hoje como defesa da pátria, a exemplo dos tempos passados, demonstrando o conteúdo cívico-patriótico presente na comunidade de Forte Coimbra. Fagundes (2004, p. 133) expressa o significado de pátria e patriotismo:

Pátria é o país onde se nasce. É o torrão natal de cada pessoa. Esta palavra tem muita força emocional, mexe com a cabeça das pessoas, o emocional coletivo. Outra palavra carregada de força política é patriotismo que, como se pode notar é derivada da palavra Pátria e, literalmente, patriotismo significa *amor à Pátria*.

Há cerca de 3.000 anos, tal sentimento já existia. Coulanges (2006, p. 219) expressa o patriotismo para o homem grego na cidade antiga, como sendo um: “sentimento enérgico, virtude excelsa entre eles e que alicerçava todas as demais. Tudo o que o homem tinha de mais caro se confundia nessa noção de pátria. Nela o homem encontrava a sua segurança, seu direito, sua fé, o seu deus, todos os valores. Perdendo-a, perdia tudo”.

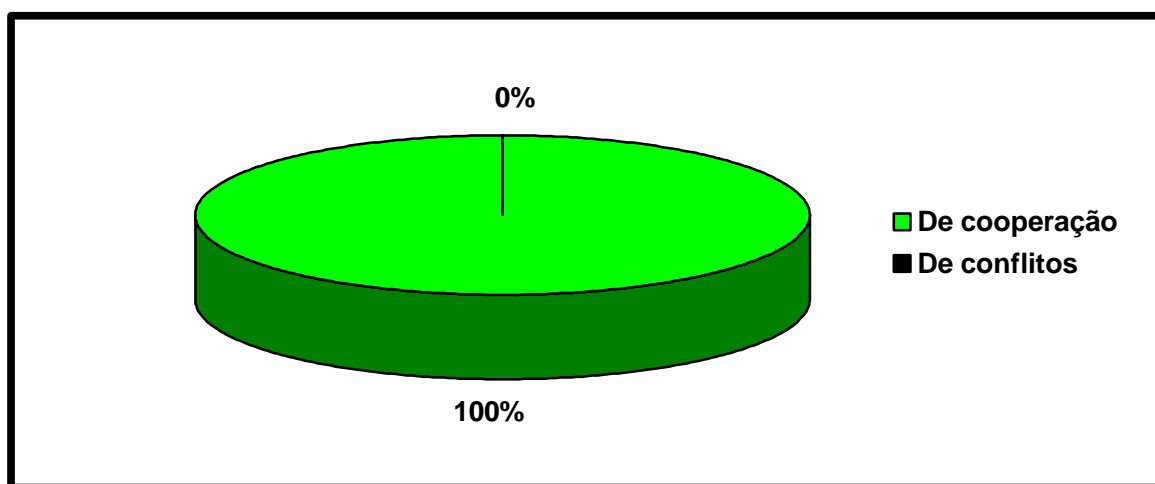
Por fim, as poucas pessoas, apenas 8%, que percebem o Forte meramente como “local de passeio” deixam de reconhecer-lhe e experimentar seu significado maior como patrimônio histórico e cultural cristalizado na consciência popular da expressiva maioria da

população local. O patrimônio cultural não deve ser visto meramente como local de passeio, mas algo que contribui para a reflexão. O respeito e as formas de se ver o mundo interessam à própria construção da cidadania (FUNARI; PINSKY, 2001).

5.1.8 Relações sociais locais

Na pesquisa em relação ao Forte, procurou-se, também, avaliar o teor das relações sociais em Coimbra. Diante da comunidade local ser formada por civis e militares, foi verificado como as pessoas do lugar consideram o inter-relacionamento entre esses dois grupos caracterizados pela diversidade institucional. Nesse aspecto, 100% dos entrevistados, tanto civis quanto militares, consideraram que as relações são de cooperação. Não houve referências a relações de conflito, tampouco de mescla entre cooperação e conflito.

Gráfico 9 - Relações entre civis e militares



O comandante de Forte Coimbra confirma esse resultado ao mencionar que “o convívio entre militares e civis em Coimbra é ótimo. É muito bom ter os civis aqui. Eles guardam lembranças do lugar. Eles são importantes, pois fazem parte da história daqui.” Essa confirmação do comandante traduz uma constatação relevante, pois as relações sociais se constituem em fator primordial à vida em comunidade e base para o desenvolvimento de valores capazes da aglutinação grupal. Relações sociais saudáveis favorecem o estabelecimento de laços pessoais de reconhecimento mútuo e pensamento comum, fortalecendo a identidade dos participantes de um mesmo território (PIERSON, 1968).

Segundo Oliveira (2010, p. 61-62):

[...] a cooperação é a forma de interação social na qual diferentes pessoas, grupos ou comunidades trabalham juntas para um mesmo fim. A cooperação é um processo social associativo. Processo social entendido como qualquer mudança proveniente da interação social entre os membros de uma sociedade. Os processos associativos estabelecem formas de cooperação, convivência e consenso no grupo. Geram, portanto laços de solidariedade.

A reunião, a dedicação e o empenho de civis e militares de Coimbra para fazerem a Festa da Santa é exemplo típico de cooperação, na qual a associação de pessoas, a convivência e o consenso na busca do objetivo comum da manutenção das tradições de Coimbra contribuem para o fortalecimento da solidariedade.

Para fins de desenvolvimento local, na comunidade devem prevalecer as relações primárias ou no máximo que haja equilíbrio entre as primárias e secundárias (ÁVILA, 2000). As relações primárias se manifestam como contatos pessoais, espontâneos, como na família, no lazer e nas *vilas isoladas*. Particularmente nessas localidades isoladas, as pessoas têm a tendência a intensificar as relações locais. Por outro lado, as relações secundárias são formais, anônimas, impessoais, as pessoas raramente se encontram (PIERSON, 1968).

O exagero nas relações primárias estimula o conservadorismo e o auto-isolamento. Por outro lado, as relações secundárias em demasia restringem sentimentos e interesses comuns como laços de coesão espontânea, dificultando o desenvolvimento endógeno.

Em Coimbra, por se tratar de uma localidade instalada em território militar sujeito à administração militar, seria natural a preponderância de relações secundárias, portanto eminentemente institucionais. Porém, especificamente no caso de Coimbra, há o isolamento geográfico da comunidade formada por civis e militares como um todo, estimulando a intensificação das relações primárias. Esse isolamento ocorre por imposição do ambiente natural, pelas distâncias aos centros urbanos, por estar em meio ao pantanal e pelo condicionamento praticamente exclusivo ao transporte fluvial, restringindo relações pessoais com outras localidades. Assim sendo, as pessoas tendem a se voltar mais para a vida local e a fortalecer as relações de cooperação, de convívio e amizade. Diante de tudo isso e como foi constatado na pesquisa mostrando 100% das relações civil-militares como de cooperação, as relações sociais primárias na comunidade estudada tendem a se fortalecer, buscando o equilíbrio com as relações institucionais.

Pierson (1968) menciona, ainda, a questão de que isolamento gera cultura rígida. No caso de Coimbra, Teixeira (2005, p. 80) ressalta que:

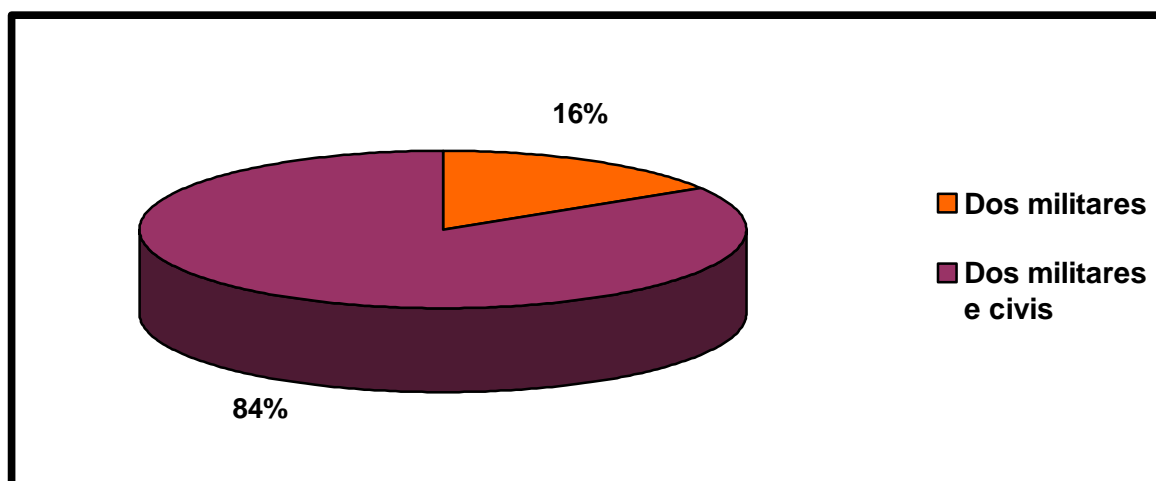
O contato com outras pessoas se dá com a presença de visitantes nas festas da padroeira, viagens esporádicas às cidades próximas e através de meios de comunicação. A área físico-geográfica na qual estão aqueles habitantes, permite-lhes rever ou despertar para outros valores, haja vista muitos moradores serem procedentes da área urbana.

De fato, particularmente em Coimbra, mesmo com o isolamento espacial, há uma renovada oferta cultural de fora para dentro, trazida pelas famílias de militares para lá transferidos oriundos de várias partes do País, bem como por parte de visitantes ao Forte e à comunidade. Além disso, a comunidade dispõe de energia elétrica da Enersul desde 1999, instalada pela Organização Militar local em conjunto com o 17º BFron de Corumbá. Esse benefício proporciona comunicações televisadas, telefônicas e o uso do ciberespaço. Portanto, não há clausura cultural em Coimbra. Embora não havendo clausura cultural, evidentes traços culturais se mantêm preservados emanados do legado histórico, tendo o Forte como pólo irradiador das ações humanas e religiosas. Esses pontos da cultura local são mantidos pela própria vocação militar de manutenção das tradições e pela fé na padroeira do Forte.

5.1.9 O Forte - assunto militar ou de militares e civis?

O último ponto em análise na comunidade do entorno visa a identificar a postura da comunidade em relação aos assuntos do Forte, tais como a proteção, a preservação, ou seja a valorização do mesmo como patrimônio histórico e cultural. Assim sendo, foi perguntado se o Forte é assunto dos militares ou dos militares e civis. Como resultado, apenas 16% mencionou ser o Forte assunto dos militares e 84% considerou que o Forte é assunto tanto de militares quanto de civis.

Gráfico 10 - O Forte - assunto dos militares ou dos militares e civis



A análise do resultado da pesquisa permite as seguintes considerações: a comunidade de Coimbra no geral considera-se partícipe do pensamento militar local, absorvendo o estrato cultural do lugar manifestado no cotidiano das relações sociais locais: os eventos festivos, de cunho militar, cívico ou religioso; o dia-a-dia na localidade pequena e isolada; e os laços de amizade e cooperação, acabam estimulando afinidades nas relações sociais, evidenciadas no interesse pelos assuntos do patrimônio histórico para elevado percentual de moradores. Tudo isso vem a agregar valores, contribuindo na formação do território em Coimbra. “A formação do território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentimento da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre as mesmas” (SANTOS, 1998, p. 214).

Uma localidade que tenha intenções de mostrar aos visitantes e a seus moradores a imagem que deseja oferecer de si mesma deve ter como um dos seus objetivos conservar e valorizar o patrimônio. Os assuntos ligados ao conhecimento dos significados patrimoniais despertam o interesse pela sua conservação, valorizando-os de modo permanente (DIAS, 2006).

O sentimento de pertença a um lugar é indispensável. É como pertencer a uma família ou grupo social. A pessoa se sente incluída no lugar e ao mesmo tempo considera que ele também é seu (TUAN, 1980). Percebe-se, portanto, que a “sensibilização” é facilitada como sendo “a educação na defesa e proteção do patrimônio pela aproximação do público aos bens culturais com a finalidade de que o público aprenda a respeitar os bens culturais e a assumi-los como algo próprio e de valor insubstituível [...]” (DIAS, 2006, p. 252). Assim sendo, o resultado final da união de civis e militares em torno dos assuntos do Forte é benéfico para toda a comunidade, exprimindo o interesse coletivo para com a proteção e preservação de um verdadeiro legado daqueles que os precederam.

A atitude evidenciada pela comunidade do entorno, favorável à preservação dos valores culturais, materiais e imateriais ligados ao Forte Coimbra, pode ser estimulada, direcionando-a para o turismo sustentável, de modo a promover o Forte Coimbra como patrimônio histórico e cultural, bem como para o artesanato geral, com possibilidade do engajamento das pessoas da comunidade em trabalhos materializando motivos ligados às expressões culturais do Forte, da Santa e outras.

5.2 A COMUNIDADE ESCOLAR

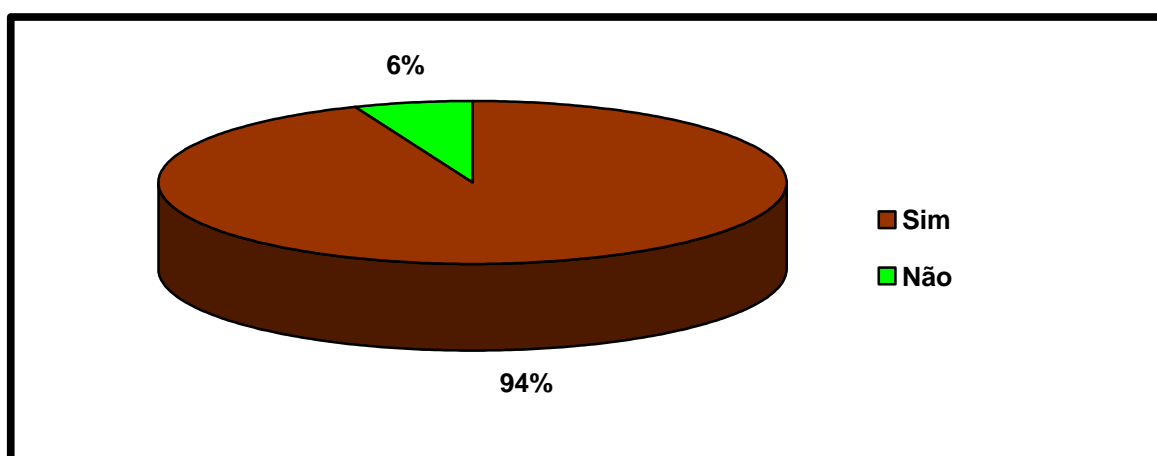
Além da pesquisa feita na comunidade de Coimbra como um todo, foi realizada uma pesquisa complementar específica na escola local, como mencionado na Introdução do presente trabalho, formando uma oficina com amostragem de 16 alunos do Ensino Fundamental, num universo de 39 do total da Escola Municipal Ludovina Portocarrero. Trata-se, portanto, de amostragem probabilística (GIL, 1999).

Para os alunos foi apresentado um breve questionário com a finalidade de verificar a postura da escola em relação à educação patrimonial e o aproveitamento do Forte para fins pedagógicos e formação da cidadania. A educação patrimonial surge como um dos recursos postos à disposição, permitindo aos professores saírem da sala de aula e acompanharem seus alunos no estabelecimento do contato direto com o patrimônio cultural.

5.2.1 Alunos que visitaram o Forte

A pesquisa com os alunos revelou que 94% já haviam visitado o Forte e houve manifestação do interesse em realizar a visita pelos 6% restantes.

Gráfico 11 - Alunos que visitaram o Forte

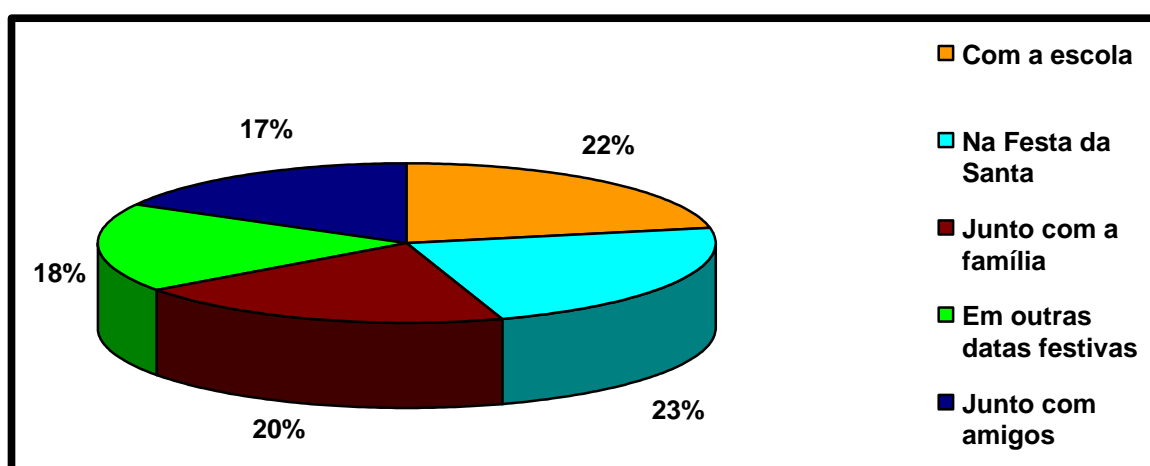


O elevado resultado quantitativo comprova que a afinidade com o Forte demonstrada pelos adultos na pesquisa maior, também se manifesta nos estudantes locais.

5.2.2 Situações de visita ao Forte

A questão seguinte tratou das situações em que as visitas foram realizadas. Como resultado, 22% das visitas foram realizadas “com a escola”, aproveitando-se o Forte para o ensino da história. A utilização do Forte para aulas de história para os alunos de Coimbra proporciona o “reforço à identidade” desses jovens da comunidade e a construção e reconstrução da história local. É uma forma de aliar o passado ao presente (BREDA, 2011).

Gráfico 12 - Situações nas quais realizou a visita



A participação dos alunos com a escola no Forte evidencia identificação com o patrimônio histórico e seu judicioso aproveitamento como recurso pedagógico. Aquele percentual de 22% foi levemente superado por 23% de respostas marcadas como visitas realizadas por ocasião da Festa da Santa. Isso mostra que também para o público estudantil, a Festa da Santa funciona como significativo fator de atração de visitas ao Forte. A visita na Festa da Santa pelos estudantes, mesmo sem a presença formal dos docentes, por se tratar de evento cultural, por si só já compreende ações educacionais, comunitárias e sociais, promovendo o acesso natural aos bens da cultura (FUNARI; PINSKY, 2001).

Os demais resultados foram de: 20% junto com a família; 18% em outras datas festivas; e 17% junto com amigos. A menção a outras datas festivas, no caso de Coimbra, refere-se de modo mais significativo ao Aniversário do Forte, comemorado no dia 13 de setembro. Nessa oportunidade, a escola se apropria do Forte de forma a vivenciar o passado estando no presente, fortalecendo o sentimento patriótico dos jovens e adolescentes. O Ten Hevanil, ligado à administração do Forte, explicou que:

No aniversário do Forte, os alunos participam de uma apresentação no Forte. Eles se vestem de índios, Ricardo Franco e outros personagens históricos da época. Fazem desfile, representando as várias fases da história do Forte, desde a sua fundação. É um projeto educativo local e verdadeiro. A maioria desses alunos sai daqui e vai lembrar essa etapa que viveram aqui. Eles vão para outros locais do País e serão multiplicadores.

O Aniversário do Forte é aproveitado pela escola local, como agente de preservação e desenvolvimento do patrimônio cultural, permitindo, ao invés da mera cultura do entretenimento, a adoção de uma visão sócio-educativa e cultural do evento, predominando ações de educação, socialização, formação e aperfeiçoamento (FUNARI; PINSKY, 2001) (figura 60).

Figura 60 - Aniversário do Forte Coimbra

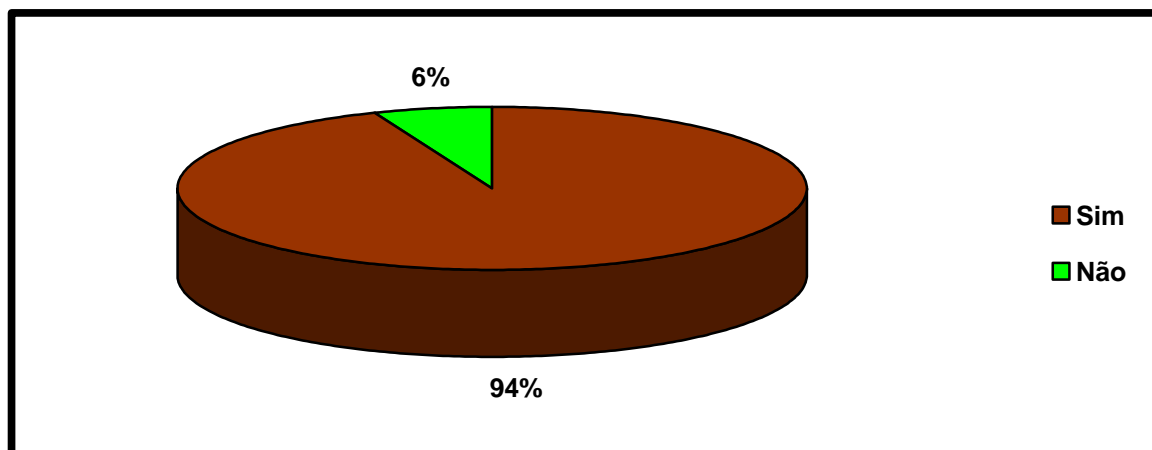


Fonte: Professor Adriano - Diretor da Escola Municipal Ludovina Portocarrero (2011)

5.2.3 Noção da história do Forte e da Santa

A outra questão referiu-se ao conhecimento dos alunos sobre a história do Forte e a história da Santa. As duas questões foram apresentadas separadamente. O resultado foi 94% de respostas afirmativas para a história do Forte e, da mesma forma, 94% para a história da Santa. Dada a coincidência desses resultados, foi elaborado gráfico único conforme a seguir.

Gráfico 13 - Noção da história do Forte e da história da Santa



Os 6% restantes referem-se às questões deixadas em branco. Ressalta-se que, da amostragem de 16 alunos entrevistados, o percentual de 6% percebido com resposta branco corresponde a apenas 1 aluno. Baseado nesse aspecto, foi verificada a situação do referido aluno, constatando tratar-se de um recém-chegado a Coimbra. Isso não constitui problema, pois, os novos moradores de Coimbra estabelecem contato com novos traços locais, incorporando novas maneiras de ver o mundo e as coisas ao redor, proporcionando a identificação cultural (BARTLE, 2011).

Assim sendo, o resultado permite considerar que a quase totalidade da amostragem pesquisada conhece o Forte, tem noções da sua história e a da padroeira. Pode-se afirmar, então, que em Coimbra, “tem-se a educação patrimonial como um instrumento de alfabetização cultural, possibilitando ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido (SANTOS; CASTILHO, 2012, p. 44)”.

5.2.4 Benefícios da Educação Patrimonial

A escola de Coimbra cumpre sua função na educação patrimonial, estabelecendo o contato direto do aluno com o patrimônio histórico, inclusive criando condições favoráveis à encenação de personagens e fatos históricos. Além da consolidação da aprendizagem dos temas vistos em sala, o passado é trazido ao presente com os próprios alunos vivenciando os personagens que fizeram a história do Forte.

As palavras do professor Adriano Ortigoza, diretor da Escola local, na entrevista, confirmam e reforçam a relevância da educação patrimonial em Coimbra com as possibilidades que o Forte disponibiliza e como são aproveitadas do ponto de vista pedagógico.

Para o diretor, o Forte Coimbra é riquíssimo para o desenvolvimento de pesquisas educativas, por ser um dos marcos mais importantes da história do Mato Grosso do Sul. De todos os Fortes fronteiriços, Coimbra foi o único a enfrentar e lutar valentemente contra potentes ataques inimigos, bastante superiores às suas forças. Por esta razão, principalmente, é o Forte que possui história mais heróica, além de pontilhada de episódios e tradições originais, dignos de buscar-se neles motivações e inspirações em rica História Militar. O Forte Coimbra é lembrado com frequência através de exemplos históricos e das obras, com sabor de epopeia, de seus intrépidos defensores luso-brasileiros. A escola realiza visitas ao Forte com os alunos utilizando-o para aulas de história.

O diretor informa que o aniversário do Forte Coimbra é comemorado no dia 13 de setembro. Nesta data, a Escola realiza no interior do Forte um desfile com os alunos caracterizados como personagens que viveram nas etapas históricas do Forte Coimbra: Ricardo Franco, o construtor e comandante do Forte quando do ataque castelhano em 1801; índios que participaram da defesa do Forte; Dona Ludovina Portocarrero, ligada à defesa do Forte por ocasião do ataque paraguaio em 1864; o soldado Verdeixas, participante do episódio do milagre da Santa, naquela ação paraguaia; além de outros. No Projeto Teatro na Escola, os alunos participam, com os soldados, na encenação do ataque paraguaio ao Forte: a defesa da fortificação, a atuação de Dona Ludovina e o levantamento da Santa durante o combate, reafirmando a narrativa histórica.

Trata-se, portanto, de uma prática particularmente adequada, pois, utiliza o Forte ao mesmo tempo como meio auxiliar no ensino de história e como elemento de apoio na formação da cidadania. Esse ponto se torna relevante ao se considerar a realidade de Coimbra, um lugar particularmente ermo e afastado dos centros de maior oferta de locais de visitação e recursos pedagógicos. Por outro lado, os alunos de Coimbra têm o privilégio de dispor de um patrimônio de tal magnitude no próprio lugar onde moram.

Tal é a relevância do Forte, que a educação patrimonial em Coimbra não acontece somente com a comunidade escolar local, pois, segundo o Ten Hevanil: “anualmente, o Forte

é visitado por alunos do 6º ano do Colégio Militar de Campo Grande. Eles vêm com professores de história e geografia que estudam o local e explanam os fatos históricos relacionados ao Forte, mencionado os acontecimentos desde a sua fundação”. Essa oportunidade proporciona aos alunos visitantes de fora voltarem para casa com lembranças capazes de lhes fazer refletir sobre suas vidas e a sociedade, bem como, mostra que a interação com a comunidade visitada contribui para seu crescimento como cidadãos (FUNARI; PINSKY, 2001).

Verificou-se que os alunos integrantes da comunidade de Coimbra, bem como os do Colégio Militar de Campo Grande, já pertencentes a outras comunidades, absorvem o conhecimento da história pelo contato direto com o patrimônio no próprio lugar dos fatos que delinearam sua trajetória. A síntese disso está na aquisição de uma preparação favorável à condição de multiplicadores para divulgação do Forte Coimbra como patrimônio histórico e cultural. Além disso, a formação desses jovens passa a agregar outros atributos, como: a valorização do patrimônio desde os bancos escolares da infância e da adolescência; o decorrente interesse pela sua preservação; e o fortalecimento da cidadania e do patriotismo como amor pela terra pátria (TUAN, 1980).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Exército constitui presença militar na Fronteira Oeste desde os primórdios do Forte Coimbra em 1775. Ao cumprir a missão de defesa da pátria, baseada na manutenção da integridade territorial e na garantia da soberania na Faixa de Fronteira, contribui para a integração territorial e social por decorrência da própria missão principal, de modo a facilitar a inserção daquela distante e isolada localidade ao contexto regional e nacional.

A implantação do Forte de Coimbra e a religiosidade local sobreviveram a conflitos bélicos, legando à posteridade afinidades, cultura, patrimônio histórico e modo de vida peculiares a comunidade civil-militar naquela área geográfica. A exemplo disso, as pessoas da comunidade consideram relevantes o Forte e a Santa na justa medida, segundo a preponderância de valores religiosos e históricos. Esses valores, longe de serem excludentes, funcionam como fatores de aglutinação social, não havendo como nem sendo recomendável a desconexão das duas expressões culturais, devido as construções simbólicas que evidenciam oriundas do legado histórico cristalizado na memória coletiva e enraizado na cultura local. O equilíbrio cultural da comunidade é mantido com bens culturais materiais e imateriais integrantes do arcabouço histórico sendo preservados e usos e costumes próprios do lugar sendo conhecidos pelos visitantes e absorvidos por novos moradores.

Os militares de Coimbra formam um todo único, uniformizado, uma parcela caracterizada por uma identidade militar comum a todos, forjada na hierarquia, na disciplina e, sobretudo, no patriotismo enraizado na formação castrense. Há, nesse caso, um especial sentimento de pertença nos militares em Coimbra, configurada como parcela do Patrimônio Nacional, uma comunidade com identidade histórica, território definido e bens históricos e culturais cuja guarda, naquele lugar, a nação lhes confiara. Com exceção das famílias de moradores mais recentes, as dos mais antigos moradores civis, ex-militares ou não, lá construíram suas casas, transformaram o ambiente tornando-se parte dele. Portanto, evidenciam também identidade e sentimento de pertença.

As famílias ligadas ou não aos militares, tanto nas saídas esporádicas com destino a outras localidades, quanto nas saídas definitivas, revelam condições de funcionarem como multiplicadores do construto cultural absorvido no local. Essa é, também, uma forma de promover o Forte Coimbra, levando a outros pontos da área regional e do Brasil o testemunho da existência e do significado de um patrimônio de tal magnitude.

Nas relações fora da comunidade, pela influência fisiográfica e escassez de meios de transporte, as restrições e dificuldades de integração de Forte Coimbra com as demais localidades e cidades determinam características próprias ao lugar, levando a população à integração social no nível local e a inclusão dos vizinhos estrangeiros. Isso reflete favoravelmente nas relações internas da comunidade e nas relações fronteiriças, pois acaba contribuindo para aproximação das pessoas e o fortalecimento de laços de cooperação, amizade e companheirismo em escala local. A presença militar em Coimbra cria essas condições favoráveis, transformando-as em peculiaridades da territorialidade naquela região de fronteira.

Pode-se dizer que, em Coimbra, praticamente tudo é herança histórica ligada ao Forte. Os valores materiais, humanos, religiosos, institucionais, tudo veio por causa dele. O Forte, a Santa, a comunidade, o dia-a-dia, a presença militar, enfim, a história é o amálgama de tudo ali e o Forte é o centro dela. Decorrente disso identifica-se potencialidades para o Desenvolvimento Local, tais como: os laços culturais ligados ao Forte Coimbra e dele irradiados; a devoção a Nossa Senhora do Carmo; o culto a Ricardo Franco; a Festa da Santa; o Aniversário do Forte; o ambiente pantaneiro circundante, como teatro de operações na re-materialização dos conflitos bélicos em que o Forte esteve inserido; e a Gruta Ricardo Franco, igualmente ligada ao passado histórico.

Ao potencializar esses aspectos favoráveis ao Desenvolvimento Local, surgem áreas opcionais de atividades voltadas para formação e educação patrimonial, para o turismo sustentável histórico-ambiental ou, ainda, associando-as com aproveitamento das pessoas da comunidade do entorno em artesanato geral e dos alunos da escola local em monitorias. Nessa ótica, como pesquisa é algo que não acaba, há necessidade do prosseguimento com outros trabalhos aprofundando ainda mais os pontos aqui abordados, bem como tratando do aproveitamento dessas potencialidades de modo a orientar a elaboração de projetos específicos voltados para o Desenvolvimento Local.

Mesmo Coimbra sendo área militar, pelas suas peculiaridades, lá existem elementos representativos da comunidade, tais como: os mais antigos moradores civis; a Irmandade de Nossa Senhora do Carmo; o corpo docente da escola local; o pessoal militar da Unidade; e o comando da 3ª Cia Fron/FC. O comando constitui estrutura inerente à própria organização operacional e administrativa militar. Trata-se de governança instituída, absorvida na comunidade, integrante dela própria e facilitadora do dia-a-dia local, em condições de, ao mesmo tempo, coordenar ações e participar das mesmas, funcionando como apoio interno e externo ao Desenvolvimento Local simultaneamente.

Percebe-se, então, que na comunidade de Forte Coimbra existem valores estruturais e humanos facilitadores da associação, ligados ao estrato cultural e sedimentados no vínculo histórico. O fator institucional militar, ao invés de meramente restritivo, agrega a capacidade organizativa da própria comunidade civil-militar. Desta feita, interesses e necessidades de caráter endógeno podem ser evidenciados, interpretados e as soluções buscadas segundo capacidades, competências e habilidades porventura surgidas na própria comunidade. Desta feita, enquanto do patrimônio do Forte de Coimbra emanam as potencialidades, da comunidade emergem as condições favoráveis, tudo isso abrangido no contexto do Desenvolvimento Local.

Assim, o conhecimento da presente pesquisa pelas autoridades civis e militares voltadas para a gestão territorial em Forte Coimbra, bem como pelos estudantes e pesquisadores ligados ao Desenvolvimento Local, servirá, no mínimo, como instrumento auxiliar em trabalhos futuros. E para o grande público, fica o Forte Coimbra como autêntico legado daqueles que nos precederam, marcando até aonde vai a nacionalidade brasileira e onde começa a estrangeira, numa época em que o sentimento de pátria anda meio distante na consciência nacional da atualidade.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário et alii. **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP7A, 2003.
- AQUINO, Tasso Villar de. **Forte Coimbra**: símbolo de tenacidade, valor e bravura. **Revista Militar Brasileira**. Brasília, n. especial. V. CVII. 1975, p. 39-44.
- AKAGI, André; ÖENNING, Kenia. **Dados gerais do pantanal**. Disponível em: <<http://www.portalpantanal.com.br/dadosgerais.html>>. Acesso em: 19 mai. 2012, 8h 49'.
- ALLEM, Antonio Costa; VALLS, José Francisco Montenegro. **Recursos Forrageiros nativos do Pantanal mato-grossense**. Brasília: Embrapa-Cenargen. 1987.
- AMORA, Antônio Soares. **Minidicionário Soares Amora da língua portuguesa**. 18.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- ÁVILA, Vicente Fidelis de. **Cultura de subdesenvolvimento e desenvolvimento local**. Sobral: Edições UVA, 2005.
- _____. **Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos**. Campo Grande: UCDB, 2001.
- BARTLE, Phil. **O que é comunidade?** Uma perspectiva sociológica. Disponível em: <<http://www.scn.org/mpfc/whatcomp.htm>>. Acesso em: 15 mai. 2011, 20h 35'. Traduzido por Sofia Ferreira Fernandes- última atualização 2008.
- BENTO, Cláudio Moreira. Forte Coimbra: dois séculos de história, de fé e de glórias. **Revista Militar Brasileira**. Brasília, n. especial. v. CVII. 1975, p. 45-87.
- BEOZZO, José Oscar et alii. **História da Igreja no Brasil**. 3.e.d. Petrópolis: Vozes, 1992. Tomo II, v.2.
- BOMENY, Helena; MEDEIROS, Bianca Freire et alii. **Tempos modernos, tempos de sociologia**. Rio de Janeiro: Editora do Brasil, 2003.
- BRAND, Antonio; MARINHO, Marcelo; LIMA, Vanusa Ribeiro de. História, identidade e desenvolvimento local: Questões e conceitos. **História & Perspectiva**, Uberlândia, v. 36/37, p. 363-388, jan./dez., 2007.
- BRASIL. 18ª Bda Inf Fron - 18ª Brigada de Infantaria de Fronteira. **Caderno Informativo-Corumbá 2010**. Corumbá: Cmdo Bda. 2010.
- _____. CDOC - Centro de Documentação do Exército. **Forte Coimbra**: bicentenário. **Revista Militar Brasileira**, v.CVII. n. especial, Brasília: CDoc, 1975. p. 45-87.

_____. Constituição, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico, 1988.

_____. EME - Estado-Maior do Exército. **História do Exército Brasileiro**: perfil militar de um povo, v. 1. Brasília e Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

_____. **História do Exército Brasileiro**: perfil militar de um povo, v. 2. Brasília e Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

_____. **História do Exército Brasileiro**: perfil militar de um povo, v. 7. Brasília e Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

_____. ESG - Escola Superior de Guerra. **O pensamento estratégico da ESG**. Rio de Janeiro: Luzes, 2005.

_____. 9ª RM. Boletim Regional do Comando da 9ª Região Militar. **Oração do Guerreiro do Pantanal**. Campo Grande, n. 243 de 30/12/2005.

BREDA, Márcio. **Educação patrimonial**: cuidando de nossas raízes. **Revista Cultura em MS**. Campo Grande, n. 4, p. 8, 2011.

CAMPESTRINI, Hildebrando. **História de Mato Grosso do Sul**. 7.ed. Campo Grande: IHG/MS, 2011.

CASTILHO, Maria Augusta de; MITIDIERO, Marilda Batista. **O museu José Antônio Pereira**: a educação patrimonial no contexto da territorialidade de Campo Grande-MS. Campo Grande: Gráfica mundial, 2011.

CASTRO, Tiago Castro de. **Espaços geográficos**: Sistemáticas de estudo. Rio de Janeiro: Bibliex, 1985.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade**: o exército e a política na sociedade brasileira. Coleção análise e crítica. Rio de Janeiro, Florense Universitária, 1976.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menêzes Teixeira. **O desenvolvimento na escala humana**. Disponível em: <http://www.naya.org.ar/congreso2000/ponencias/Luzia_Neide_Menezes.htm>. Acesso em 24 mar. 2011, 11h 23'.

CORRÊA, Lúcia Salsa. **História e fronteira**. O sul de Mato Grosso 1870-1920. Campo Grande: UCDB, 1999.

CORRÊA DIAS, Patrícia Regina. **Ritos e rituais**: vida, morte e marcas corporais: a importância desses símbolos para a sociedade. **VIDYA**, v. 29, n. 2, p. 71-86, jul./dez., 2009 - Santa Maria, 2010. ISSN 2176-4603 X. Dispo no site: <http://sites.unifra.br/Portals/35/Artigos/2009/vol_2/ritos.pdf>. Acesso em 08 mai. 2012. 17h 18'.

COSTA, Reginaldo Brito. Sistemas agrossilvipastoris como alternativa sustentável para a agricultura familiar. **Revista Interações**. Campo Grande: UCDB, v. 3, n. 5, p. 25-32, set. 2002.

COULANGES, Fustel de. **A Cidade Antiga**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

CRUZ, Sergio Manoel da. **Datas e fatos históricos**: do Sul de Mato Grosso ao Estado do Pantanal. Campo Grande: Editora Pantaneira, 2004.

DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2010.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural**: recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. 2.ed. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FAGUNDES, Lourival Martins. **A política como ela é**. Campo Grande: IESF/UFMS, 2008.

_____. **A maçonaria e a educação**. Campo Grande: IESF/UNIGRAN, 2004.

FERNANDES, Aldo Demerval Rio Branco. **História do Brasil**: do descobrimento à abolição. Brasília: BIBLIEX, 2003.

FERREIRA, Rejiane Platero. **O Museu das Culturas Dom Bosco**: história, identidade e potencialidades de Desenvolvimento Local na Educação Básica. Campo Grande, 2010. 94 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) - UCDB.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

_____; PINSKY, Jaime et alii. **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Octávio Gonçalves. **200 anos de Forte Coimbra**. Campo Grande: Jornal do Comércio, 1975.

GONÇALVES, Alcindo. O conceito de governança. **Anais do XV Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito**, Manaus, 2006. Disponível em: <http://www.conpedi.org/manaus/arquivos/Anais/Alcindo%20Goncalves.pdf>. Acesso em 12 set. 2012, às 21h 02'.

GRUMBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, 2007.

GUIMARÃES, Valdenir de Freitas; MARQUES, Heitor Romero. Aspirações nacionais permanentes na territorialidade de fronteira sul-mato-grossense. **Revista GeoPantanal**. Corumbá: v. 6, n.11, p. 21-31, jul./dez. 2011.

HAYES, Robert Ames. **Nação armada**: a mística militar brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUMBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

JARA, Carlos Julio. **A Sustentabilidade do Desenvolvimento Local**: Desafios de um Processo em Construção. Editora IICA (Instituto Interamericano de cooperação para a agricultura). 1998.

KASHIMOTO, Emilia Mariko; MARINHO, Marcelo; RUSSEFF, Ivan. Cultura, identidade e desenvolvimento local: Conceitos e perspectivas para regiões em Desenvolvimento. **Interações - Revista Internacional do Desenvolvimento Local** - Campo Grande, v. 3. n. 4, p. 35-42, mar. 2002.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denize Manzi Frayze. **História do Brasil**: no contexto da história ocidental. 8. ed. São Paulo: Atual, 2003.

KOWALIK, Adam. **Assistência Religiosa nas Forças Armadas no Brasil**. Disponível em: <http://adamkowalik.tripod.com/id30.html>. Acesso em: 14 jun. 2012, 13h 55'.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LIMA, Maria Margareth Escobar Ribas. **O IPHAN e a preservação do patrimônio cultural em Mato Grosso do Sul**. I ENCONTRO DE ARQUEOLOGIA EM MATO GROSSO DO SUL. Campo Grande: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, mai. 2009.

MAGNOLI, Demétrio; ARAUJO, Regina. **Geografia**: A construção do mundo. 1.ed. São Paulo: Moderna, 2005.

MARIN, Jerri Roberto; VASCONCELOS, Cláudio Alves de. **História, região e identidades**. Campo Grande: UFMS, 2003.

MARQUES, Heitor Romero et alii. **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. 1.ed. Campo Grande: UCDB, 2006.

MARQUES, Rubens Moraes da Costa. **Trilogia do patrimônio histórico e cultural sul-mato-grossense**. 2.ed. Campo Grande: UFMS, 2007.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. **Desenvolvimento local e participação sociopolítica**: uma contribuição geográfica. Disponível em: <http://egal2009.easypanners.info/area05/5349_Martins_Sergio_Ricardo_Oliveira.doc>. Acesso em: 11 set. 2012, 06h 12'.

MATTOSO, José. **A identidade nacional**. Disponível em: <<https://woc.uc.pt/fluc/getFile.do?tipo=2&id=8610>>. Acesso em: 18 nov. 2012, 18h 48'.

MELLO, Raul Silveira de. **A protetora do Forte de Coimbra**. 3 ed. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1955.

_____, **História do Forte Coimbra**: 1803-1810 e 1810-1822. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército. v.3, 1960.

_____, **História do Forte Coimbra**: 1823-1870 e 1870-1955. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército. v.4, 1961.

_____, O bicentenário do Forte de Coimbra. **Revista Militar Brasileira**. Brasília: C. Doc., n. especial. v. CVII. 1975, p. 19-38.

MONJARDIN, Adelpho Poli. **O Exército visto por um civil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1969.

MOTA, Myriam Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. **História: das cavernas ao terceiro milênio**. v. 2. São Paulo: Moderna. 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximação ao enigma: que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo: Polis, 2001.

OLIVEIRA, Pêrsio Santos de. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Ática, 2010.

PARREIRA, Luiz Eduardo Silva. **Forte Coimbra: a câmara de tiro da 1ª/6ª GACos**. Disponível em: <<http://groups.yahoo.com/group/CoastDefense/message/14651%29-17h>>. Acesso em: 31 mai. 2011, 12h 12'.

_____. **Forte de Coimbra: Camalotão, o clube recreativo do meio do Pantanal**. Disponível em: <<http://polemologia.blogspot.com.br/2011/03/forte-de-coimbra-gamalotao-o-clube.html>>. Acesso em: 12 set. 2012, 11h 32'.

PIERSON, Donald. **Teoria e pesquisa em sociologia**. 11.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1968.

PRADO, Francisco Rodrigues do. **História dos Índios Cavaleiros ou da Nação Guaicuru**. Campo Grande: IHGMS. 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RECUERO, Raquel da Cunha. **Comunidades virtuais - uma abordagem teórica**. Disponível em: <<http://pontomidia.com.br/raquel/teorica.htm>>. Acesso em: 30 abr. 2012. Trabalho apresentado no V Seminário Internacional de Comunicação, no GT de Comunicação e Tecnologia das Mídias, promovido pela PUC/RS.

RIBEIRO, Lélia Rita E. de Figueiredo. **Campo Grande: O homem e a terra**. Campo Grande: Edição da autora. s.d.

RIBEIRO NETO, Getúlio Mattos. **O Exército Português/Brasileiro como formador de fronteiras: o papel do Forte Coimbra na consolidação da conquista e na manutenção da Fronteira Oeste do Brasil**. Rio de Janeiro, 2009. 206p. Dissertação (Mestrado em Estudos Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

RODRIGUES, J. Barbosa. **Histórias da terra mato-grossense**. São Paulo: Editora do Escritor, 1983.

ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. Alfa_Omega. São Paulo, 1984.

ROZENDAHL, Zeny. **Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião**. Anais do X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA - USP. São Paulo, mar. 2005.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Maria Christina de Lima Félix; CASTILHO, Maria Augusta de. **Rota do trem do Pantanal: o diálogo entre patrimônio e desenvolvimento local**. Campo Grande: Life, 2012.

SINIGAGLIA, Ivan. **Forte Coimbra**. 2009. Disponível em: <http://www.ivan.med.br/forte-coimbra/coimbra_forte.html>. Acesso em: 13 jan. 2012, 21h 53'.

SILVA, João dos Santos Vila da; ABDON, Myrian de Moura. **Delimitação do Pantanal Brasileiro e suas Sub-regiões**. Pesquisa Agropecuária Brasileira. Brasília, v. 33, n. especial, p. 1703-1711, out. 1998.

SILVA, José de Melo e. **Canaã do Oeste**. Campo Grande: TJMS, 1989.

_____. **Fronteiras Guaranis**. Campo Grande: IHGMS, 2003.

SOUSA, João Batista de. **Evolução histórica sul Mato Grosso**: Amambá, a sua etimologia e a sua pronúncia ante o tupi-guarani. Campo Grande: IHGMS, 2010.

SOUZA, Lécio Gomes de. **História de Corumbá**. s.e., s.d.

_____. **História de uma região**: Pantanal e Corumbá. São Paulo: Resenha Tributária, 1973.

TAPIA, Jorge Rubens Biton. **Desenvolvimento local, concertação social e governança**: a experiência dos pactos territoriais na Itália. SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, Brasília, v. 19, n. 1, p. 132-139, jan./mar. 2005.

TEIXEIRA, Marlei. **Manifestação do sagrado no Forte Coimbra**: Identidades política, militar e religiosa na territorialidade de fronteira. Campo Grande, 2005. 87p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) - UCDB.

TERRA, Lygia; ARAUJO, Regina; GUIMARÃES, Raul Borges. **Conexões**: Estudos de Geografia Geral e do Brasil. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2008.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

WEBER, Max. **Conceitos básicos de sociologia**. São Paulo: Editora Moraes, 1987.

WILGES, Irineu. **As religiões no mundo**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

Sites consultados:

ARQNET. **A defesa da bacia do Paraguai, no Mato Grosso**. Disponível em: <<http://www.arqnet.pt/exercito/brasil6.html>>. Acesso em 29 jul. 2012, 18h 09'.

CECAV - **Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/cecav/#conteudo>. Acesso em: 22 ago. 2012, 00h 12'.

3ª Cia Fron/FC - 3ª Companhia de Fronteira e Forte Coimbra. **Companhia Portocarrero**. Disponível em: <<http://www.3ciafron.eb.mil.br/>>. Acesso em: 20 ago. 2012, 17h 03'.

DNIT - **Hidrovia Paraná-Paraguai**. Disponível em: <http://www.dnit.gov.br/hidrovias/hidrovias-interiores/copy_of_Hidrovia%20Parana%20Paraguai> Acesso em: 19 mai. 2012, 22h 24'.

EMBAIXADA DE PORTUGAL NO BRASIL. **Páginas da história luso-brasileira: Forte Coimbra.** Disponível em: <Fonte: <http://embaixada-portugal-brasil.blogspot.com.br/search?q=forte+coimbra>>. Acesso em 11 out. 2012, 08h 12’

ESCOLA LUDOVINA PORTOCARRERO. **Aniversário do Forte Coimbra.** Disponível em: <<http://emludovinaportocarrero.blogspot.com.br/>>. Acesso em 06 abr. 2012, 12h 21’.

FÉRIAS.tur.br. **Fotos de Forte Coimbra.** Disponível em: <<http://www.ferias.tur.br/fotos/4148/coimbra-ms.html>>. Acesso em: 13 jan. 2012, 14h42’.

GOOLE IMAGENS. **Ponto tripartite: Brasil-Paraguai-Bolívia.** Disponível em: <http://www.google.com.br/imghp?hl=pt-PT>. Acesso em 26 mai. 2012. 19h 14’.

GOOGLE MAPAS. **Forte Coimbra.** Disponível em: <<https://maps.google.com.br/>>. Acesso em 26 mai. 2012. 20h 10’.

IGREJA DE NOSSA SENHORA DO CARMO. **A protetora de Forte Coimbra.** Disponível em: <<http://inscaprotetora.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 23 out. 2012, 18h 32’.

IME - Instituto Militar de Engenharia. **Ricardo Franco de Almeida Serra.** Coleção Disseminar. Disponível em: <<http://disseminar.ime.eb.br/biorf.html>>. Acesso em: 13 ago. 2012, 19h 29’.

JLMDIAS. **Blog.uol.com.** Disponível em: <http://jlmldias.blog.uol.com.br/arch2011-04-01_2011-04-30.html>. Acesso em: 08 fev. 2012, 06h 55’.

NAVIOSBRASILEIROS. **Corveta Forte Coimbra.** Disponível em: <<http://www.naviosbrasil.com.br/ngb/F/F026/F026.htm>> . Acesso em 30 mai. 2012, 21h 24’.

OPANTANALMT.COM. **O Pantanal mato-grossense.** Disponível em: <http://opantanalmt.blogspot.com.br/2010_12_01_archive.html>. Acesso em: 04 jun. 2012, 17h 12’.

PEROLANEWS.COM. **Comunidade de Forte Coimbra celebra Nossa Senhora do Carmo.** Disponível em: <<http://perolanews.com.br/noticias/corumba/comunidade-do-forte-coimbra-celebra-nossa-senhora-do-carmo>>. Acesso em: 23 jun. 2012, 23h 36’.

PIB.SÓCIOAMBIENTAL.ORG. **Povo kadiweu.** Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kadiweu>>. Acesso em 08 set. 2012, 14h 27’.

PORANDUBA.COM. **Tradição de Fé.** Disponível em: <<http://www.revistaporanduba.com.br>>. Acesso em: 07 abr. 2012, 23h 12’.

PORTAL SÃO FRANCISCO. **Entradas e bandeiras.** Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/bandeirantes/entradas-e-bandeiras-3.php>>. Acesso em 13 ago. 2012, 13h 35’.

SKYSCRAPERCITY. **Real Forte Príncipe da Beira - Rondônia: o maior forte do Brasil!.** Disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=575235>>. Acesso em: 18 ago. 2012, 11h 22’.

TV BRASIL Pantanal de Mato Grosso do Sul. **Forte Coimbra: 17 a 22/11/2008.** Disponível em: <http://opantanaleaqui.blogspot.com.br/2008/11/forte-coimbra.html>. Acesso em: 12 ago. 2012, 13h 33’.

WIKIPEDIA. **Brasil-Colônia**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Brazil_states1789.png>. Acesso em: Acesso em 11 out. 2012, 19h 10'.

_____. **Campanha do Mato Grosso**. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Campanha_do_Mato_Grosso. Acesso em 11 out. 2012, às 00h 23'.

_____. **3ª Companhia de Fronteira-Forte Coimbra**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/3%C2%AA_Companhia_de_Fronteira_-_Forte_Coimbra>. Acesso em 13 mai. 2012, 19h 52'.

_____. **Sébastien Le Prestre de Vauban**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Marqu%C3%AAs_de_Vauban>. Acesso em 05 jun. 2012, 11h 44'.

_____. **Tripulação do Monitor Parnaíba UH-17**. Forte Coimbra. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Forte_Coimbra_tripula%C3%A7%C3%A3o_U17.jpg>. Acesso em 07 out. 2012, 18h 3'.

APÊNDICES

APÊNDICE A

**MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO À COMUNIDADE DE
FORTE COIMBRA**

(Civis e militares)

Dados de Identificação

Sexo

- ☐ Masculino
☐ Feminino

Idade

- ☐ De 18 a 30 anos
☐ De 31 a 50 anos
☐ Acima de 50 anos

1) Já visitou o Forte?

- ☐ Sim
☐ Não

2) Se não visitou, tem interesse em visitar?

- ☐ Sim
☐ Não

3) Em quais situações visitou o Forte?

- ☐ Na Festa da Santa
☐ Em outras datas
☐ Junto com amigos
☐ Junto com a família

4) Tem noção da história do Forte?

- ☐ Sim
☐ Não

5) O que mais chama a atenção no Forte?

- ☐ Instalações, pátios e muralhas
☐ Objetos antigos
☐ Armas
☐ História do Forte
☐ Padroeira do Forte

6) Qual o maior significado do Forte?

- ☐ Defesa da pátria
- ☐ Lembrança histórica
- ☐ Local de passeio

7) Tem noção da História de Nossa senhora do Carmo no Forte Coimbra?

- ☐ Sim
- ☐ Não

8) O que é mais importante em Coimbra: o Forte ou a Santa?

- ☐ O Forte
- ☐ A Santa
- ☐ O Forte e a Santa têm a mesma importância

9) Como é o convívio entre militares e civis

- ☐ De cooperação
- ☐ De conflitos

10) Quem apóia mais a vida em Coimbra em transporte, educação e saúde?

- ☐ Exército
- ☐ Prefeitura de Corumbá

11) O Forte é assunto dos militares ou dos militares e civis?

- ☐ Dos militares
- ☐ Dos militares e dos civis

APÊNDICE B

MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO À COMUNIDADE ESCOLAR DE FORTE COIMBRA

Dados de identificação

Sexo

Idade

() Masculino

() anos

() Feminino

1) Já visitou o Forte?

() Sim

() Não

2) Se não visitou, tem interesse em visitar?

() Sim

() Não

3) Em quais situações visitou o Forte?

() Com a Escola

() Na Festa da Santa

() Em outras datas festivas

() Junto com a família

() Junto com amigos

4) Tem noção da história do Forte?

() Sim

() Não

5) Tem noção da História de Nossa senhora do Carmo no Forte Coimbra?

() Sim

() Não